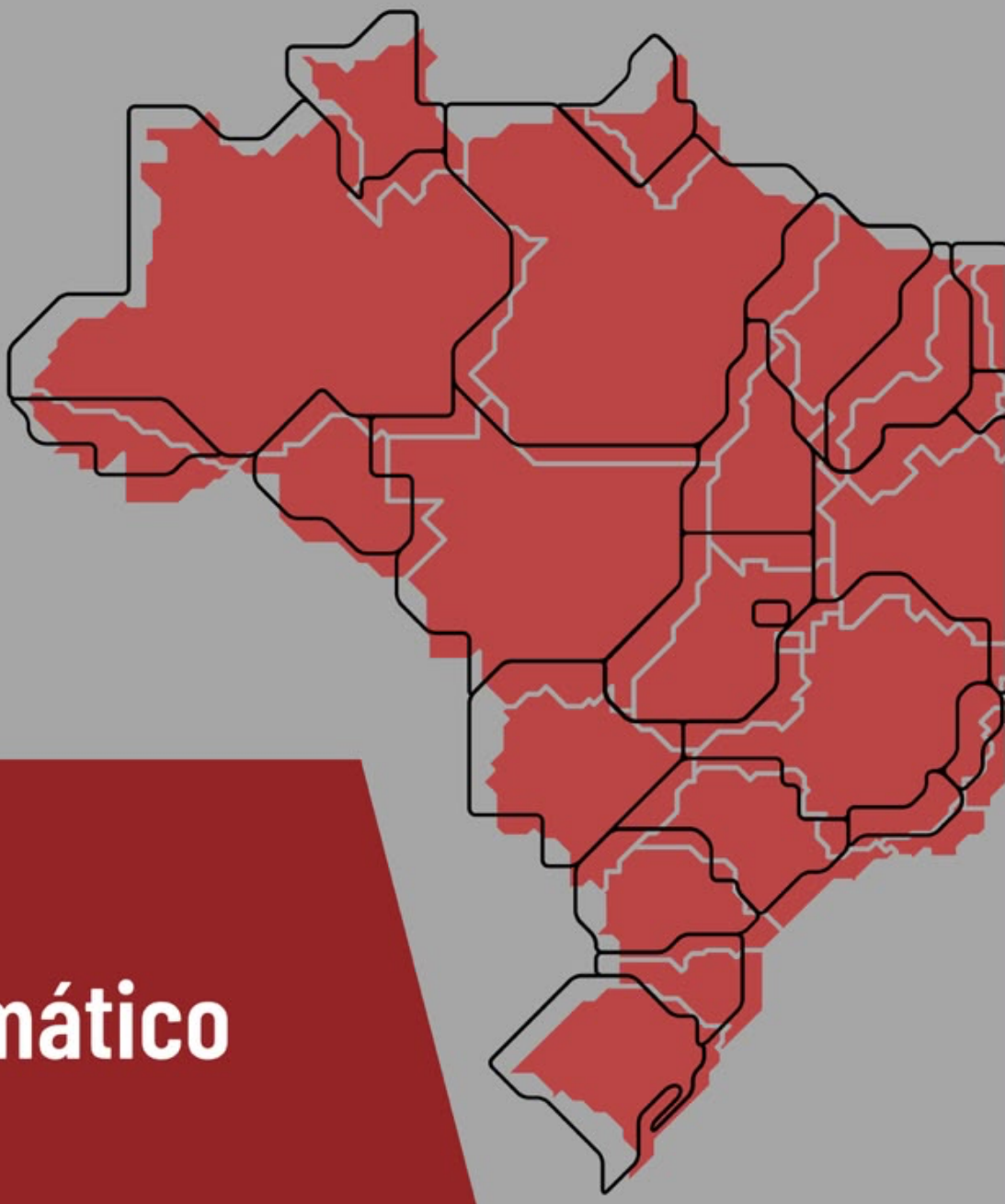
MONITORAMENTO ELEITORAL



Temático

Boletim III

2026

opel
Observatório
Político e Eleitoral

Coordenação Geral
Josué Medeiros

Coordenação de Pesquisa
Kaique Camargo

Maria Carolina Barreto

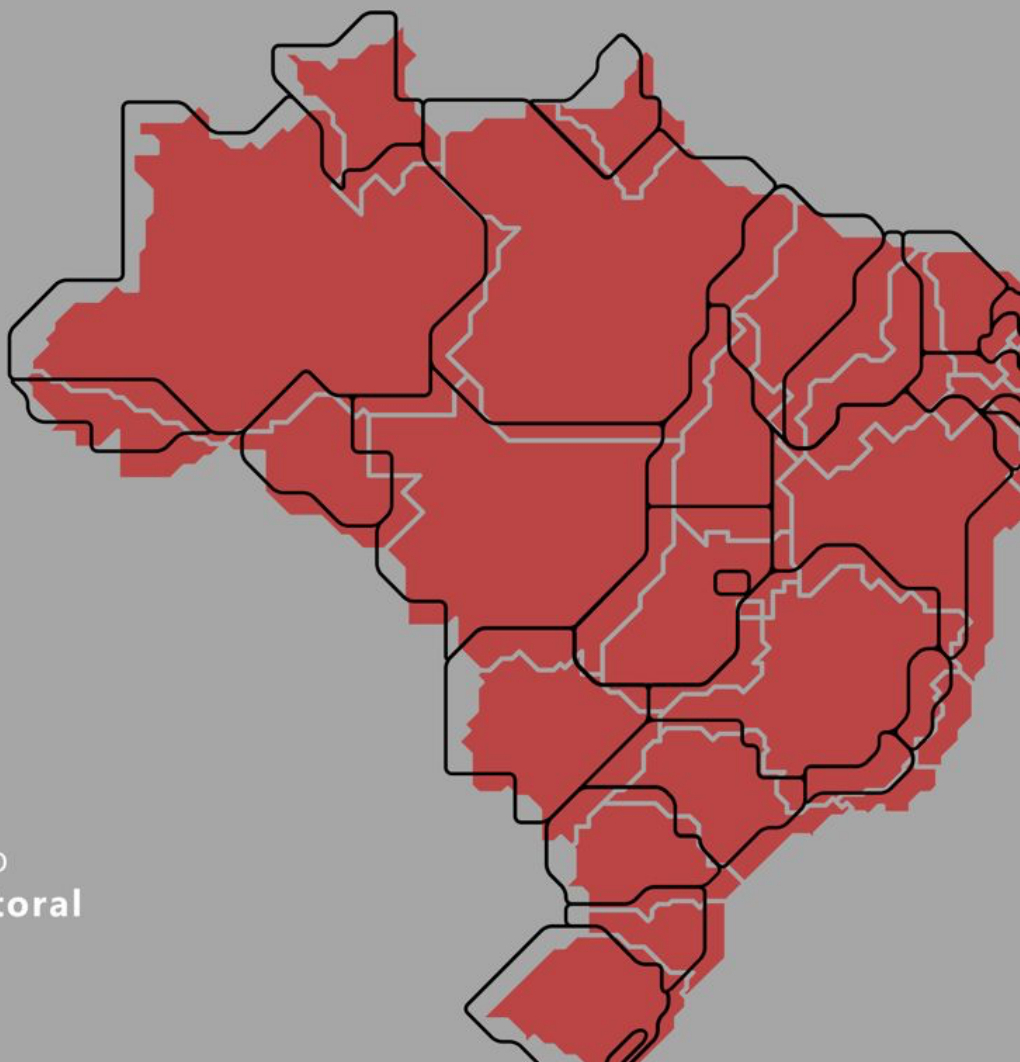
Rennan Pimentel

Tamyres Ravache

Thaís Climaco

Diagramação e Identidade Visual
Rennan Pimentel

Comunicação e Redes Sociais
Alessandra Holanda



opel | Observatório **Político e Eleitoral**

Sumário

EDITORIAL 1

A receita para virar: a reação da sociedade nas ruas e nas redes e a votação do fim da escala 6 x 1 3

AgroTóxico nas urnas: o desempenho do agronegócio na eleição de 2026 8

Segurança em pauta: o debate do campo vai continuar 17

O que o primeiro turno nos diz sobre religião e eleições? 23

A centralidade do fim da escala 6x1 na polarização eleitoral 31

Poder Judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026 35

Análise do resultado eleitoral presidencial 1º turno 2026 43

Lideranças evangélicas não alinhadas 48

Ciência, Tecnologia e Inovação no Pós-Primeiro Turno das Eleições de 2026 53

Quem são as mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2026? Marcadores sociais e dinâmicas político-partidárias 57

A Baixada Fluminense e o resultado da disputa pelo Governo do Rio de Janeiro: polarização nacional e estratégias eleitorais 67

As eleições de 2026 e o surgimento de uma nova esquerda? 72

Entre a fome, o preço e o voto: a soberania alimentar na reta final das eleições 2026 79

Populismo penal no segundo turno: por que a pauta da extrema direita é um buraco sem fundo para Lula e o campo progressista 85

Segurança pública, bolsonarismo e a eleição de Douglas Ruas no primeiro turno no Rio de Janeiro em 2026: uma análise da disputa com Eduardo Paes 95

A mudança de Estado de Flávio Bolsonaro na contramão da constituição de 1988 e o que o brasileiro quer 101

Em Nome dos Direitos de Quem? Compreendendo a Ascensão da Presença Feminina e Conservadora nas Eleições 105

Relembre o tema: facções e terrorismo 111

Os limites da agenda ambiental diante da nova composição do Congresso Nacional 115

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026 120

Candidaturas negras 126

EDITORIAL

EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos a terceira edição do boletim temático do Monitoramento Eleitoral de 2026 feito pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL), núcleo de pesquisa ligado à UFRJ e à UFRRJ.

Esta edição traz um balanço do 1º turno e alguns apontamos para o 2º turno nos principais temas que atravessaram o processo eleitora de 2026. São ao todo X textos produzidos a partir de pesquisas feitas por estudantes de graduação, mestrandas e mestrandos, mestres, doutorandas e doutorandos e doutoras e doutores em ciências sociais e ciência política que fazem parte do OPEL.

Entre estes temas, destacamos a aprovação do fim da escala 6 x 1 no senado, o desenvolvimento dos conflitos no judiciário e seu impacto nas eleições, a questão religiosa e seu impacto nas eleições, como a publica e a economia foram pautas ao longo do processo eleitoral, além de textos sobre a representação feminina, meio ambiente, raça, entre outros.

Este boletim temático complementa o boletim nacional do OPEL, pelo qual o nosso Monitoramento Eleitoral acompanha a disputa presidencial e para o governo do Estado e para o Senado em todos os 27 estados da federação. Com essa as duas dimensões – temática e regional – apresentamos um visão de conjunto sobre o processo eleitoral brasileiro.

Boa leitura e até o próximo boletim!

TEMÁTICOS



A receita para virar: a reação da sociedade nas ruas e nas redes e a votação do fim da escala 6 x 1

Josué Medeiros[1]

O resultado do primeiro turno foi desastroso para a democracia brasileira. Além da liderança de Flávio Bolsonaro na corrida presidencial, as urnas confirmaram a força da extrema-direita, que conquistou a maior bancada da Câmara dos Deputados em 40 anos e ampliou sua presença no Senado Federal. Não restam dúvidas de que o sentimento de mudança que mobilizou parte significativa do eleitorado foi capturado pelo bolsonarismo.

Ao mesmo tempo, porém, as urnas também confirmaram a polarização da disputa e a resiliência de Lula. A onda bolsonarista da reta final, já esperada à luz do padrão observado nas eleições de 2018 e 2022, não foi suficiente para encerrar a disputa no último dia 4 de outubro em favor de Flávio Bolsonaro. Lula segue sendo a maior liderança popular do país e a principal força política capaz de frear o avanço da extrema-direita no Brasil.

A combinação dessas dinâmicas, o sentimento de mudança, a polarização, a força da extrema-direita e a resiliência de Lula, permite vislumbrar uma virada na disputa presidencial. Diante de uma diferença tão estreita de votos, essa virada depende de dois eixos complementares: a reação da sociedade e a capacidade da campanha de produzir fatos novos. É nesse cenário que a mobilização social, nas ruas e nas redes, e a proposta de fim da escala 6 x 1 ganham centralidade na disputa eleitoral.

[1] Professor de Ciência Política na UFRJ e na UFRRJ. Coordenador Geral do OPEL

A reação da sociedade e a ocupação das ruas e das redes

A ocupação massiva das ruas nas capitais e nas grandes cidades brasileiras, acompanhada pela mobilização nas redes, foi o primeiro e importante fato novo da disputa eleitoral. Sua relevância é ainda maior porque essa reação foi espontânea, sem depender de um comando partidário centralizado, e se disseminou por todo o território nacional, mobilizando diferentes perfis e redes de ativismo digital, tais como o "exército de Lula" e a nova geração de parlamentares de esquerda com amplo domínio do algoritimo.

Embora parte da grande imprensa venha tratando a ofensiva política e social contra uma possível vitória de Flávio Bolsonaro como uma "campanha do medo", é nítido que a ocupação das ruas e das redes também projeta um sentido de esperança: a possibilidade de construir um Brasil mais justo e solidário. A mobilização, portanto, vai além da rejeição e das denúncias sobre o que representaria um novo governo de extrema-direita no país. A imagem de uma criança em um ato bolsonarista portando uma arma, confrontada com a de outra criança em um ato pela democracia e a favor de Lula segurando um livro, expressa essa dupla dinâmica da ocupação das ruas e das redes: de um lado, o medo e a ameaça; de outro, a esperança e a defesa da democracia.

Algumas pessoas questionam a eficácia desse tipo de mobilização física e digital, temendo que nenhuma das duas consiga "furar a bolha". Entretanto, as primeiras pesquisas de intenção de voto indicam que a reação da sociedade já pode estar produzindo efeitos eleitorais, contribuindo para manter Flávio Bolsonaro próximo de Lula na disputa. Isso porque, no início do segundo turno, é comum que o candidato que terminou o primeiro turno à frente e conseguiu criar uma onda favorável amplie sua vantagem na primeira semana, quando a campanha ainda não foi plenamente retomada.

O cenário atual, contudo, aponta para uma vantagem estreita do candidato bolsonarista, que começou na faixa de 52% a 53% dos votos válidos, contra 47% a 48% de Lula, e que nessa segunda semana já reduziu para a faixa dos 51% a 52% dos votos válidos para Flávio contra 49% a 48% de Lula. Trata-se, portanto, de uma diferença que já está diminuindo e que pode ser revertida a partir de um fato novo produzido pela campanha de Lula.

A votação do fim da escala 6 x 1

A votação, pelo Senado Federal, no dia 14 de outubro, de uma proposta de mudança no regime de trabalho das pessoas contratadas pela CLT representa, é em um só movimento, uma oportunidade de dialogar com o sentimento de mudança e de produzir um fato novo na disputa eleitoral. Até o momento, a capacidade da extrema-direita de mobilizar esse sentimento tem se apoiado na exploração do caos institucional, especialmente em torno do STF, e do mal-estar da população com suas condições de vida. Flávio Bolsonaro, entretanto, ainda não apresentou uma grande proposta capaz de pautar o debate político.

O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro conseguiu conduzir uma campanha sem precisar responder a questionamentos mais incisivos, sem ser confrontado sobre suas propostas e seu programa de governo e sem ter de enfrentar um debate mais aprofundado sobre o legado da gestão de seu pai. Tudo isso muda no segundo turno, quando se abre espaço para uma estratégia que explore a rejeição a partir de fatos concretos: as condições de vida da população pioraram durante o governo Jair Bolsonaro em diferentes áreas. Esse balanço teve pouca centralidade na campanha do primeiro turno. Se uma parcela expressiva do eleitorado manifestou um sentimento de mudança, parte da disputa consiste em mostrar que, sob Flávio Bolsonaro, essa mudança pode significar um agravamento das condições de vida. E há elementos concretos da experiência recente do país que permitem sustentar esse argumento.

Entretanto, apenas intensificar a rejeição ao filho de Bolsonaro pode não ser suficiente. É preciso apresentar propostas capazes de produzir mudanças concretas. Por estar no governo, Lula tem o ônus de não poder fazer promessas sem demonstrar como pretende realizá-las. Por outro lado, tem a vantagem de poder transformar compromissos em ações concretas. Foi o que ocorreu com as medidas de restrição às apostas eletrônicas, as chamadas bets, embora o alcance e os efeitos dessas medidas precisem ser distinguidos do debate mais amplo sobre o apoio popular à regulação do setor.

O mesmo raciocínio se aplica à votação da proposta de fim da escala 6 x 1 pelo Senado, qualquer que seja o resultado. Pesquisas de opinião citadas no debate público indicam apoio expressivo à mudança, que chegaria a 70% da população e a 80% entre as pessoas em idade de trabalhar, excluídos aposentados e jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. A

defesa de uma jornada de cinco dias de trabalho e dois de descanso, sem redução salarial, não se explica apenas por seus possíveis efeitos econômicos. Ela envolve, sobretudo, a conquista de tempo livre e as possibilidades de melhoria da qualidade de vida: mais descanso e lazer, mais tempo com a família, mais disponibilidade para cuidar da saúde e mais oportunidades de investir na própria formação e capacitação.

Caso a maioria dos senadores aprove a proposta de fim da escala 6 x 1, Lula poderá apresentar um exemplo concreto de mudança nas condições de vida que seu governo apoiou ou ajudou a viabilizar. Caso a proposta seja rejeitada, a votação poderá evidenciar a resistência de setores políticos à mudança nas relações de trabalho e abrir uma disputa pública sobre a responsabilidade dos parlamentares e das forças políticas envolvidas. Uma eventual derrota da proposta seria profundamente frustrante para milhões de brasileiras e brasileiros que reivindicam melhores condições de trabalho e mais tempo para viver. Seus efeitos políticos, contudo, dependerão de como esse resultado será interpretado pela sociedade e disputado pelas campanhas.

Pequena e Grande Política

Aliás, muitas pessoas têm perguntado por que Davi Alcolumbre vai colocar em votação o fim da escala 6 x 1. É aqui que se encontram o que Antonio Gramsci chamava de grande política e pequena política. Alcolumbre foi um dos grandes derrotados do primeiro turno. Seus aliados perderam o governo e uma das vagas do Senado no Amapá para o bolsonarismo. Ao mesmo tempo, ele viu a bancada bolsonarista crescer a ponto de ameaçar sua posição de comando no Senado.

Alcolumbre errou grosseiramente ao não colocar em votação a PEC do fim da escala 6 x 1 ainda no primeiro turno. Esse erro retirou uma bandeira importante da campanha de diversos senadores que tentavam a reeleição e acabaram derrotados. Pior: ao não viabilizar uma medida concreta capaz de pautar o debate eleitoral, permitiu que o bolsonarismo transformasse a disputa pelo Senado em um plebiscito sobre o STF. Enquanto a extrema-direita mobilizava eleitores contra Alexandre de Moraes e o Supremo, a direita tradicional e parte da esquerda ficaram sem uma agenda propositiva com força

equivalente. A votação do fim da escala 6 x 1 poderia ter equilibrado esse jogo e contribuído para preservar algumas das cadeiras perdidas.

Em suma, a sobrevivência política de Alcolumbre depende, em alguma medida, da continuidade de um governo Lula capaz de conter o avanço do bolsonarismo. Se, para a campanha do presidente da República, a votação do fim da escala 6 x 1 representa um elemento estratégico da grande política, por sua capacidade de conectar a democracia às demandas concretas da população, para Alcolumbre ela também pode representar uma questão de sobrevivência política, no terreno da pequena política.

É preciso, portanto, preservar a energia das ruas e das redes que se organizou após o resultado do 1º turno e direcioná-la nos dias 13 e 14 de outubro para a votação do fim da escala 6 x 1.

Esse será o fato novo capaz de conectar Lula ao sentimento de mudança e trazer para o centro da disputa eleitoral uma proposta concreta de melhoria das condições de vida, ao mesmo tempo que obriga Flávio Bolsonaro e seus aliados a se posicionarem diante de uma demanda popular de grande alcance.

AgroTóxico nas urnas: o desempenho do agronegócio na eleição de 2026

Rennan Pimentel[2]

O setor que plantou o primeiro turno

O agronegócio foi o fiel da balança mais visível do primeiro turno de 2026, Fávio Bolsonaro (PL) terminou na frente, com 47,17% dos votos válidos, contra 45% de Lula (PT), invertendo a ordem que as principais pesquisas vinham projetando ao longo do ano. Na hora de explicar a virada, a resposta mais rápida veio do campo. O cientista político Felipe Nunes, da Quaest, resumiu a leitura em coluna no O Globo parodiando a velha máxima das campanhas americanas: ***"Foi o agro, estúpido".***

A frase tem graça, mas deixa resíduo. O que o agro levou às urnas não foi só soja, milho e algodão, foi um pacote ideológico de alta concentração, aplicado em larga escala sobre o interior do país: conservadorismo moral, ressentimento contra o governo, resistência à demarcação de terras indígenas e pressão por afrouxar a legislação ambiental. Um voto de princípio ativo forte, com efeito prolongado.

Chamemos o produto pelo nome que Nunes mesmo evita no rótulo: ***AgroTóxico***. Este texto analisa o que os números dizem sobre o desempenho eleitoral do setor, quem é esse eleitor, como a máquina de campanha funcionou e por que vale ler a bula com atenção antes do 2º turno, em 25 de outubro.

Quem é o eleitor do agro: uma monocultura ideológica

O eleitor ligado ao agronegócio soma 13% do eleitorado brasileiro, segundo o levantamento Brasil no Espelho, da Quaest, com mais de 10 mil entrevistados e divulgado pelo Estadão, é o terceiro maior segmento do país, atrás apenas dos conservadores cristãos (27%) e das classes D e E (23%), não é

[2] Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ com estágio doutoral em Columbia University e Coordenador executivo no OPEL

maioria, mas, como o próprio Nunes observou, funciona como uma base capaz de puxar maiorias em torno de pautas específicas.

O dado mais revelador é o ideológico. Dentro desse grupo, 71% se declaram conservadores, 27% se dizem moderados e apenas 2% se identificam como modernos ou progressistas, sendo um índice de diversidade que caberia num talhão de monocultura: uma única variedade, plantada em linha, com tudo o que é diferente tratado como praga a ser controlada, o que supõe que este perfil se aproxima muito do eleitor conservador cristão, e a pesquisa aponta que, para esse público, a pauta moral e a econômica andam misturadas no mesmo tanque.

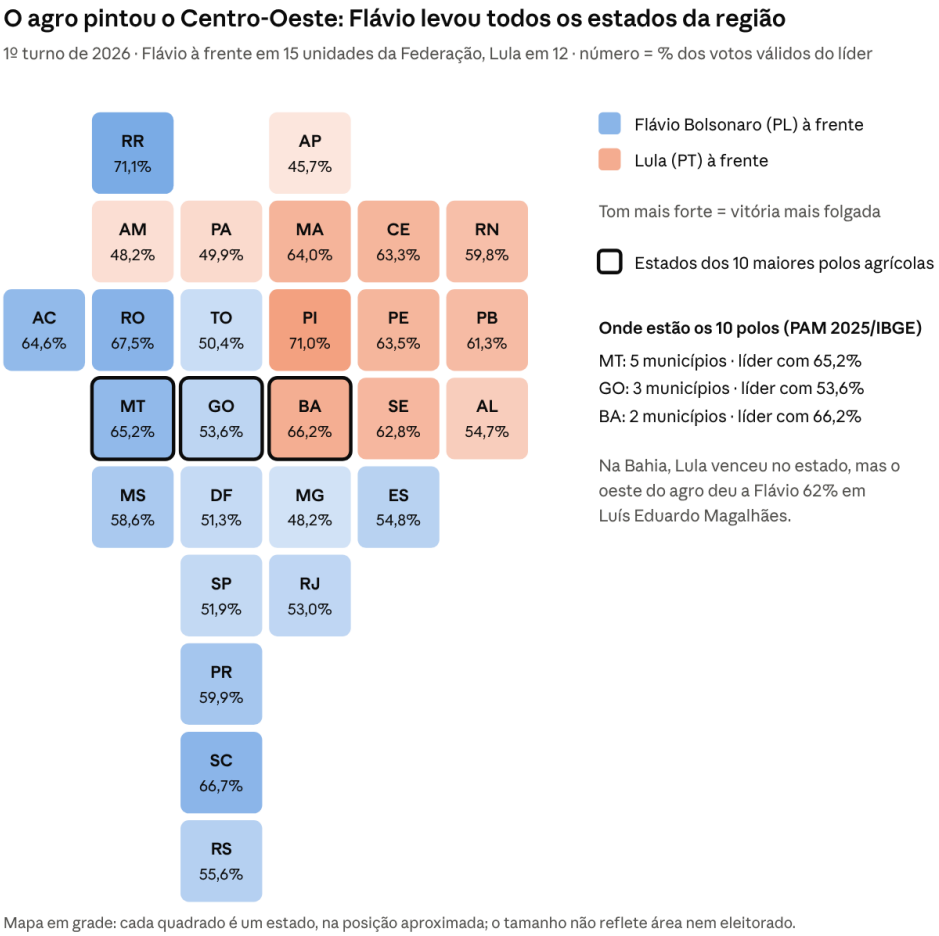
Há ainda um paradoxo curioso, apesar do peso político, o setor quase não se candidata, levantamento da Globo Rural com dados do TSE mostrou que só 2,05% dos candidatos de 2026 se declararam agricultores, pecuaristas ou produtores, 432 de quase 21 mil registros. O número, porém, mede o crachá, não a carteira, Ronaldo Caiado (PSD) é médico ortopedista e produtor rural; Augusto Cury (Avante), psiquiatra e escritor, se apresentou na campanha como homem do agro, com projetos de grãos, pecuária e citricultura, como podemos ver, muitos donos de terra se registram como empresários, advogados ou parlamentares.

O agro não deixa de disputar a urna, mas disputa com outro rótulo no frasco, e quando não disputa, terceiriza a aplicação. Por trás da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada mais organizada do Congresso, está o Instituto Pensar Agro (IPA), think tank mantido por cerca de 49 entidades do setor, da produção à indústria, que organiza a pauta que a frente leva ao plenário: tributos, crédito, logística e meio ambiente. Levantamento do De Olho nos Ruralistas, de 2022, mapeou mais de mil empresas na rede que financia o instituto, entre elas JBS, Cargill, Raízen e Marfrig, por isso a influência do setor, vai muito além dos 13% do eleitorado. O resultado das urnas confirma a força do modelo, segundo a Forbes Agro, 174 deputados que já integravam a FPA foram reeleitos em 4 de outubro, um terço da nova Câmara, além de seis senadores. Somando os 17 deputados da frente que subiram para o Senado, a bancada chega a cerca de 200 parlamentares. Integrantes da FPA também venceram a disputa para governador em Minas Gerais, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul, e o Tocantins decide no segundo turno entre dois nomes da bancada. A urna,

porém, não poupou todos, na lista de 37 nomes ligados ao agro acompanhada pelo Canal Rural, 29 se elegeram e 8 ficaram de fora, entre eles o próprio Nilson Leitão, presidente do Instituto Pensar Agro; Antônio Galvan, ex-presidente da Aprosoja, e Carlos Fávaro, ex-ministro da Agricultura do governo Lula 3.

Foi o agro: Flávio supera o pai onde a soja manda

Nos dez municípios com maior valor de produção agrícola do país, Flávio teve desempenho melhor que o próprio pai em 2022, e Lula perdeu terreno em todos eles, a partir dos dados cruzados do TSE com o ranking de Produção Agrícola Municipal do IBGE.



Fonte TSE, elaboração própria.

O mapa mostra a fronteira do voto: Flávio fechou o Sul, o Sudeste e todo o Centro-Oeste, com 65,2% em Mato Grosso, o estado que mais concentra os grandes polos agrícolas, enquanto Lula ficou com o Nordeste e três estados do Norte.

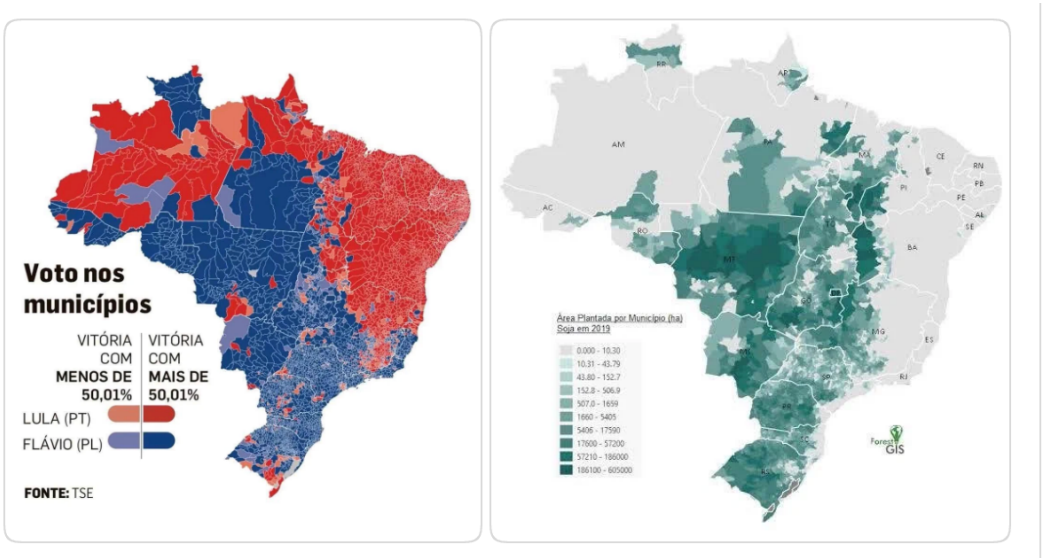
Dez maiores polos agrícolas	1º turno 2022	1º turno 2026	Variação
Votos de Lula	126.993	106.013	−16,5%
Votos do candidato Bolsonaro (Jair → Flávio)	196.380	242.662	+23,6%

Em Mato Grosso, o resultado parece safra recorde: Sapezal, Sorriso, Campo Novo do Parecis e Nova Mutum deram mais de 70% dos votos válidos a Flávio; Diamantino ficou em 65,89%. Lula não chegou a 30% em nenhum dos cinco. Em Goiás, Rio Verde concentrou a maior perda absoluta do presidente, que caiu de 41.013 para 31.329 votos; em Jataí, foi de 19.072 para 14.385. Nas duas cidades, a queda passou de dez pontos percentuais.

O dado mais interessante, porém, está na Bahia, território historicamente petista. Em Formosa do Rio Preto, Lula ainda venceu, mas recuou de 69,92% para 58,15%, enquanto Flávio saltou para 37,81%, ante 25,61% do pai, em São Desidério, o petista caiu quase nove pontos, e em Luís Eduardo Magalhães, capital do agro baiano, Flávio fez 62%, uma das apenas quatro cidades da Bahia em que venceu, num estado onde Lula teve 66%, esta é ***a deriva do AgroTóxico***: como o veneno pulverizado que o vento leva para além da cerca, o voto da fronteira agrícola do Centro-Oeste escorreu para o oeste baiano.

Antes do 1º turno, Felipe Nunes já havia detectado o movimento nas pesquisas estaduais da Quaest: Flávio crescia em relação a Jair no Norte e no Centro-Oeste, com destaque para Rondônia, Mato Grosso, Pará e até a Bahia, mas perdia onde a direita tinha alternativa, como em Goiás, reduto de Ronaldo Caiado. No geral, a correlação entre o voto do filho e o do pai era altíssima, nas palavras dele: "Trocou o nome, o eleitorado ficou", o que mudou foi a dose aplicada justamente nas lavouras. Mas vale ressaltar, esses números medem o voto de toda a população desses municípios, urbana e rural, e não apenas o dos produtores, funcionam como termômetro do ambiente político das cidades do agro, não como pesquisa com fazendeiros.

Mapa do voto x mapa da soja: a mancha que não sai



Montagem que circulou nas redes em 9 de outubro. À esquerda, o voto por município no 1º turno (fonte: TSE); à direita, a área plantada de soja por município em 2019 (fonte: ForestGIS).

Colocados lado a lado, os dois mapas parecem decalque um do outro, onde a soja pinta o território de verde-escuro, a urna pintou de azul-escuro, não se trata de coincidência de cartografia, é o desenho de uma economia virando desenho eleitoral, o AgroTóxico, aqui, aparece não como metáfora, mas como mancha de aplicação vista de cima.

Centro-Oeste: o coração da lavoura. É a região onde a sobreposição é quase perfeita, Mato Grosso, maior produtor de soja do país e o tom mais escuro do mapa da direita, deu 65,2% dos votos válidos a Flávio, quase todo em vitórias acima de 50% por município. Mato Grosso do Sul (58,6%) e Goiás (53,6%) seguem o mesmo padrão, e a mancha azul escorre para o norte pela fronteira agropecuária: Rondônia, o sul do Pará e o Tocantins; Em Goiás, a vitória foi menor porque parte do voto conservador ficou com Ronaldo Caiado, mas o sentido é o mesmo. O que esses estados têm em comum não é sotaque nem história política: é o ciclo da safra.

Norte de São Paulo: o agro que não é só soja. No mapa da soja, o oeste e o norte paulista aparecem em tons médios, menos intensos que o Centro-Oeste. No mapa do voto, porém, o interior de São Paulo é um bloco azul contínuo, e o estado deu 51,9% a Flávio. A explicação está no que o mapa da soja não mostra: a região de Ribeirão Preto, Barretos, São José do Rio Preto e Araçatuba vive de cana, laranja e pecuária, é o mesmo agro empresarial, com outro cultivo, a lavoura

muda; a calda política é a mesma, e o interior paulista funciona como a ponte entre o voto do campo e o maior colégio eleitoral do país.

Matopiba: a fronteira em disputa. É onde a leitura fica mais interessante. Matopiba é a sigla da nova grande fronteira agrícola do país, nos cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No mapa da soja, aparece como uma faixa verde que avança do Tocantins para o sul do Maranhão, o sudoeste do Piauí e o oeste baiano. Já no mapa do voto, essa faixa é justamente a borda onde o vermelho do Nordeste se quebra, o Tocantins foi para Flávio (50,4%), e o oeste baiano forma uma língua azul dentro de um estado em que Lula teve 66%, com Luís Eduardo Magalhães dando 62% a Flávio. No sul do Maranhão e do Piauí, o mapa sugere um quadro mais misturado, com vitórias petistas mais apertadas (os tons claros) ao lado de manchas azuis, trata-se da ***deriva do AgroTóxico*** em tempo real, onde a soja chega, o voto conservador vem junto, como resíduo que o vento leva para além da cerca.

Porém, é necessário fazer três cuidados de leitura: Primeiro, o mapa do voto mostra território, não gente: municípios enormes e pouco povoados do Centro-Oeste e do Norte ocupam muita área e pesam menos em votos do que parecem, enquanto as grandes cidades quase não aparecem. Segundo, o mapa da soja é de 2019, e a fronteira agrícola avançou desde então, sobretudo no Matopiba. Terceiro, sobreposição não é prova de causa: o Sul, por exemplo, vota à direita há décadas por razões que vão além da lavoura. Ainda assim, a coincidência entre as duas manchas é forte demais para ser ignorada pelo monitoramento.

A máquina de pulverização: aplicação aérea e terrestre

O resultado não brotou sozinho, houve aplicação aérea e houve aplicação rente ao chão, a aérea veio da cúpula: em 1º de outubro, três dias antes da votação, a FPA formalizou apoio a Flávio com uma carta entregue pela senadora e ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina durante uma transmissão ao vivo do candidato, foi ela quem anunciou que o agro estava com Flávio e pediu mobilização dos produtores, em 2022, a mesma bancada havia apoiado Jair, muda-se o "frasco", a fórmula é a mesma, inclusive com o mesmo sobrenome.

A aplicação terrestre foi mais discreta e, talvez, mais eficaz. Fontes da CNN relatam que, na última semana, produtores de grãos do Centro-Oeste fizeram campanha intensa longe dos holofotes, nas redes sociais e no corpo a corpo dentro das propriedades rurais, tentando até levar a disputa para uma vitória no primeiro turno. Quando o patrão vira cabo eleitoral na porteira, a fronteira entre opinião e pressão fica tão fina quanto uma gota de calda no agrotóxico.

O combustível declarado foi o bolso, a piora do endividamento rural e a dificuldade de acesso ao crédito entre grandes produtores de grãos, pode ter sido decisivo. Flávio explorou isso desde a pré-campanha, dizendo que o governo tratava o agro como lixo e como vilão, o curioso é que o governo anunciou Planos Safra com valores recordes, defendeu abertura de mercados e diplomacia agrícola, e nada disso pesou. O setor gosta de chamar agrotóxico de "defensivo agrícola", mas nas urnas, a postura foi ofensiva, a adesão não se compra com crédito, porque a disputa é de identidade, não de planilha.

O AgroTóxico: o que vem dentro da embalagem

Toda embalagem de agrotóxico traz uma faixa colorida indicando o grau de toxicidade, o voto do agro empresarial em 2026 também deveria vir com a sua. O que o setor cobra de Flávio não é apenas crédito e menos burocracia tributária, é um programa, oposição à demarcação de terras indígenas, flexibilização das leis ambientais e redução do papel do Estado na fiscalização. A FPA, por sua vez, disse esperar avanços no Congresso a partir de 2027, com o plano de governo de Flávio construído com participação de integrantes da bancada. O efeito dessa receita se mede em outras planilhas, mede-se na água dos rios do Cerrado, nos conflitos fundiários, na saúde de quem mora ao lado das lavouras, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), instituído em 2025, é um bom indicador do que está em jogo: um governo eleito com o pulverizador nas costas teria pouco incentivo para mantê-lo de pé. O AgroTóxico, portanto, não é só trocadilho aqui, é a constatação de que a pauta que saiu vitoriosa nas cidades do agro carrega um custo socioambiental que não aparece no preço da saca.

Também é preciso separar o joio do trigo, vamos lá, "O agro" das pesquisas e dos discursos de palanque é a agricultura empresarial de commodities. A

agricultura familiar, que põe comida na mesa dos brasileiros, segue outra lógica política e não foi quem decidiu o resultado nas cidades analisadas, tratar os dois como um bloco único é justamente o efeito que a propaganda do setor busca.

Para ser justo com o debate, o agronegócio tem argumentos de peso, responde por cerca de um quarto do PIB e de um quarto das ocupações do país, segundo Cepea/USP e CNA. Suas lideranças lembram que o Brasil mantém boa parte do território coberta por vegetação nativa, que a produtividade cresceu com ciência e tecnologia e que a crítica ambiental, muitas vezes, ignora o avanço de práticas sustentáveis dentro da porteira, e para muitos produtores, o voto em Flávio foi uma reação racional a juros altos, endividamento e insegurança jurídica sobre a terra, e não uma adesão a qualquer agenda contra o meio ambiente e os povos indígenas.

Segundo turno: período de carência

A disputa de 25 de outubro segue aberta e apertada, a rodada da BTG/Nexus divulgada em 19 de outubro mostrou Flávio com 50,3%, no dia 13 de outubro tinha 52%, contra 49,7% de Lula, na pesquisa do dia 13 tinha 48%, mas ambos estão em empate técnico dentro da margem de erro. Já no campo, a vantagem do candidato do PL tende a crescer, nos polos goianos, Caiado teve entre 5% e 8% dos votos, um contingente que deve migrar para Flávio, e 80% dos eleitores de Zema dizem preferir o senador.

Porém, a estratégia petista, não é disputar o Centro-Oeste da soja, mas falar de agricultura familiar e produção de alimentos, além de exibir a abertura de mercados e a defesa da soberania diante de tarifas comerciais. No receituário agronômico, o período de carência é o intervalo obrigatório entre a última aplicação do veneno e a colheita, o eleitor tem agora o seu: seis dias para ler a bula antes de colher o resultado.

Fontes

https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/agronegocio-representa-13-do-eleitorado-71-se-dizem-conservadores-e-2-modernos-ou-progressistas/
https://www.primeirapaginasc.com/agronegocio-representa-13-do-eleitorado-71-se-dizem-conservadores-e-2-modernos-ou-progressistas/

https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/10/felipe-nunes-flavio-foi-melhor-que-jair-foi-o-agro-estupido.ghtml
https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/isadora-camargo/agro/flavio-amplia-votos-do-pai-no-agro-lula-cai-nos-10-maiores-polos-agricolas/
https://sempauta.com.br/noticia/50006/fio-do-professor-felipe-nunes-analise-das-pesquisas-estaduais-da-quaest-para-presidente.html
https://movimentoeconomico.com.br/?p=130256
https://apuracaoeleicao.com.br/br/presidente/
https://hubpolitico.com.br/eleicoes/2026/apuracao/presidente
https://www.correio24horas.com.br/eleicoes/eleicoes-2026-flavio-bolsonaro-vence-em-4-cidades-da-bahia-lula-recebe-66-dos-votos-no-estado-1026
https://acritica.net/politica/frente-parlamentar-da-agropecuaria-declara-apoio-a-flavio-bolsonaro/
https://www.gazetaweb.com/noticias/politica/flavio-diz-que-agro-e-tratado-como-lixo-e-vilao-pelo-atual-governo-895008
https://boca.com.br/brasil/agronegocio-brasileiro-subrepresentado-nas-eleicoes-2026
https://www.nsctotal.com.br/?p=7994680
https://www.novacana.com/noticias/candidato-agronegocio-augusto-cury-quer-cem-usinas-etanol-milho-100926
https://www.canalrural.com.br/politica/nilson-leitao-e-reeleito-presidente-do-instituto-pensar-agro/
https://ihu.unisinos.br/620609-principais-financiadores-da-bancada-%20ruralista-faturam-mais-de-r-1-47-trilhao
https://forbes.com.br/forbes-agro/2026/10/frente-parlamentar-da-agropecuaria-tem-174-deputados-e-seis-senadores-reeleitos/
https://oparana.com.br/agronegocio/bancada-ruralista-tem-200-parlamentares-eleitos-e-reeleitos-no-congresso-nacional/
https://www.canalrural.com.br/radar/bancada-do-agro-nas-eleicoes-2026-veja-quem-foi-eleito-e-quem-ficou-de-fora/
https://www.brasilagro.com.br/conteudo/agro-apoia-flavio-bolsonaro-por-paulo-junqueira-.html
https://agtechnavigator.com/Article/2026/05/04/how-2026-will-define-brazilian-agriculture
https://comprerural.com/2026-comeca-sem-pauta-e-o-brasil-pode-pagar-a-conta/
https://agroadvance.com.br/blog-imagem-do-agro/
https://tribunadejundiai.com.br/politica/eleicoes-2026/pesquisa-btg-nexus-flavio-bolsonaro-lula-segundo-turno/
https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/19/pesquisa-lula-veja-os-numeros-mais-recentes-do-segundo-turno.ghtm
Mapa de votos por município (TSE) e mapa da soja (ForestGIS, 2019): montagem publicada no X em 9 de outubro de 2026

Segurança em pauta: o debate do campo vai continuar

Kaique Camargo[3]

Introdução

Após o primeiro turno, ocorrido no dia 4 de outubro, os quatro estados que foram analisados nos boletins anteriores já definiram quem será o próximo governador pelos próximos quatro anos. Na Bahia e no Ceará, a previsão dada no boletim anterior se concretizou, afirmando a manutenção do Partido dos Trabalhadores nessas regiões no governo dessas regiões. Em contrapartida, com a surpresa ocorrida no Rio de Janeiro, o estado se juntou a São Paulo e terá representantes do Partido Liberal frente ao cargo de governador.

Nos quatro estados, o tema da segurança pública esteve sempre presente entre os candidatos, permeando os discursos e sendo mostrados como focos principais das respectivas campanhas para o governo do estado. Fazendo uma contraposição entre Nordeste e Sudeste, observamos uma oposição de ideias e ideais para maior eficiência no campo da segurança pública, para melhor combate à criminalidade. A nítida polarização que aparece nesse tema é característica marcante dos estados estudados.

A segurança pública apareceu logo no primeiro discurso pós vitória de todos os candidatos dos estados estudados. Isso reforça a hipótese da importância da segurança pública para as campanhas levantadas nos boletins anteriores, além de nos mostrar que essa pauta será utilizada pelos governadores ao longo de seus mandatos.

Iremos observar na próxima seção como cada um dos governadores eleitos abordou a segurança logo após o resultado final do primeiro turno. Também veremos o rápido movimento que todos estão fazendo para vincular

[3] Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ) e Coordenador do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

suas imagens às campanhas presidenciais, mudando o foco para o segundo turno da eleição nacional.

A manutenção do PT: Bahia e Ceará

O PT mostrou sua força porque além de conseguir as duas cadeiras para o Senado, o estado da Bahia viu a reeleição de Jerônimo Rodrigues se concretizar. Como pôde ser visto pelo mapa das zonas eleitorais do estado, o que foi dito no boletim anterior se concretizou. A força de Jerônimo nas cidades do interior foi nítida, como também na maioria esmagadora do território baiano. Isso refletiu num primeiro turno positivo, com 55,80% dos votos, desbancando ACM Neto com um milhão de votos a mais.

Logo após a reeleição, em seu primeiro discurso, Jerônimo abordou a importância do alinhamento com o governo federal para que a Bahia possa combater o crime e modernizar suas polícias. O governador prometeu uma nova Bahia, voltando a trazer a inteligência e a cooperação institucional como ferramentas necessárias para melhorar os números da segurança na Bahia. Nesse mesmo momento, Jerônimo fez questão de criticar as soluções propostas pela oposição de seu governo e prometeu políticas de Estado para a segurança pública.

Para isso, Jeronimo projeta a importância da vitória de Lula, para que se concretize a criação do Ministério da Segurança, o que garantiria um bom orçamento para que as polícias possam se modernizar e oferecer um trabalho mais certeiro. Esse discurso de Jerônimo sugere a utilização dessa pauta para mobilizar o cidadão baiano em busca de uma virada no segundo turno da eleição presidencial.

As articulações feitas por Jerônimo são notáveis. O governador foi responsável por convocar lideranças políticas e parlamentares, representantes de dez partidos, tendo senadores, deputados estaduais e federais, além de vereadores, participando desse encontro feito a fim de intensificar a mobilização em cima da campanha de Lula. Na Bahia, assim como veremos nos outros estados, o foco é total para o segundo turno entre Lula e Flávio.

No Ceará, Elmano de Freitas conseguiu a manutenção do seu cargo registrando 53,19% dos votos, firmando a continuidade para seu segundo

mandato como governador do Ceará. Com isso, o PT consegue fazer a manutenção de mais de uma década à frente do governo do Ceará, mostrando que, apesar da eleição apertada, uma força política foi construída pelo partido dentro desse estado.

Elmano fez questão de enfatizar que a segurança pública será uma das prioridades durante seu mandato, pondo em mesa como promessa, entregar nos primeiros 100 dias de governo o projeto "Quadrante Seguro". Além disso, como feito durante a campanha, o governador eleito também colocou em pauta a prioridade em melhorar o serviço de inteligência no trabalho da Polícia Civil, e focar na prisão de faccionados.

A segurança, durante o mandato de Elmano, possivelmente será a área onde ele atuará com maior intensidade, usando desse campo para fortalecimento político e também como mecanismo de resposta da sua gestão para o cidadão cearense.

Assim como Jerônimo, após o primeiro turno, Elmano também se dedicou diretamente para fortalecer a campanha do presidente Lula, usando como principal ferramenta a articulação com antigos aliados e com o eleitorado de Ciro Gomes, tendo como objetivo alcançar pelo menos 70% dos votos do Ceará para Lula.

Tanto na Bahia quanto no Ceará, abordar o tema da segurança pública parece pouco provável, exceto que isso seja para articular algo dentro da campanha do presidente. Todas as atenções estarão voltadas para o segundo turno presidencial. Porém, é importante chamar a atenção para as eleições de 2028. Nos dois estados, podemos ter certeza que esse tema voltará com força nos debates públicos e ambos os governadores usaram desse campo para articular a campanha dos candidatos às prefeituras locais. A segurança é um tema que não se esgota com facilidade nem na Bahia, nem no Ceará.

A manutenção do bolsonarismo: Rio de Janeiro e São Paulo

A surpresa do primeiro turno no Rio de Janeiro e a certeza da reeleição em São Paulo contrastam no que diz respeito a como foi o ritmo das eleições nos dois Estados. Porém, ambos se aproximam no quesito manutenção do bolsonarismo. Ambos finalizaram seus pleitos no primeiro turno, elegendo

candidatos bolsonaristas que contrastam diretamente, em termos de propostas na segurança pública, com os dois estados anteriores.

Douglas Ruas e Tarcísio se alinham diretamente ao discurso repressivo de confronto direto no que pauta a segurança pública, apresentando propostas de recrudescimento no que tange o combate ao crime.

Essa pauta é tratada como prioridade por Ruas, que logo após ser confirmado governador do Rio, prometeu fazer a retomada de territórios ocupados por organizações criminosas. O governador ofereceu um programa chamado "Escudo Fluminense", onde de forma muito ampla sugere o uso de reconhecimento facial, leitura de placas, drone, prevenção a lavagem de dinheiro, scanner de cargas, etc, sem entrar em muitos detalhes de como será aplicado isso.

A ideia padrão bolsonarismo segue nos planos de Ruas, que deseja a construção de novos sistemas prisionais com a separação dos faccionados que são lideranças. Portanto, a permanência de um política de seletividade penal em áreas periferizadas, focado na ostensividade, permanecerá como medidor de qualidade da segurança pública do Rio de Janeiro.

O governador eleito do Rio de Janeiro é investigado pelo Ministério Público por supostamente ter cometido os crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, por um crescimento financeiro abrupto de uma empresa da qual é sócio. O Rio de Janeiro conta atualmente com 5 ex-governadores que foram presos e 2 que foram cassados.

Assim como Bahia e Ceará, Douglas Ruas também está se dedicando à campanha presidencial, mas obviamente ao lado de Flávio Bolsonaro. Ruas pretende se articular mais no Rio de Janeiro, aproveitando o enfraquecimento de Paes pós eleições, para fazer a manutenção conservadora no estado, com isso tentando manter Flávio na liderança para o segundo turno.

Em São Paulo, a reeleição de Tarcísio não foi uma surpresa. A segurança também foi tratada por ele como pauta principal do seu governo, oferecendo alternativas já conhecidas e defendidas por ele, como a construção de novos presídios, no investimento de escolas cívico-militares. Também prometeu alto investimento em inteligência artificial, vídeo monitoramento e sufocamento do PCC minando suas fontes financeiras.

Vale ressaltar que foi trazido no primeiro boletim que Tarcísio defendia uma polícia que tivesse autonomia e funcionasse com a força do próprio estado, sem precisar de interferência da União. Esse posicionamento de Tarcísio permanecerá e devemos ver uma polícia muito semelhante ao que já observamos de seu primeiro governo.

Assim como Ruas, Tarcísio também se moveu rapidamente para a eleição presidencial, se mostrando como principal articulador de Flávio. A intenção de Tarcísio é tornar mais robusta a votação de São Paulo em Flávio, além de articular com a cúpula do MDB para prestação de apoio político e tem sido um dos principais organizadores de viagens para a campanha de Flávio Bolsonaro, mirando principalmente regiões estratégicas do Sul e Nordeste do país.

Um novo foco geral

O foco das lideranças e movimentos políticos se voltou para a disputa polarizada de Lulismos x Bolsonarismo, onde os próximos passos precisam ser calculados por todos os que integram esse momento. Para o atual momento, a tendência é que o tema da segurança seja explorado pontualmente pelos candidatos a presidentes, tendo em vista que a tramitação da PEC da Segurança foi interrompida no Senado. Porém, a segurança sempre está em pauta por ser um tema que se mostra como um dos principais vetores de mobilização ideológica, engajamento eleitoral e disputa de narrativas.

Mas vale ressaltar e preparar para o futuro breve: a segurança pública continuará sendo um campo de destaque e de exploração política para captação de votos e fortalecimento de mandatos. Nas eleições municipais de 2028 elas com certeza aparecerão e os governadores eleitos em 2026 serão centrais para fortalecer seus aliados em busca das prefeituras. Portanto é importante saber o desfecho dessas eleições para projetarmos os passos até os próximos pleitos.

Referências

G1. **Mapa de apuração: governador - Bahia.** [S. l.]: G1, 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/mapas/mapa-de-apuracao/governador/ba.ghtml.

POLÍTICA AO PONTO. **"Teremos uma outra Bahia": Jerônimo defende Ministério da Segurança Pública e recursos federais contra o crime organizado.** 2026. Disponível em:

https://politicaaoponto.com.br/teremos-uma-outra-bahia-jeronimo-defende-ministerio-da-seguranca-publica-e-recursos-federais-contra-o-crime-organizado/.

PANORAMA DA BAHIA. **Jerônimo articula frente suprapartidária em apoio a Lula na Bahia.** 2026. Disponível em: https://panoramadabahia.com.br/jeronimo-articula-frente-suprapartidaria-em-apoio-a-lula-na-bahia/.

G1. **"A gente ganha eleição é com um time", diz Elmano após ser reeleito para o governo do Ceará.** G1 Ceará, 5 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2026/noticia/2026/10/05/a-gente-ganha-eleicao-e-com-um-time-diz-elmano-apos-ser-reeleito-para-o-governo-do-ceara.ghtml.

BROADCAST. **No CE, Elmano de Freitas mira eleitorado de Ciro e cobra aliados na campanha de Lula.** 2026. Disponível em: https://www.broadcast.com.br/ultimas-noticias/no-ce-elmano-de-freitas-mira-eleitorado-de-ciro-e-cobra-aliados-na-campanha-de-lula/.

G1. **Douglas Ruas: quem é o policial civil e deputado eleito governador do RJ.** G1 Rio de Janeiro, 10 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/10/10/douglas-ruas-quem-e-o-policial-civil-e-deputado-eleito-governador-do-rj.ghtml.

O GLOBO. **Entenda o que acontece com investigação sobre Douglas Ruas após eleição.** 11 out. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/11/entenda-o-que-acontece-com-investigacao-sobre-douglas-ruas-apos-eleicao.ghtml.

G1. **Tarcísio diz que saúde e segurança serão prioridades e promete antecipar a entrega da nova sede do governo para 2030.** G1 São Paulo, 4 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/tarcisio-diz-que-saude-e-seguranca-serao-prioridades-e-promete-antecipar-a-entrega-da-nova-sede-do-governo-para-2030.ghtml.

FOLHA DE S.PAULO. **Tarcísio 2 será desafiado por PCC, feminicídios e resultado de privatizações.** 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/tarcisio-2-sera-desafiado-por-pcc-feminicidios-e-resultado-de-privatizacoes.shtml.

GAZETA DO POVO. **Tarcísio: segundo mandato e promessas.** 2026. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/sao-paulo-2026/tarcisio-segundo-mandato-promessas/

O que o primeiro turno nos diz sobre religião e eleições?

Maria Carolina Barreto[4]

Os dois primeiros boletins deste monitoramento acompanharam como a religião chegou às eleições presidenciais de 2026 e como ela foi mobilizada durante a campanha. Nesse período, observou-se a circulação de candidatos em igrejas e eventos religiosos, a aproximação com lideranças e organizações cristãs, o uso de símbolos e linguagens religiosas e a tentativa de diferentes atores de reivindicar a representação política desses segmentos. O primeiro turno permite avançar nessa análise ao oferecer novos dados sobre a influência das lideranças religiosas, o conteúdo dos cultos e missas, a circulação de desinformação e o desempenho eleitoral de políticos ligados às igrejas.

Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno na primeira posição, com 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula registrou 45,16%. Foram 56,1 milhões de votos para Flávio e 53,9 milhões para Lula, uma diferença de pouco mais de 2,2 milhões de votos. Ao mesmo tempo, as pesquisas realizadas às vésperas da votação continuaram mostrando uma divisão importante entre católicos e evangélicos. Essa diferença permanece no início do segundo turno, mas os dados disponíveis também mostram que ela não pode ser explicada apenas por orientações dadas dentro das igrejas. Ao contrário, a campanha de 2026 reforçou que a religião circula por diferentes espaços: templos, redes sociais, grupos de WhatsApp, lideranças políticas, influenciadores, organizações religiosas e repertórios morais que ajudam a interpretar a própria disputa eleitoral.

O que sabemos sobre o voto dos religiosos no primeiro turno?

O levantamento da votação feito pelo Datafolha realizado nos dias 2 e 3 de outubro, com 4.006 entrevistados, Lula tinha 51% das intenções de voto entre católicos e Flávio Bolsonaro 34%. Entre evangélicos, a relação se invertia, com

[4] Doutoranda em ciência política pelo IESP - UERJ e coordenadora de pesquisa no OPEL.

Flávio registrando 55% e Lula 25%. A diferença entre os dois grupos já vinha aparecendo ao longo de toda a campanha e se manteve até a véspera da eleição. Os levantamentos feitos depois do primeiro turno indicam que essa clivagem continua presente no segundo. No Datafolha realizado entre 6 e 7 de outubro, Flávio registrava 69% entre evangélicos, contra 25% de Lula, enquanto entre católicos Lula aparecia com 53% e Flávio com 41%.

A Atlas/Bloomberg, com entrevistas realizadas entre 3 e 8 de outubro, encontrou uma diferença ainda maior entre evangélicos, com 72,7% para Flávio e 23,5% para Lula. Entre católicos, porém, o mesmo levantamento mostrou praticamente um empate, com 49% para Lula e 48,7% para Flávio. Já a Quaest divulgada em 14 de outubro registrou Flávio com 60% entre evangélicos e Lula com 28%. As diferenças entre institutos reforçam a necessidade de cautela com os percentuais, mas todos mostram uma vantagem expressiva de Flávio no segmento evangélico.

Nesse sentido, mais do que utilizar um único percentual como se ele representasse o comportamento de todo o grupo, é importante observar o padrão que se repete nas diferentes pesquisas. Também é necessário considerar as diferenças internas apontadas pela pesquisa Religião e Vida Pública no Brasil, idealizada e coordenada pelo ISER, com execução de campo da Quaest. O levantamento mostra, por exemplo, maior equilíbrio político entre católicos brancos e uma vantagem mais expressiva de candidaturas de esquerda entre católicos negros. Entre evangélicos com ensino fundamental incompleto, o apoio à esquerda se aproxima do apoio à direita. Portanto, raça, escolaridade, renda, gênero e território atravessam o pertencimento religioso e ajudam a explicar por que duas pessoas que se identificam como evangélicas ou católicas podem apresentar comportamentos políticos bastante diferentes.

Entre a influência das lideranças e o chamado “voto de cajado”

Em julho, o Datafolha havia identificado que 23% dos entrevistados afirmavam que a opinião de líderes religiosos teria muita ou alguma influência em seu voto. No levantamento realizado entre 29 de setembro e 1º de outubro, esse percentual passou para 30%. Entre evangélicos, 39% disseram atribuir alguma influência às lideranças de suas igrejas, enquanto entre católicos o

percentual foi de 31%. Embora a maioria continue afirmando que não é influenciada, o crescimento ao longo da campanha mostra que padres, pastores e outras lideranças ganharam espaço na decisão declarada de uma parcela do eleitorado.

Esse resultado parece, à primeira vista, contradizer os dados do ISER/Quaest, que mostram ampla rejeição à intervenção eleitoral direta dentro das igrejas. Na pesquisa, 83% são contrários à indicação de voto por padres ou pastores, 82% rejeitam discussões políticas durante cultos e missas e 90% são contra campanhas eleitorais nos espaços religiosos. Entretanto, as duas informações não são necessariamente incompatíveis. Uma liderança pode influenciar valores, interpretações políticas e relações de confiança sem precisar indicar formalmente um candidato durante uma celebração. Além disso, 66% dos entrevistados pela pesquisa do ISER afirmaram utilizar o WhatsApp como espaço de articulação de comunidades e grupos religiosos, o que amplia a circulação de conteúdos políticos para além do momento do culto ou da missa.

Outra pesquisa do grupo Passagens da UFRJ, em parceria com a More in Common Brasil, reforça essa diferença. Foram analisados 7.456 cultos e missas transmitidos pelo YouTube nos dois domingos anteriores ao primeiro turno, somando mais de 13 mil horas de celebrações. Em apenas 3,2% delas foi identificada propaganda eleitoral explícita, como promoção ou ataque a candidaturas. A incidência foi de 8,3% nas Assembleias de Deus, 1,4% entre batistas e 0,7% nas missas católicas. Mensagens cívicas, como incentivo ao voto consciente ou críticas à polarização, apareceram com frequência maior, em 15,3% das celebrações. O resultado relativiza a ideia de que a diferença eleitoral entre grupos religiosos seja produzida principalmente por uma ordem direta dada no púlpito.

Nesse sentido, é fundamental compreender que não é possível falar em "voto evangélico" ou "voto católico" como se fossem categorias homogêneas. A religião funciona como uma clivagem social e participa da construção de repertórios e identidades, mas se combina a outras experiências. A pesquisa do ISER mostra ainda que posições consideradas conservadoras em temas morais não se transformam automaticamente em posições conservadoras sobre políticas públicas. Entre os evangélicos, por exemplo, há apoio elevado à educação sexual

como forma de prevenção ao abuso e aos métodos contraceptivos, enquanto a rejeição ao homeschooling também é majoritária. Isso ajuda a mostrar os limites de interpretar o voto religioso apenas pelas chamadas pautas de costumes.

As urnas também reorganizaram a representação evangélica

As eleições de 2026 produziram um desgaste importante de nomes tradicionais da bancada evangélica no Congresso. Dos cinco parlamentares que presidiram a Frente Parlamentar Evangélica desde 2018, apenas Sóstenes Cavalcante conseguiu se reeleger. Gilberto Nascimento, Cezinha de Madureira, Silas Câmara e Eli Borges ficaram fora da próxima legislatura. Outros nomes conhecidos, como Pastor Eurico e Otoni de Paula, também não conseguiram renovar seus mandatos.

O caso de Otoni de Paula é relevante para este monitoramento porque ele apareceu nos boletins anteriores como um dos principais articuladores da candidatura de Ronaldo Caiado junto a igrejas e lideranças evangélicas, mas não conseguiu se reeleger em 2026. Seu resultado, contudo, faz parte de um movimento mais amplo de perda de espaço de nomes e estruturas tradicionalmente vinculados a grandes denominações. O Republicanos, historicamente ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, saiu das urnas com uma bancada federal menor, enquanto nomes ligados à denominação, como Marcelo Crivella e Edna Macedo, não conseguiram se eleger. Na Igreja Internacional da Graça de Deus, nenhum dos cinco filhos de R. R. Soares envolvidos na eleição conquistou uma vaga, e a Assembleia de Deus do Brás também não conseguiu eleger nenhum dos quatro candidatos apoiados institucionalmente em São Paulo.

No caso da Universal, há ainda uma diferença importante em relação aos pleitos anteriores. Edir Macedo, que declarou apoio a candidaturas presidenciais em outras eleições, não se posicionou publicamente em favor de Lula ou Flávio Bolsonaro em 2026, e a igreja manteve uma posição de neutralidade na disputa presidencial, inclusive após o primeiro turno. Esses resultados não significam uma retração da representação evangélica como um todo. Ao contrário, candidaturas evangélicas fortemente identificadas com o bolsonarismo e com grande presença nas redes sociais, como Nikolas Ferreira, Lucas Pavanato e André Fernandes,

ampliaram sua votação, enquanto Sóstenes Cavalcante também cresceu. A mudança sugere uma reconfiguração da representação política evangélica, onde as lideranças ligadas diretamente a grandes denominações continuam importantes, mas passam a dividir espaço com políticos que constroem autoridade por meio de redes sociais, identificação ideológica, pautas conservadoras mais amplas e mobilização de uma identidade cristã. Mesmo nesse cenário, Silas Malafaia manteve capacidade de articulação, segundo levantamento de seus aliados, 20 dos 36 candidatos ao Senado apoiados pelo pastor foram eleitos, além de nomes para a Câmara e assembleias estaduais.

Nossa Senhora, redes sociais e a disputa pelos católicos

A reta final do primeiro turno também mostrou como símbolos religiosos podem ganhar centralidade eleitoral mesmo quando sua presença é pequena dentro das celebrações religiosas. A controvérsia sobre uma suposta intenção de Flávio Bolsonaro de retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil começou nas redes, foi incorporada pelas duas campanhas e chegou ao Judiciário. Monitoramento da Casa Galileia publicado pelo Coletivo Bereia identificou, entre 24 e 25 de setembro, 7.712 ocorrências associando Nossa Senhora ou a expressão "Padroeira do Brasil" a Flávio Bolsonaro. No universo monitorado, foram registradas 6,32 milhões de interações e uma estimativa de 363 milhões de impressões, que não devem ser confundidas com número de pessoas alcançadas.

Essa grande circulação de Nossa Senhora nas redes pareceu produzir a impressão de um movimento católico progressista, mas o campo católico brasileiro é politicamente mais diverso. O primeiro turno mostrou justamente esse limite, com Lula continuando com vantagem entre católicos em diferentes pesquisas, mas isso não significando que o catolicismo tenha se organizado eleitoralmente em torno de sua candidatura. Além disso, o monitoramento de cultos e missas encontrou presença marginal da controvérsia dentro das celebrações católicas, mostrando uma distância entre a agenda das redes e do noticiário e aquilo que efetivamente apareceu nas missas.

Essa heterogeneidade também aparece na presença de setores católicos conservadores fortemente identificados com o bolsonarismo. Parlamentares

como Bia Kicis, Chris Tonietto e Júlia Zanatta, por exemplo, articulam publicamente sua identidade católica a pautas relacionadas ao aborto, à família, ao gênero e à sexualidade e mantêm proximidade política com o campo bolsonarista. Assim, da mesma forma que não é possível tratar os evangélicos como um bloco político homogêneo, o melhor desempenho de Lula entre católicos não significa que esse segmento esteja organizado majoritariamente em torno de posições progressistas. O catolicismo brasileiro também é atravessado por diferentes correntes, organizações e formas de atuação política, que disputam entre si quais valores e agendas podem ser apresentados como expressão da identidade católica.

Já no dia 12 de outubro, data de Nossa Senhora Aparecida, os dois candidatos voltaram a realizar gestos direcionados aos católicos. Lula participou de missa no Palácio da Alvorada e Flávio Bolsonaro esteve em celebração na Catedral de Brasília. No Santuário Nacional de Aparecida, fiéis entrevistados pela imprensa criticaram a utilização eleitoral da imagem da santa, enquanto o arcebispo de Aparecida, dom Mário Antônio da Silva, fez uma homilia contra o ódio, a intolerância e a violência sem declarar apoio a qualquer candidatura. Flávio, por sua vez, passou a buscar maior aproximação com influenciadores do chamado catolicismo digital, incluindo Frei Gilson, embora ainda sem conseguir reproduzir entre católicos o grau de apoio institucional encontrado em setores evangélicos.

A desinformação religiosa também continuou presente na reta final do primeiro turno. Na véspera da eleição, o Bereia registrou conteúdos produzidos ou manipulados com inteligência artificial que associavam falsamente Lula e Janja a "rituais satânicos", à consagração do Brasil a Exu e a uma suposta proposta de taxar igrejas evangélicas para financiar terreiros. Segundo monitoramento citado pelo coletivo, essas mensagens tiveram exposição potencial estimada em centenas de milhões de perfis nas plataformas analisadas. Assim, a mobilização religiosa não ocorreu apenas por meio de apoios e visitas a igrejas, mas também pela produção de medo e desinformação dirigida a identidades religiosas específicas.

O segundo turno concentra alianças e amplia a disputa religiosa

No dia 10 de outubro, durante o centenário da Assembleia de Deus Ministério de Madureira, no Maracanãzinho, o bispo Samuel Ferreira afirmou que, se pudesse pedir voto, pediria para Flávio e conduziu o público na repetição da expressão "irmão vota em irmão". Flávio, no mesmo evento, voltou a definir a disputa como uma "guerra espiritual". O episódio é importante porque o Ministério de Madureira havia apoiado Caiado, que declarou apoio ao Flávio, no primeiro turno e agora se aproxima do candidato do PL.

Lula também intensificou sua estratégia. Em 14 de outubro, divulgou uma carta às famílias evangélicas em que relaciona medidas de governo, como restrições às bets e o fim da escala 6x1, à proteção das famílias e pede que os fiéis busquem "discernimento" em Deus antes do voto. A reação do campo adversário foi imediata: aliados de Flávio passaram a convocar pastores e igrejas para um "clamor à nação", marcado para 18 de outubro, apresentado como um dia nacional de oração para que "a verdade prevaleça sobre a mentira". Dessa forma, o segundo turno não apenas concentra as alianças religiosas, mas amplia a disputa sobre qual candidatura pode se apresentar como mais coerente com valores cristãos.

Ao mesmo tempo, o interesse declarado pelos grupos religiosos não é igual. Pesquisa BTG/Nexus divulgada em 13 de outubro mostrou que 73% dos católicos afirmavam ter muito interesse no segundo turno, acima da média nacional de 67%, enquanto entre evangélicos esse percentual era de 58%. O dado é relevante porque Flávio já possui uma vantagem elevada entre evangélicos e sua campanha precisa transformar essa preferência em comparecimento, enquanto Lula busca reduzir a diferença nesse segmento e preservar sua vantagem entre católicos. As últimas semanas tendem a combinar mobilização religiosa, disputa por comparecimento e tentativa de conversão de apoios institucionais em votos.

Considerações finais

O primeiro turno oferece um quadro mais complexo do que a ideia de que igrejas simplesmente transferem votos para candidatos. As pesquisas mostram diferenças persistentes entre católicos e evangélicos e um aumento da influência

declarada de lideranças religiosas na reta final. Ao mesmo tempo, a maior parte dos fiéis rejeita campanhas dentro dos templos e o monitoramento de mais de sete mil celebrações encontrou propaganda eleitoral explícita em uma parcela pequena dos cultos e missas. Isso indica que a mediação religiosa do voto ocorre por diferentes caminhos e não apenas por uma orientação formal dada durante a celebração.

As próprias urnas também mostraram mudanças na representação política evangélica. Enquanto parte da velha guarda ligada às grandes denominações perdeu espaço, políticos com forte identificação conservadora e presença digital cresceram. No segundo turno, por outro lado, alianças religiosas antes fragmentadas passam a se concentrar em torno de Flávio Bolsonaro, enquanto Lula tenta ampliar a interlocução com cristãos por meio de organizações progressistas, cartas e referências religiosas em sua comunicação. Dessa forma, a pergunta sobre quem consegue falar politicamente em nome dos cristãos permanece aberta, mas o primeiro turno mostra que essa representação está sendo construída ao mesmo tempo nos templos, nas redes, nas urnas e nas disputas internas do próprio campo religioso.

A centralidade do fim da escala 6x1 na polarização eleitoral

Tamyres Ravache Alves de Marco[5]

As hipóteses levantadas nos boletins anteriores se confirmaram, na medida em que a polarização política e a relevância político-programática do fim da escala 6x1 atravessaram todo o percurso, da pré-campanha até o fim do primeiro turno das eleições presidenciais de 2026. Com a votação da PEC no Senado começa uma nova etapa dessa disputa. Mais do que reafirmar a centralidade da pauta, esse movimento transformou uma demanda social concreta em uma decisão institucional, com implicações diretas para a dinâmica eleitoral do segundo turno.

Nos boletins anteriores, vimos como essas duas dimensões se desenvolveram ao longo das campanhas. A polarização se expressou especialmente nas diferentes narrativas construídas em torno do fim dessa jornada de trabalho. Lula incorporou o fim da escala 6x1 à agenda de ampliação dos direitos trabalhistas e de proteção social, enquanto Flávio Bolsonaro e seu campo político associaram a pauta à flexibilização das relações de trabalho e à negociação direta entre trabalhadores e empregadores. Visões diametralmente distintas sobre o papel do Estado na organização e na regulação das relações de trabalho.

Ao ultrapassar as propostas de programa de governo e alcançar uma dimensão institucional por meio da tramitação da PEC[6] no Congresso, o fim da escala 6x1 tornou-se objeto de intensa mobilização política, ganhando destaque no debate público e na mídia. Lula atuou para impulsionar sua tramitação na Câmara e no Senado, ao passo que Flávio Bolsonaro se mobilizou para impedir que a votação ocorresse antes das eleições do primeiro turno. E foi desse modo

[5] Cientista Política pelo IESP/UERJ e Coordenadora de Pesquisa do OPEL.
[6] PEC nº 221 de 2019 (apresentada originalmente pelo deputado Reginaldo Lopes), que também engloba propostas correlatas como a PEC nº 8 de 2025 (apresentada pela deputada Erika Hilton).

que o fim da escala 6x1 ultrapassou a dimensão programática e expôs diferentes formas de atuação e articulação política dos candidatos diante do Congresso.

O primeiro turno mostrou não só como a pauta foi gradativamente absorvida pela polarização, como também adquiriu substancial relevância política nas campanhas de Lula e Flávio. Mais do que uma proposta relacionada às condições concretas de trabalho, o fim da escala 6x1 aprofundou os debates em torno dos direitos humanos, das relações entre capital e trabalho e do papel do Estado nessa dinâmica.

O fim da escala 6x1 na polarização

A trajetória da escala 6x1 ao longo de 2026 mostra que sua centralidade não surgiu apenas durante a campanha presidencial. A pauta já carregava um apelo social anterior, relacionado às condições de trabalho, ao tempo de descanso das pessoas, bem como à possibilidade de conciliar trabalho, família e vida pessoal. Ao entrar na disputa eleitoral, o tema passou a ser mobilizado a partir de perspectivas políticas distintas, adquirindo novos significados em razão da polarização. Esse movimento é importante para compreender o papel da pauta no primeiro turno. O fim da escala 6x1 não entrou na eleição apenas como uma proposta específica de alteração da jornada de trabalho, mas também como uma questão capaz de expressar as diferentes concepções sobre a vida e a cidadania. A polarização permitiu um aprofundamento coletivo do debate sobre quem poderia e deveria assegurar direitos em torno das relações de trabalho, bem como quais mecanismos e limites estariam em jogo nessa discussão.

No campo de Lula, a redução da jornada foi apresentada como uma política de ampliação de direitos: a defesa de uma jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial, que atribui ao Estado e à legislação trabalhista o papel de instrumentos legítimos de proteção diante das relações assimétricas existentes no mercado de trabalho entre empregado e empregador. A pauta foi, portanto, incorporada a uma visão mais ampla de proteção social e valorização do trabalho, aproximando-se de uma perspectiva ético-política, na medida em que ultrapassa a reivindicação imediata e a insere em um projeto mais amplo de sociedade.

No campo de Flávio Bolsonaro, a discussão seguiu o caminho oposto. A pauta foi defendida com base na flexibilização das relações trabalhistas e na

negociação direta entre patrão e empregado, ou seja, na lógica do negociado sobre o legislado, atribuindo às partes envolvidas o protagonismo na definição das condições de trabalho. Essa abordagem aproxima-se de uma dimensão econômico-corporativa, isto é, voltada à defesa dos interesses imediatos de trabalhadores e empregadores, diferentemente da dimensão ético-política, que relaciona uma demanda específica a um projeto mais amplo de sociedade.

Essa diferença ajuda a compreender por que o fim da escala 6x1 se tornou uma pauta politicamente relevante. A disputa não estava apenas em torno da alteração da jornada, mas também do significado dessa mudança e de quem deveria conduzi-la: ela envolve também as condições concretas de vida da população, uma vez que a redução da jornada diz respeito também às possibilidades de ampliar o tempo disponível para o descanso, o convívio familiar, o lazer e o cuidado com a saúde. A votação da PEC evidenciou as diferentes respostas políticas a uma demanda social que ultrapassa a esfera das relações de trabalho.

O que o primeiro turno e a aprovação do fim da escala 6x1 no senado indicam

O balanço do primeiro turno confirma a permanência da polarização entre os dois principais campos políticos em disputa e o potencial que o fim da escala 6x1 poderia assumir ao longo da campanha. Sua trajetória mostrou como uma demanda social concreta passou a integrar a disputa política mais ampla, mobilizando diferentes concepções sobre direitos, cidadania, relações de trabalho e o papel do Estado.

Com a aprovação do fim da escala 6x1 no Senado, em 14 de outubro, essa possibilidade se transformou em um fato novo relevante para o segundo turno. O Senado aprovou o fim da escala 6x1 em dois turnos, com 75 votos favoráveis e um contrário. Essa vitória é importante na medida em que permite que o campo de Lula apresente um resultado concreto em resposta a uma demanda popular, associada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Essa mudança não diz respeito somente à organização das relações de trabalho, mas, sobretudo, ao tempo disponível para o descanso, o convívio familiar, o lazer e o cuidado com a própria vida.

Nesse cenário, a aprovação representa uma conquista política relevante para Lula no segundo turno, ao lhe permitir associar seu campo político à ampliação de direitos e à possibilidade de mudanças concretas na vida dos trabalhadores.

Para fortalecer sua campanha no segundo turno, Lula e seus aliados precisarão transformar essa vitória em reconhecimento eleitoral, o que dependerá, sobretudo, da capacidade de comunicar ao eleitorado o significado dessa conquista e seus efeitos futuros para a vida dos trabalhadores. Será fundamental, portanto, evidenciar o papel desempenhado pelo seu campo nessa conquista, a fim de ampliar esse reconhecimento para além de sua base eleitoral e alcançar uma parcela mais ampla do eleitorado e da sociedade brasileira.

Fontes

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/09/fim-da-6-x-1-senado-pode-concluir-1o-turno-da-votacao-em-mais-duas-sessoes
https://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/2026-10-07/lula-flavio-escala-6x1-propostas-segundo-turno.html
https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/10/09/alcolumbre-pauta-votacao-de-pec-que-preve-fim-da-escala-6-x-1-para-a-proxima-quarta-feira.ghtml
https://piaui.uol.com.br/web/ft133/
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/10/alcolumbre-marca-sessoes-sobre-fim-da-6x1-no-senado-e-votacao-pode-ocorrer-na-quinta-15.shtml
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/10/08/escala-6x1-governo-lula-tenta-votar-semana-que-vem-e-oposicao-busca-adiar-analise-entenda-estrategias.ghtml
https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxp8gl2zlez7o
https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/14/senado-aprova-fim-da-6x1-em-primeiro-turno
https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senado-abre-sessao-que-vai-analisar-fim-da-escala-6x1/
https://piauihoje.com/index.php/noticias/politica/como-votaram-os-senadores-do-piaui-no-fim-da-escala-6x1-468370.html
https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/10/15/fim-da-escala-6x1-tambem-afeta-quem-trabalha-de-segunda-a-sexta-veja-o-que-muda.ghtml

Poder Judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026

Thaís Climaco Cavalcante[7]

Este boletim investiga a polarização política em torno do Poder Judiciário nas campanhas presidenciais de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), com atenção especial à passagem do primeiro para o segundo turno. A hipótese que orienta o trabalho é de que a polarização se expressa por meio de duas estratégias eleitorais opostas: Lula procura se apresentar como defensor da democracia e da institucionalidade, enquanto Flávio Bolsonaro faz ataques ao Supremo Tribunal Federal, buscando atrelar a crise do STF ao governo.

Os questionamentos sobre o STF e TSE se entrelaçam com o avanço do segundo turno das eleições. No Supremo, o caso Master, que envolve magistrados, e as divergências entre ministros escalam, junto com o desgaste da Corte e a queda da confiança da população. No Tribunal Superior Eleitoral Justiça Eleitoral (TSE), os conflitos se concentraram nas regras dos debates, na circulação de propaganda e nos limites entre a crítica política e a desinformação. Esses desdobramentos afetam a dinâmica das candidaturas, que reagem de maneiras distintas ao desgaste do Poder Judiciário.

Para examinar essas estratégias, o boletim analisa as posições de cada candidato no primeiro e no segundo turno, os conflitos entre STF e TSE e os planos de governo de Lula e Flávio para o Judiciário. A discussão se apoia na noção de antagonismo e de consenso conflituoso de modo a distinguir a crítica a decisões e a defesa de reformas das tentativas de deslegitimação institucional.

O STF ainda está pairando nas eleições de 2026

Com a crise do STF em meio às eleições presidenciais, importa compreender não apenas o impacto no desempenho numérico dos candidatos,

[7] Doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFRRJ e coordenadora de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

mas compreender o impacto político e suas possíveis consequências para a democracia, neste momento de disputa eleitoral entre projetos políticos antagônicos. Do ponto de vista da campanha de Lula, há um esforço de trazer a crise para uma discussão democrática, prevendo a participação da sociedade civil em possíveis mudanças.

O presidente Lula foi frequentemente questionado antes do primeiro turno sobre a crise da Suprema Corte, sobretudo sobre sua relação com o ministro Alexandre de Moraes e o envolvimento do magistrado no caso Master. Lula propôs reformas no STF, posição que ficou mais evidente à medida que o primeiro turno se aproximava. A sua resposta em relação à crise é clara: a defesa de mandatos mais curtos; mandados mais limitados de magistrados e novos critérios de indicação; possível formação de um Conselho de entidades e especialistas que apresentaria nomes à presidência. Na prática, a indicação continuaria a cargo do presidente, mas outras autoridades participaram da seleção. Assim, embora tenha defendido a independência do Judiciário, Lula teve de enfrentar de forma propositiva os efeitos políticos da crise.

Aspectos sobre o segundo turno

O saldo do primeiro turno foi muito positivo para Flávio Bolsonaro. O PL conquistou a maior bancada da história da Câmara, com 23 cadeiras a mais, e ampliou sua presença no Senado, que passou para 54 vagas. Mobilizado pela maioria da direita no Congresso, Flávio falou em mudar a Constituição e em "redemocratizar" o país, sem detalhar sobre se há mecanismos de participação popular ou da sociedade civil, nem o alcance real dessa promessa.

Lula, que chegou em posição desvantajosa na corrida ao primeiro turno, reconheceu o impacto político da crise do STF, afirmando que o governo "carregou nas costas" a "promiscuidade" estabelecida na Suprema Corte.

A partir deste momento, o presidente Lula passou a se apresentar de forma mais contundente, enfatizando ser a única candidatura capaz de confrontar o sistema, colocando Flávio Bolsonaro como "a representação dos interesses estabelecidos". A campanha de Lula reforçou que a confusão entre os poderes levou parte da população a responsabilizar o governo pela crise, fato que Flávio Bolsonaro soube explorar ao associar Lula a Moraes, estratégia que vem desde o

período de pré-campanha, e que, na prática, desvia a atenção do eleitor das investigações do candidato no caso do filme *Dark Horse*.

O segundo turno também foi marcado pela acusação de Flávio de favorecimento de Lula pelos magistrados, e de perseguir os adversários. Ao reagir à ordem de prisão de Eduardo Bolsonaro, acusou ainda tumultuar as eleições. Após o primeiro turno, o candidato não só intensificou a estratégia de crítica ao STF, como passou a defender o impeachment de Moraes, acenando para a composição majoritária do seu partido no Senado em 2027.

STF e TSE: fronteiras decisórias

Os conflitos do STF transbordam para o TSE, mostrando que estes terrenos não são neutros nem homogêneos: para além dos conflitos, há também decisões individuais e colegiadas, e em meio a elas, as campanhas questionam o que entendem como favorecimentos e interferências.

No TSE, os conflitos decisórios surgiram pouco antes do primeiro turno. O primeiro fato relevante na batalha de judicialização das eleições presidenciais foi a disputa sobre o título de padroeira do Brasil para Nossa Senhora Aparecida, que opôs os ministros Flávio Dino e André Mendonça em torno dos limites da liberdade de expressão nas campanhas. Outro fato importante é compreender decisões sobre as regras do debate da Globo, que geraram acusações por parte da campanha de Flávio Bolsonaro, como as de favorecimento e censura.

As ações judiciais são, ainda neste momento, o motivo de inúmeros conflitos judiciais que levaram inclusive à suspensão determinada pelo Ministro Kássio Nunes Marques, do Canal de comunicação da militância pró-Lula, ou "Exército do Lula". O fato é que decisões como essa são interpretadas como enviesadas por adversários políticos, e este é um dilema que se impõe sobre a justiça. Diante da suspensão do canal, o deputado federal e mobilizador, André Janones, sinalizou à militância que só contestaria a decisão judicialmente, e que não caberia a ele atacar o ministro.

Diante da judicialização destas eleições, o que distingue fundamentalmente os projetos políticos das candidaturas é o sentido político de seus questionamentos perante as decisões, e como tais questionamentos compõem a disputa pela arena democrática.

Polarização, antagonismo e princípios democráticos

Para Chantal Mouffe, o antagonismo é constitutivo das relações políticas, mas torna-se antidemocrático quando se escala para o desejo de eliminar o adversário. Desse modo, o conflito no Judiciário não é, por si só, o problema destas eleições, mas sim o resultado da própria dinâmica da dimensão política. Do ponto de vista da democracia, o antagonismo provoca preocupação quando este leva à intenção de exclusão de adversários do espaço democrático.

No Judiciário paira o "consenso conflituoso", ou seja, a adesão aos princípios de liberdade e igualdade, que permite, naturalmente, desacordos sobre seu significado. Hoje, projetos políticos antagônicos disputam esses significados, inclusive nas esferas de onde se espera neutralidade. A questão fundamental que se impõe, no entanto, é de natureza política. Os projetos políticos presentes nas campanhas eleitoraiss são capazes de canalizar esses conflitos de forma democrática?

Esta pergunta é fundamental, pois, enquanto os conflitos eclodem, a população perde a confiança no Supremo Tribunal Federal: segundo a Quaest publicada em setembro de 2026, 56% não confiavam na Corte, contra 46% em agosto. O Datafolha de 21 de setembro registrou 48% de desconfiança, a maior da série iniciada em 2012, chegando a 69% entre eleitores de Flávio e 22% entre os de Lula.

Nesse sentido, a maior desconfiança de eleitores de Flávio Bolsonaro favorece o seu projeto porque este canaliza a desconfiança do eleitor em ataques ao STF, contribuindo ainda com a perseguição ao ministro Moraes. Flávio Bolsonaro, movido pela empolgação do resultado do primeiro turno, faz discurso vago sobre mudanças na Constituição.

Planos e projetos políticos para o Poder Judiciário

Com discurso mais radicalizado em relação ao Supremo Tribunal Federal, Flávio Bolsonaro (p. 65) trouxe em seu plano de governo propostas expressas que visam a Reforma do STF e da função de Corte Constitucional, retirando suas competências criminais originárias e limitando decisões monocráticas. Entre outros detalhes, prevê também quarentena para a indicação de ministros de

Estado, restrições à atuação de parentes de magistrados e seus escritórios e mudanças na composição e nas competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O plano de governo também traz pontos relativos ao fortalecimento dos representantes eleitos e à restrição da atuação do Supremo, como caminhos para recuperar o equilíbrio democrático. Entre alguns pontos obscuros, como a alteração de composição do CNJ e do CNMP, as propostas de limitação e controle judicial são os maiores destaques. Combinadas com a proposta de dar maiores poderes ao Legislativo e ao Executivo, são medidas notadamente nocivas ao Estado de Direito por permitir a ampliação de poderes aos representantes eleitos, que na atual composição do legislativo, favorece aos interesses do próprio Flávio Bolsonaro e de seu partido, que é maioria no Congresso.

Além disso, a desconfiança da população em relação ao Supremo, canalizada politicamente e combinada à conquista de uma maioria no Congresso Nacional, conferiria grande força ao presidente, caso este fosse Flávio Bolsonaro. Sendo assim, a estratégia eleitoral de descredibilização do STF ganhou tanta relevância para sua campanha, associada a um projeto político que canaliza de forma não democrática o conflito do STF, obscurecendo a participação popular e distorcendo, em certo sentido, a autonomia institucional.

Por outro lado, o plano de governo de Lula (pp. 15-16) trata o fortalecimento da democracia como uma agenda de participação social e de reforma das relações entre os Poderes. O documento destaca a recriação dos conselhos de políticas públicas, as 28 conferências nacionais realizadas desde 2023, o Sistema de Participação Social e um PPA que mobilizou mais de 1,4 milhão de participantes na plataforma Brasil Participativo.

Em relação ao Poder Judiciário, o plano de governo de Lula evita o confronto. Reconhece a morosidade decisória decorrente do excesso de processos e recursos, e propõe um diálogo permanente com os atores da Justiça, respeitada a autonomia dos Poderes.

Ainda, o projeto político de Lula também visa à regulação democrática das plataformas digitais contra a desinformação e os discursos de ódio, em nome de uma opinião pública plural. Nesse ponto, o contraste deste projeto com o de Flávio é nítido. Enquanto o candidato do PL canaliza a desconfiança no STF em

promessas obscuras de mudança constitucional que fortaleceriam grupos da Política, o plano de Lula responde com mecanismos de participação e controle social.

Conclusão

Diante das divergências entre STF e TSE, as disputas sobre liberdade de expressão e as acusações de favorecimento mostram que o Poder Judiciário também é um espaço de conflito. Os atores reivindicam os princípios de liberdade e igualdade, mas lhes atribuem sentidos distintos.

Vimos que as estratégias de campanha se distinguem nesse ponto. A campanha de Lula procura canalizar a crise por meio de mecanismos de participação e controle social, preservando a contestação, ainda que também trace uma fronteira política ao se apresentar como a única candidatura capaz de confrontar o sistema.

Já a campanha de Flávio combina a deslegitimação da Corte e a personalização do conflito na figura de Moraes com propostas de limitação do controle judicial e de ampliação do poder de maiorias legislativas das quais o próprio candidato é beneficiário. Em um contexto de desconfiança crescente no Supremo, essa combinação tende a reduzir os canais institucionais de contestação, e não a ampliá-los.

No período analisado neste terceiro boletim, o presidente Lula, sem abandonar a defesa da independência do Judiciário, passou a reconhecer o custo político da crise e a propor reformas, como mandatos mais curtos, novos critérios de indicação e maior participação da sociedade civil. Flávio Bolsonaro manteve e intensificou os ataques ao STF e a Alexandre de Moraes, agora ancorados na defesa do impeachment do ministro e na expectativa de uma maioria no Senado em 2027.

Por fim, o Poder Judiciário é um vetor de polarização não porque simplesmente existe conflito, mas porque a canalização desses conflitos está em disputa entre adversários políticos: de um lado, existem reformas que fomentam a pluralidade e a participação; de outro lado, um projeto político ambíguo, cujo foco passa pela deslegitimação institucional e coloca em risco as condições de existência do contraditório no espaço democrático.

Referências

BECHARA, Victoria. **"Vai dar em nada", diz Flávio sobre pedido de Moraes para prender Eduardo**. UOL, 8 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/08/vai-dar-em-nada-diz-flavio-sobre-pedido-de-moraes-para-prender-eduardo.ghtm. Acesso em: 16 out. 2026.

BOLSONARO, Flávio. **Diretrizes do plano de governo 2027–2030**. Brasília, DF: candidatura à Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pl. Acesso em: 16 out. 2026.

CNN BRASIL. **Lula cogita tirar da Presidência indicação de ministros do STF, diz Edinho**. CNN Brasil, 6 out. 2026a. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/lula-cogita-tirar-da-presidencia-funcao-de-indicacoes-ao-stf-diz-edinho/. Acesso em: 16 out. 2026.

CNN BRASIL. **Quaest: desconfiança do brasileiro no STF cresce dez pontos em meio à crise**. CNN Brasil, 14 set. 2026b. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quaest-desconfianca-do-brasileiro-no-stf-cresce-dez-pontos-em-meio-a-crise/. Acesso em: 16 out. 2026.

DATAFOLHA. **Falta de confiança no STF supera Partidos e Congresso e é a mais alta já registrada**. Datafolha, 21 set. 2026. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2026/09/falta-de-confianca-no-stf-supera-partidos-e-congresso-e-e-a-mais-alta-ja-registrada.shtml. Acesso em: 16 out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Entenda disputa política sobre Nossa Senhora Aparecida após notícia falsa na campanha**. Folha de S.Paulo, 28 set. 2026a. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/entenda-disputa-politica-sobre-nossa-senhora-aparecida-apos-noticia-falsa-na-campanha.shtml. Acesso em: 16 out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Guerra jurídica no 1º turno teve Nossa Senhora, debate e ao menos 470 ações de Lula e Flávio**. Folha de S.Paulo, 12 out. 2026b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/guerra-juridica-no-1o-turno-teve-nossa-senhora-debate-e-mais-vitorias-de-lula.shtml. Acesso em: 16 out. 2026.

GIULIANI, Maria Laura; TOLEDO, Madu. **Após 1º turno, Lula diz que carregou "nas costas" a "promiscuidade" no STF**. Metrópoles, 5 out. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/apos-1o-turno-lula-diz-que-carregou-nas-costas-a-promiscuidade-no-stf. Acesso em: 16 out. 2026.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 25, p. 165–175, nov. 2005. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071. Acesso em: 16 out. 2026.

REUTERS. **Lula sugere órgão colegiado para avaliar escolha de ministros do STF**. UOL, 27 set. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/09/27/lula-sugere-orgao-colegiado-para-avaliar-escolha-de-ministros-do-stf.amp.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

SCORTECCI, Catarina; ALMEIDA, Cleomar. **Flávio Bolsonaro fala em usar maioria no Congresso para mudar a Constituição e 'redemocratizar o país'**. Folha de S.Paulo, 6 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/caiado-confirma-apoio-a-flavio-bolsonaro-no-2o-turno-em-ato-com-governadores-reeleitos.shtml. Acesso em: 16 out. 2026.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Programa de governo: 2027–2030**. Brasília, DF: coligação Brasil Pronto pra Mais, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt. Acesso em: 16 out. 2026.

UOL. **Janones diz que não vai atacar Kassio e o TSE: 'Modus operandi da direita'**. UOL, 14 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/10/14/janones-diz-que-nao-vai-atacar-kassio-e-tse-modus-operandi-da-direita.ghtm. Acesso em: 16 out. 2026.

Análise do resultado eleitoral presidencial 1º turno 2026

Ariene Castilho[8]

Introdução

A análise do resultado eleitoral a partir dos dados brutos do primeiro turno das eleições presidenciais de 2026 exige superar a leitura estritamente conjuntural da apuração. O resultado consolidado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reflete padrões de distribuição espacial, densidade demográfica e organização comunitária constituídos ao longo de ciclos políticos sucessivos. Este boletim realiza uma análise quantitativa e qualitativa da base de votação, com foco na geografia eleitoral e na variância territorial do desempenho dos candidatos finalistas, evidenciando um padrão de polarização regional consolidado, no qual a assimetria entre os maiores e menores percentuais de cada candidatura desenha a geopolítica partidária do país. A consolidação dos dados nacionais do primeiro turno apresenta o panorama geral da votação no país, destacando o total de votos válidos acumulados por cada candidato e demonstrando como a preferência do eleitorado brasileiro se dividiu nas urnas para definir os dois finalistas do segundo turno.

Candidato	Partido	Votos Válidos	Percentual	Situação
Flávio Bolsonaro	**PL**	**56.104.268**	**47,03%**	**Classificado (2º Turno)**
Luiz Inácio Lula da Silva	**PT**	**53.879.538**	**45,16%**	**Classificado (2º Turno)**
Augusto Cury	AVANTE	3.448.569	2,89%	Eliminado
Renan Santos	MISSÃO	2.675.887	2,24%	Eliminado
Outros Candidatos	-	3.192.526	2,68%	Eliminados
Total Votos Válidos	-	**119.300.788**	**95,23%**	-

[8] Ariene Castilho é mestranda em Ciências Sociais pela UFRRJ

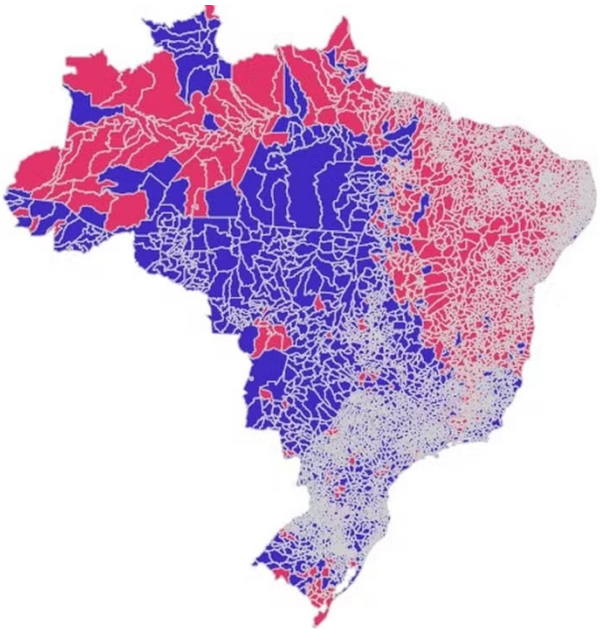
O pleito presidencial apresentou uma diferença nacional de pouco mais de 2,2 milhões de votos válidos entre os dois candidatos mais votados. O candidato Flávio Bolsonaro (PL) obteve liderança em 15 estados, somando 56,1 milhões de votos, o equivalente a 47,03% dos votos válidos. Seus maiores percentuais concentraram-se na Região Norte, com destaque para o teto de 71,06% no estado de Roraima, além de forte presença na Região Sul, especialmente em Santa Catarina e no Paraná, e no Centro-Oeste, com dominância nos municípios ligados ao complexo agroindustrial. A candidatura registrou também vantagem em estados de expressivo contingente eleitoral no Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em contrapartida, os menores percentuais de votação do candidato foram registrados na Região Nordeste, obtendo seu piso no Piauí, com 29,01%.

Por sua vez, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu em 12 unidades da federação, alcançando 53,8 milhões de votos, correspondentes a 45,16% dos válidos. A candidatura manteve sua dominância territorial histórica na Região Nordeste, onde foi majoritária em todos os nove estados. O teto percentual ocorreu no Piauí, com 70,99%, seguido por desempenhos acima de 65% na Bahia e no Maranhão. O candidato apresentou também liderança em estados da Região Norte, como Amazonas e Pará. Em sentido oposto, os menores índices de penetração concentraram-se justamente nas áreas de maior força de seu oponente: o piso de votação ocorreu em Roraima, com 28,94%, acompanhado por margens reduzidas no Sul e no Centro-Oeste. Observa-se, portanto, uma simetria espelhada entre os pontos extremos, onde o teto de um candidato corresponde, proporcionalmente, ao piso do outro, confirmando a existência de barreiras territoriais rígidas de conversão eleitoral.

A capilaridade municipal

Avançando para além da esfera federal, a análise espacial do primeiro turno indica uma forte correlação entre o desempenho presidencial e a composição partidária municipal. Nos estados em que a candidatura do PL foi majoritária, nota-se uma alta densidade de prefeituras e câmaras municipais sob gestão de partidos de centro e direita, como PL, PP, Republicanos e União Brasil. Essa estrutura municipal atua de forma contínua, garantindo um suporte logístico

e institucional que reduz a dependência de campanhas baseadas exclusivamente em mobilização digital. De modo análogo, a sustentação da candidatura petista no Nordeste apoia-se em governos estaduais e municipais alinhados, além da consolidação histórica de redes assistenciais e de políticas públicas interiorizadas nas últimas duas décadas.



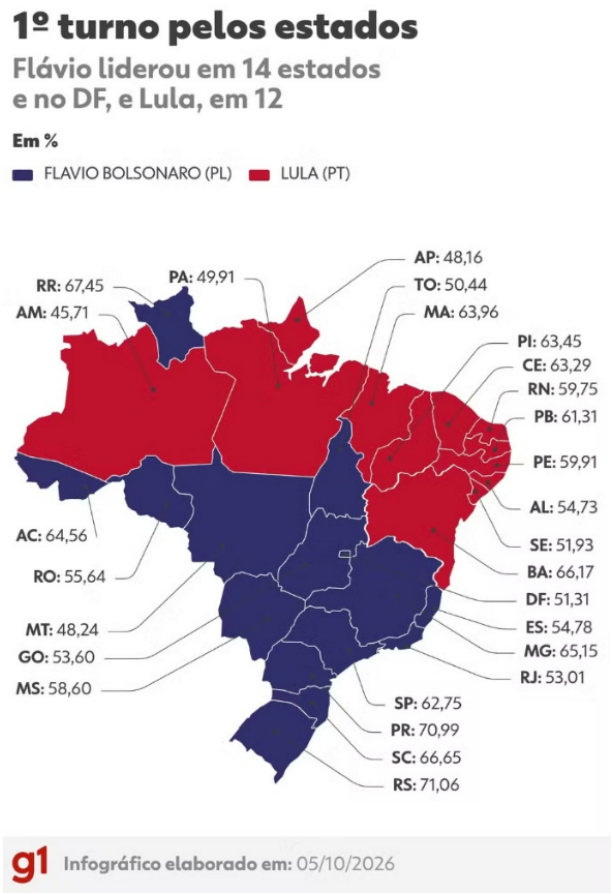
A cartografia[9] apresentada pelo jornal *O Globo* oferece uma perspectiva desagregada da distribuição do voto ao nível municipal. Ao contrário da representação macrorregional por estados, este mapa proporciona uma visualização granular das manchas eleitorais marcadamente divididas em tons de azul e rosa, evidenciando que a polarização política se consolida em blocos regionais contíguos que, frequentemente, ignoram as fronteiras estaduais. Esta representação cartográfica de alta densidade permite observar, com maior rigor analítico, a capilaridade das forças políticas no interior do país e a solidez das trincheiras eleitorais que separam os dois principais projetos políticos em disputa.

A infraestrutura moral e religiosa

A proximidade de lideranças religiosas locais com agendas conservadoras permitiu a disseminação de enquadramentos morais na vida cotidiana. O debate político passou, assim, a incorporar pautas de identidade e religiosidade,

[9] Figura 1: Mapa por municípios disponibilizada pelo jornal O Globo

estruturando decisões de voto que muitas vezes se mostram refratárias a indicadores puramente macroeconômicos. Sob a ótica da teoria da hegemonia de Antonio Gramsci e do conceito de "guerra de posição", compreende-se que o poder não se sustenta apenas pela força do Estado, mas essencialmente pela construção de consenso na sociedade civil. Enquanto a esquerda brasileira, ao se institucionalizar no poder, distanciou-se progressivamente das bases tradicionais de massa, fragmentadas pela precarização do trabalho e pelo declínio sindical, a nova direita soube realizar com maestria essa ocupação capilar de longo prazo. Ao estabelecer sólidas pontes com o ecossistema das igrejas evangélicas nas periferias, o bolsonarismo não apenas garantiu uma poderosa infraestrutura eleitoral, mas inseriu seus valores morais no cotidiano dos trabalhadores, preenchendo o vácuo social deixado pelo Estado e transformando o templo no principal espaço de difusão de uma nova visão de mundo aceita como senso comum.



Conclusão

Os resultados do primeiro turno mostram que o Brasil está claramente dividido em diferentes regiões e grupos sociais. O mapa[10] de votação comprova a formação de grandes blocos de eleitores: de um lado, o Sul, Sudeste e Centro-Oeste; do outro, o Nordeste. A força de cada candidato nas urnas depende muito de quem governa as cidades (prefeitos e vereadores) e do apoio de redes fortes nas comunidades. Para vencer a eleição final, o maior desafio dos candidatos é conseguir votos além das regiões onde já são favoritos, conversando com o povo que mora fora de seus "territórios" tradicionais.

Fontes

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estatísticas e Resultados das Eleições Gerais de 2026 – Primeiro Turno. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br. Acesso em: out. 2026.

MONITORAMENTO OPEL. Metodologia, Ementas e Diretrizes para os Boletins de Acompanhamento Eleitoral – Ciclo 2026. Documento Interno de Coordenação, Jul.-Nov. 2026.

NEXO JORNAL. Cobertura Especial: Apuração, Resultados e Dinâmicas das Eleições 2026. São Paulo, out. 2026. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br. Acesso em: out. 2026.

SENGES, Fernando. A Religião na Praça Pública: Conservadorismo, Eleições e a Nova Direita no Brasil. Revista de Sociologia e Política, São Paulo, v. 32, n. 45, p. 112-135, 2025.

SENADO FEDERAL. Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT) disputam o 2º turno das eleições presidenciais. Agência Senado, Brasília, 4 out. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias. Acesso em: out. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Divulgação dos Resultados das Eleições 2026. Brasília: TSE, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2026 e no portal de dados oficiais em https://resultados.tse.jus.br. Acesso em: out. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleições 2026 em números: 158,7 milhões de eleitores estão aptos a votar. Portal de Notícias do TSE, out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/eleicoes-2026-em-numeros-158-7-milhoes-de-eleitores-estao-aptos. Acesso em: out. 2026.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 v.

MAPAS apuração 1º turno: Flávio Bolsonaro e Lula. G1, São Paulo, 5 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/05/mapas-flavio-bolsonaro-e-lula-2o-turno.ghtml. Acesso em: out. 2026.

[10] Figura 2: 1º turno pelos estados (Em %). Fonte: G1 (2026)

Lideranças evangélicas não alinhadas

Eduardo Borges Frascino[11]

Este boletim teve como objetivo principal observar as principais movimentações de lideranças evangélicas relevantes, durante o período da campanha das eleições de 2026 (04 de outubro de 2026 até 09 de outubro de 2026), que reivindicam um não alinhamento político-eleitoral imediato ao lulismo e ao bolsonarismo; o que estamos nomeando como lideranças evangélicas não alinhadas.

A hipótese que orienta este boletim é que está em movimento a construção de um campo político, por parte de lideranças evangélicas, que buscam se distanciar do bolsonarismo e esse movimento pode se apresentar como uma novidade para as eleições de 2026; o que não significa uma imediata adesão ao lulismo por simples oposição, mas a possibilidade de um apoio circunstancial que visa atingir objetivos políticos específicos que colaborem para a construção de um campo político não alinhado.

Resultado dos candidatos à presidência do campo não alinhado

Entendemos que as campanhas de Augusto Cury, Renan Santos e Ronaldo Caiado têm relação com a tentativa de construção de um campo político não alinhado de imediato ao Lulismo e ao Bolsonarismo que não se orienta por mera rejeição a qualquer das duas forças eleitorais. Este é um campo em construção que visa se afirmar como projeto político de longo prazo cuja pretensão eleitoral é a superação da disputa Lulismo x Bolsonarismo; construindo alianças com as duas forças eleitorais objetivando o fortalecimento dessa construção pela via pragmática; se diferencia do chamado centrão pois se apresenta como um projeto que visa superar a polarização, mas se assemelha deste quando de sua prática fisiológica.

[11] Eduardo Borges Frascino é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e graduado em Ciências Sociais pela UFRRJ.

A tabela a seguir organiza os percentuais de votação e o número de votos válidos, a nível nacional, obtidos a partir do sítio oficial do TSE, dos candidatos à presidente da República Federativa do Brasil, cujas campanhas podem ser caracterizadas por um não alinhamento imediato às campanhas de Lula e Flávio, que tenham alcançado pelo menos 2 milhões de votos.

Resultado eleitoral dos candidatos cujos percentuais de votos recebidos ficou entre 2% e 3% nas eleições gerais de 2026.

Candidatos	Augusto Cury	Renan Santos	Ronaldo Caiado	Somatório
Percentuais	2,89%	2,24%	2,18%	7,31%
Votos	3.448.569	2.675.887	2.605.148	8.729.604

Fonte: o autor (2026) baseado no Relatório Resultado da Totalização, Eleição Geral Federal 2026 1º turno, produzido pelo TSE.[12]

O somatório dos três candidatos destacados (Augusto Cury, Renan Santos e Ronaldo Caiado) nos permite afirmar que o peso eleitoral real do conjunto dessas candidaturas no quadro geral não é irrelevante, totalizando 7,31% dos votos válidos. Para efeito de comparação, a diferença percentual de votos entre Flávio Bolsonaro e Lula foi de apenas 1,87%. Essa pequena diferença de votação nos permite interpretar que esse campo, que se apresentou como não alinhado, se revela agora como potencial aliado cujo peso eleitoral não deve ser desprezado pelas campanhas de Lula e de Flávio Bolsonaro. Os atores políticos que reivindicam compor esse campo não alinhado desenham - nesse momento que os favorecem - acordos políticos em troca de manifestação de apoio eleitoral. A nível partidário, os partidos Republicanos, Podemos e a federação União Progressista - composta pelos partidos União Brasil e Progressistas -, que se manifestaram pela neutralidade na disputa nacional no primeiro turno, já manifestaram apoio à Flávio Bolsonaro para a disputa do segundo turno. Estes tomam o resultado do primeiro turno como uma forte tendência que revelaria uma possível vitória eleitoral do Bolsonarismo sobre o Lulismo - a perspectiva de compor um governo Flávio Bolsonaro enquanto atuam para o fortalecimento de seus próprios grupos e objetivos políticos, se apresenta como uma estratégia

[12] Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2026/resource/361abf94-f9e9-44f7-b3a8-59e6514b314e.

típica de uma visão pragmática e fisiológica da política, caraterística manifesta do chamado Centrão.

Resultado eleitoral de lideranças evangélicas não alinhadas

A tabela a seguir apresenta alguns candidatos com forte ligação com a Bancada Evangélica (BE), com igrejas e/ou partidos políticos que se posicionaram pela neutralidade na disputa nacional no primeiro turno e que não conseguiram se eleger ou reeleger em 2026.

Candidatos ligados à BE e FPE que não se elegeram ou reelegeram em 2026

Parlamentar	Partido/UF	Igreja
Cezinha de Madureira	PL/SP	Assembleia de Deus Ministério Madureira
David R. R. Soares	PODEMOS/SP	Igreja Internacional da Graça de Deus
Eli Borges	PL/TO	Assembleia de Deus Ministério Madureira
Gilberto Nascimento	PODEMOS/SP	Assembleia de Deus
Marcelo Crivella	REPUBLICANOS/RJ	Igreja Universal do Reino de Deus
Otoni de Paula	PSD/RJ	Assembleia de Deus Ministério Madureira
Pastor Eurico	PSDB/PE	Assembleia de Deus
Silas Câmara	REPUBLICANOS/AM	Assembleia de Deus Ministério de Belém

Fonte: o autor (2026) com base nas informações fornecidas pelos sítios jornalísticos Poder 360, CNN Brasil, Notícias UOL e Folha de São Paulo.

Seria reducionista afirmar que o não alinhamento eleitoral para o primeiro turno por parte dos partidos à nível da disputa nacional seja o fator preponderante para a não eleição ou não reeleição dessas lideranças evangélicas. Contudo, também não é um fator que deva ser desconsiderado para compor o conjunto de análises do resultado eleitoral. Um ponto importante observado é que os candidatos Cezinha de Madureira, Eli Borges, Gilberto Nascimento e Silas Câmara, todos estes, já ocuparam o cargo de presidente da FPE - responsável pela articulação dessa Frente Parlamentar com o executivo, com a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os candidatos evangélicos cujos discursos buscavam a legitimação de suas candidaturas na defesa de uma

representação da identidade evangélica no Congresso Nacional, tendo como base social primordial de seus mandatos e atuação parlamentar suas respectivas denominações e igrejas, perderam espaço político no Congresso Nacional para candidatos evangélicos bolsonaristas. Candidatos que reivindicam uma identidade religiosa evangélica que têm forte presença nas redes sociais como Nikolas Ferreira (PL/MG), Lucas Pavanato (PL/SP) e Deltan Dallagnol (NOVO/PR) também têm ligações diretas com determinadas igrejas e denominações, mas praticam uma representação da identidade evangélica mais difusa, mais aberta e não centrada na representação de denominações e igrejas específicas; estes candidatos centraram seu discurso político num forte antipetismo cada vez mais radicalizado pelo bolsonarismo, aproveitando-se e realimentando a rejeição e desaprovação do governo Lula 3. Podemos interpretar que parte significativa da representação evangélica no Congresso Nacional transacionou de uma centro-direita e direita mais tradicional para a extrema-direita ou ultra-direita, em outras palavras, o Bolsonarismo conseguiu avançar politicamente entre os evangélicos enquanto o Lulismo, no mínimo, se manteve estável.

Considerações finais

O boletim permitiu observar que as lideranças evangélicas não alinhadas ao lulismo e ao bolsonarismo, embora ainda em processo de construção como campo político, já demonstram peso eleitoral que não é irrelevante. O somatório de 7,31% dos votos válidos obtidos por Augusto Cury, Renan Santos e Ronaldo Caiado evidencia que esse campo não é desprezível em uma disputa marcada por diferenças percentuais estreitas entre Lula e Flávio Bolsonaro (1,87%). Esse cenário os coloca em posição de barganha pragmática, característica que os aproxima do Centrão, ainda que se apresentem como projeto de superação da polarização.

No entanto, a análise do resultado eleitoral das lideranças evangélicas ligadas à Bancada Evangélica e à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) revela um movimento distinto: a perda de espaço de candidatos com discursos centrados na representação institucional de denominações e igrejas específicas para candidatos evangélicos bolsonaristas, que praticam uma identidade religiosa menos denominacional e fortemente ancorada num antipetismo radical. Isso

sugere que o campo evangélico no Congresso Nacional tem se deslocado de uma centro-direita tradicional para a extrema-direita, com o bolsonarismo avançando politicamente entre esse eleitorado, enquanto o lulismo, no mínimo, se mantém estável.

Diante disso, conclui-se que o não alinhamento imediato não é, por si só, garantia de sucesso eleitoral para lideranças evangélicas, mas também não é fator irrelevante. O campo não alinhado, embora se apresente como projeto de longa duração, ainda enfrenta o desafio de se consolidar sem ser absorvido pela lógica fisiológica do Centrão ou pela polarização eleitoral dominante. Para o segundo turno de 2026, seu papel tende a ser de influência circunstancial, podendo definir apoios em troca de espaço político. Resta saber se esse campo conseguirá se afirmar como alternativa duradoura ou se será apenas mais uma peça no tabuleiro da política pragmática brasileira.

Fontes

https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/republicanos-define-apoio-a-flavio-no-2o-turno-contra-lula/
https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/taina-falcao/eleicoes/uniao-e-pp-preparam-evento-com-flavio-para-anunciar-apoio/
https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/08/podemos-anuncia-apoio-a-flavio-bolsonaro-no-segundo-turno.ghtml
https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/122224/quem-e-cezinha-de-madureira-deputado-alvo-da-pf-e-aliado-de-mendonca
https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/09/deputados-ligados-a-igrejas-evangelicas-perdem-votos-para-bolsonaristas.ghtm
https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/07/ascensao-de-bolsonaristas-evangelicos-leva-candidatos-da-universal-e-da-assembleia-de-deus-a-perderem-votos-e-mandato.ghtml

Ciência, Tecnologia e Inovação no Pós-Primeiro Turno das Eleições de 2026

Fernanda Beirão[13]

No texto anterior, demonstrou-se como a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) passou por um "filtro publicitário" no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) durante o primeiro turno. Enquanto a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) subordinou a pauta às narrativas de soberania e geração de empregos qualificados, a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) optou pela omissão quase completa, privilegiando o outros temas como punitivismo e segurança pública.

Confirmadas as urnas do primeiro turno e avançando para a etapa decisiva do pleito de 2026, consolida-se o diagnóstico central: a pauta de CT&I não "pegou" na população. Não teve impacto nas urnas a total ausência na campanha de Flávio Bolsonaro (PL) de discussão sobre o tema, visto que o candidato terminou em primeiro lugar, com 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula. No entanto, no entre-turnos trouxeram um fato novo e sintomático: uma pontual e ruidosa fagulha de debate no ambiente digital em torno das terras raras e dos minerais críticos, impulsionada pela crítica do candidato e influenciador Renan Santos à postura de Flávio Bolsonaro frente aos recursos estratégicos nacionais.

A Exceção no Ecossistema Digital: O Embate pelas Terras Raras

Embora a propaganda televisiva tenha mantido o tema distante do cotidiano das massas, o ecossistema das redes sociais presenciou um ruído

[13] Fernanda Beirão é servidora da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, com passagem pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação do MCTI. Mestre em Comunicação e Novas Mídias (UCB), Mestranda em Humanidades Digitais (UFRRJ), Especialista em Comunicação Pública.

pontual acerca de Ciência e Tecnologia: as terras raras. A dinâmica da controvérsia desenrolou-se fundamentalmente no formato de "cortes" de podcasts, transmissões ao vivo e embates no X (antigo Twitter). A polêmica ganhou tração após intervenções públicas de Renan Santos (Missão), que questionou abertamente as diretrizes econômicas de Flávio Bolsonaro quanto à exploração dos minerais críticos e terras raras.

A crítica centrou-se no risco de subserviência geopolítica e de uma "entrega simplória" das jazidas nacionais ao capital estrangeiro, sem a devida contrapartida de adensamento tecnológico local. Ao acusar Flávio Bolsonaro de propor uma mera concessão primário-exportadora sob a bandeira da desregulamentação e do livre mercado, o debate trouxe à tona, ainda que de forma truncada, o núcleo duro da controvérsia geopolítica contemporânea. De um lado, apresenta-se a tese proposta por Lula, que propõe utilizar as terras raras e a transição energética como alavancas para o refino interno e a criação de um ecossistema nacional de CT&I. De outro, delineia-se a visão da oposição, focada na atração rápida de capital, que defende acelerar a exploração privada por meio da desregulamentação para reduzir o custo de oportunidade frente à corrida global pelos minerais críticos.

Esse episódio virou tema de outros vídeos e passou a ser comentado nas redes. O conceito de "soberania", frequentemente monopolizado pela esquerda governista, foi apropriado e reembalado por uma dissidência da direita. A base bolsonarista mais ortodoxa reagiu acusando os críticos de inviabilizar o desenvolvimento com exigências irreais para o mercado atual, enquanto os apoiadores da crítica reforçaram a narrativa de que o patriotismo verdadeiro exigiria proteger os recursos estratégicos do país contra o neocolonialismo econômico.

O episódio evidenciou que o tema das terras raras possui potencial de inflamar bolhas politizadas e gerar engajamento algorítmico, porém a tradução da política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o cotidiano do eleitor médio continua sendo o maior gargalo da comunicação pública brasileira. O alcance dessa controvérsia ficou restrito à bolha mais engajada do debate político das redes sociais, carecendo de capacidade para transbordar e mobilizar a massa do eleitorado de forma orgânica.

Por que a CT&I não mobiliza o eleitorado?

O fato de uma pauta vital para as próximas décadas do país não se converter em preferência eleitoral imediata não é mero acidente publicitário. Trata-se de um fenômeno estrutural decorrente, em grande medida, da abstração temporal inerente ao setor. O ciclo da inovação científica exige maturidade de médio e longo prazo, englobando pesquisa de base, infraestrutura laboratorial e ecossistemas complexos, enquanto a decisão de voto costuma ser impulsionada por demandas de bem-estar tangíveis e imediatas, como o controle da inflação, o atendimento nos postos de saúde e a segurança pública.

Somado a esse imediatismo, há uma expressiva defasagem no letramento científico e digital. A população brasileira consome produtos tecnológicos de forma intensiva, a exemplo do sucesso do Pix e da alta penetração das redes sociais, mas raramente associa o uso cotidiano dessas ferramentas à infraestrutura e à política pública de CT&I que as viabilizam. No imaginário coletivo, a tecnologia é frequentemente percebida como um produto espontâneo do mercado ou um dado da natureza, e não como fruto de investimento estratégico e soberania científica.

Por fim, o esvaziamento do tema reflete a ausência de pontes efetivas no próprio discurso político. Como observado no primeiro turno, o marketing eleitoral tende a tratar a tecnologia apenas como um cenário estético ou uma promessa distante. Quando falta um esforço deliberado das lideranças para traduzir o avanço científico em ganhos reais e perceptíveis, seja por meio da melhoria salarial, da criação de empregos de qualidade ou da defesa da autonomia nacional, a pauta não ganha tração nas ruas e permanece confinada a fóruns especializados e relatórios técnicos.

O Risco de uma Governança em CT&I alheia às Urnas

A trajetória da CT&I na campanha eleitoral de 2026 reafirma um paradoxo inquietante na democracia contemporânea: nunca o Brasil dependeu tanto de decisões tecnológicas estratégicas, da regulação de grandes modelos de inteligência artificial à corrida global pela transição energética, mas poucas vezes esse debate esteve tão descolado da decisão soberana do eleitor.

O embate episódico em torno do modelo de exploração das terras raras demonstrou que há, sim, terreno fértil para a discussão quando a pauta é tratada de forma mais popular. Contudo, a incapacidade de transformar essa fagulha digital em uma mobilização eleitoral ampla sinaliza que o próximo ciclo governamental (2027-2030) deverá iniciar com um preocupante déficit de legitimidade popular e social nesse setor.

Sem a chancela direta e explícita das urnas para referendar metas ousadas de investimentos em pesquisa ou endurecimentos regulatórios, a política científica tende a entrar no novo mandato fragilizada. Distante do escrutínio e do interesse da grande massa, o setor corre o sério risco de se consolidar como uma pauta secundária, sujeita a ser usada como moeda de troca nas barganhas políticas do Congresso Nacional. O efeito prático desse isolamento é a vulnerabilidade: fundos essenciais como o FNDCT e os orçamentos das agências de fomento permanecem expostos a cortes e contingenciamentos, carecendo da blindagem que apenas o engajamento ativo e a pressão da opinião pública poderiam garantir.

Referências

ABDO, João Pedro; NASSIF, Tamara. Renan Santos chama Flávio Bolsonaro de vassalo de Trump e bandido da política. Folha de S.Paulo, Rio de Janeiro e São Paulo, 11 set. 2026. Atualizado em: 14 set. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/renan-santos-participa-de-sabatina-da-folhauol-nesta-sexta-11.shtml. Acesso em: 13 out. 2026. Folha

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sobre o Pix**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix-sobre. Acesso em: 13 out. 2026. bcb.gov.br

BRASIL. **Lei Complementar nº 177, de 12 de janeiro de 2021**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2021/leicomplementar-177-12-janeiro-2021-790985-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 13 out. 2026. www2.camara.leg.br

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Sociedade brasileira considera as mudanças climáticas como um perigo grave, aponta pesquisa do CGEE**. Brasília, DF: MCTI, maio 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/sociedade-brasileira-considera-as-mudancas-climaticas-como-um-perigo-grave-aponta-pesquisa-do-cgee. Acesso em: 13 out. 2026. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Quem são as mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2026? Marcadores sociais e dinâmicas político-partidárias

Giulia Gouveia[14]

O presente boletim tem como objetivo analisar a representação política das mulheres eleitas nas eleições de 2026 para a Câmara dos Deputados, com foco nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta etapa dá continuidade ao acompanhamento realizado ao longo do processo eleitoral, deslocando o foco da análise das candidaturas para a composição da representação feminina resultante das urnas.

A ampliação da presença feminina nas instituições representativas constitui uma dimensão importante da democratização do acesso ao poder político. Entretanto, o aumento do número de mulheres eleitas não implica, necessariamente, a superação das desigualdades que historicamente condicionam sua inserção na política institucional. Compreender os alcances dessa ampliação exige, portanto, examinar não apenas a dimensão quantitativa da representação, mas também os perfis sociais e as posições político-partidárias das mulheres que conquistam esses espaços.

Sob uma perspectiva interseccional, são examinadas as articulações entre gênero e outros marcadores sociais, a partir de características como raça, faixa etária, estado civil, escolaridade, identidade de gênero, orientação sexual e filiação partidária. Essa abordagem permite apreender a heterogeneidade da bancada feminina e as desigualdades que permeiam sua composição, evitando tratar as mulheres eleitas como um grupo social e politicamente homogêneo.

Já a comparação entre o cenário nacional e as bancadas de São Paulo e Rio de Janeiro permite identificar convergências e particularidades na

[14] Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ), coordenadora do Projeto Mulheres Eleitas e pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM).

configuração da representação feminina em diferentes contextos eleitorais e partidários. Na próxima edição, a análise avançará sobre a relação entre candidaturas e resultados eleitorais, por meio da comparação entre os perfis sociais e político-partidários das candidatas e das mulheres eleitas, a fim de investigar em que medida esses atributos se refletem na composição da representação parlamentar e quais assimetrias condicionam o acesso efetivo aos espaços legislativos.

As deputadas federais eleitas em 2026: uma breve análise do cenário nacional

A eleição de 2026 resultou na ampliação da presença de mulheres na Câmara dos Deputados, sem, contudo, modificar substancialmente o quadro de sub-representação feminina na instituição. A bancada passará de 90 para 109 deputadas, o que corresponde a um acréscimo de 19 cadeiras, equivalente a um crescimento de 21,1% em relação à legislatura anterior. Com isso, as mulheres ocuparão aproximadamente 21,2% das 513 cadeiras da Casa, enquanto os homens corresponderão a 78,8%. Embora o resultado represente um avanço quantitativo na composição da Câmara, seguindo a tendência observada nos últimos pleitos de avanços moleculares da representação, a distribuição das cadeiras evidencia a persistência da desigualdade de gênero no acesso ao espaço político institucional. A distribuição territorial da representação feminina também apresenta disparidades entre as unidades da Federação: enquanto Distrito Federal, Piauí e Roraima não elegeram deputadas federais, Mato Grosso do Sul registrou a maior proporção de representação feminina, com mulheres ocupando quatro das oito cadeiras do estado (50%). Quanto à continuidade das trajetórias parlamentares, 59 das 109 deputadas foram reeleitas (54,1%), indicando a coexistência entre permanência e renovação na bancada.

Em torno da distribuição racial da bancada feminina, entre as 109 deputadas, 67,59% são brancas, 18,52% pardas, 12,04% pretas e 1,85% indígenas. Mulheres pretas e pardas, conjuntamente classificadas como negras, correspondem a 30,56% desse grupo. Entre os deputados, a proporção de pessoas brancas alcança 74,81%, enquanto homens pardos representam 20,65% e homens pretos, 4,03%. A comparação indica que a composição racial da representação parlamentar apresenta diferenças segundo o gênero, embora a

presença de mulheres negras permaneça inferior à de mulheres brancas na bancada feminina. Destaca-se, ainda, a eleição de duas mulheres indígenas, cuja participação continua numericamente reduzida. Esses resultados reforçam a importância de incorporar a dimensão racial à análise da representação política, uma vez que a ampliação da presença feminina não implica, necessariamente, uma distribuição equitativa das oportunidades de acesso aos cargos entre diferentes grupos de mulheres.

No que se refere ao estado civil, 55,56% das deputadas são casadas, 22,22% são solteiras e 18,52% são divorciadas. Entre os deputados, a proporção de casados é de 73,30%, enquanto os solteiros correspondem a 17,63%. A comparação revela uma diferença de 17,74 pontos percentuais na proporção de pessoas casadas entre os dois grupos. A distribuição observada indica que a composição da bancada feminina apresenta maior participação relativa de parlamentares solteiras e divorciadas do que a bancada masculina, o que suscita questões sobre as possíveis relações entre papéis de gênero, estado civil e a distribuição do tempo entre a atuação política e as responsabilidades familiares, considerando as expectativas sociais que historicamente associam as mulheres ao trabalho doméstico e de cuidado.

A distribuição etária demonstra que a bancada feminina se concentra nas faixas intermediárias da vida adulta. O grupo de 40 a 44 anos reúne a maior proporção de deputadas, com 18,52%, seguido pelas faixas de 45 a 49 anos, com 15,74%, e de 50 a 54 anos, com 14,81%. Em conjunto, as parlamentares entre 40 e 54 anos correspondem a 49,07% da bancada analisada. Entre os homens, a maior concentração encontra-se na faixa de 45 a 49 anos, que representa 17,13% do grupo, seguida pelas faixas de 50 a 54 anos (15,11%) e de 40 a 44 anos (13,60%). A presença de parlamentares com menos de 30 anos é minoritária em ambos os grupos, particularmente entre as mulheres, que representam 3,71% da bancada feminina nessa faixa etária. Os dados permitem identificar uma concentração de representantes em determinadas etapas da vida adulta, mas não são suficientes para explicar os mecanismos que condicionam o ingresso na carreira parlamentar ou as diferenças geracionais de acesso aos cargos eletivos.

Acerca da escolaridade, entre as deputadas, 89,81% possuem ensino superior completo e 4,63% possuem ensino superior incompleto, de modo que

94,44% apresentam algum nível de formação superior. Entre os deputados, a proporção de pessoas com ensino superior completo é de 79,60%, enquanto 8,82% possuem ensino superior incompleto. A comparação revela uma diferença de 10,21 pontos percentuais na proporção de parlamentares com ensino superior completo, em favor das mulheres. Sob uma perspectiva de gênero, essa diferença permite reflexões sobre os critérios socialmente mobilizados para reconhecer a aptidão de homens e mulheres para o exercício da política. Enquanto as mulheres podem enfrentar maiores exigências de qualificação e a necessidade de demonstrar reiteradamente sua competência, os homens tendem a ter sua legitimidade política reconhecida em maior medida, em um contexto no qual a esfera pública e o exercício do poder foram historicamente construídos como espaços de pertencimento masculino.

Em relação à orientação sexual e à identidade de gênero, os dados evidenciam aspectos da diversidade social da Câmara dos Deputados, embora a proporção de informações não divulgadas limite as possibilidades de análise. Entre as deputadas, 52,78% declararam-se heterossexuais, 1,85% bissexuais e 1,85% lésbicas, enquanto 43,52% optaram por não divulgar sua orientação sexual. Entre os deputados, 62,47% declararam-se heterossexuais, 0,50% gays e 0,25% bissexuais, ao passo que 36,78% não informaram essa característica. Quanto à identidade de gênero, entre as 108 mulheres consideradas nessa variável, 61,11% foram identificadas como cisgênero, 2,78% como transgênero e 36,11% optaram por não divulgar essa informação. Entre os homens, 65,49% foram identificados como cisgênero e 34,51% não divulgaram sua identidade de gênero, sem registro de parlamentares transgênero na tabela apresentada. A comparação indica proporções ligeiramente distintas de declarações de cisgeneridade entre mulheres e homens, além do registro de três mulheres transgênero na bancada feminina.

Por fim, a composição partidária evidencia que a ampliação da bancada feminina não se distribui uniformemente entre as diferentes organizações políticas. A federação formada por PT, PCdoB e PV elegeu 34 deputadas, correspondentes a aproximadamente 31,2% das 109 mulheres eleitas. O PL, por sua vez, elegeu 121 deputados no total, constituindo a maior bancada partidária da Câmara segundo os dados apresentados. Na classificação ideológica adotada

por Silva, Chaves e Barbosa (2023), as deputadas distribuem-se entre direita (48%), esquerda (43%) e centro (9%). Considerando o conjunto da Câmara, essas proporções correspondem, respectivamente, a 59,1%, 24,2% e 16,8%.

Essa distribuição permite tecer algumas linhas sobre a distinção entre política de presença e política de ideias: enquanto a primeira diz respeito à inclusão de grupos socialmente sub-representados nos espaços decisórios, a segunda se refere às perspectivas, aos interesses e às agendas políticas que os representantes defendem. Desse modo, a ampliação numérica da bancada feminina não implica, necessariamente, o fortalecimento de pautas orientadas à igualdade de gênero, uma vez que as mulheres eleitas apresentam posicionamentos ideológicos distintos e podem sustentar concepções divergentes sobre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Nesse contexto, a expressiva presença de parlamentares vinculadas à direita e, particularmente, à base bolsonarista constitui uma dimensão relevante para investigar as disputas em torno da agenda de gênero no Legislativo. Quando associadas à defesa de concepções tradicionais de família, à valorização da divisão sexual do trabalho e à oposição a determinadas políticas de igualdade de gênero, essas posições podem contribuir para restringir o avanço de perspectivas progressistas sobre os papéis de gênero e os direitos das mulheres (Gouveia, 2024). Isso não significa, entretanto, que a identidade de gênero determine as posições políticas das parlamentares, nem que todas as representantes da direita compartilhem as mesmas concepções. A questão central consiste em compreender como a ampliação da presença feminina se articula às disputas ideológicas em torno da representação substantiva das mulheres – e do próprio conceito de mulher -, considerando que a inclusão de mais mulheres nos espaços institucionais não assegura, por si só, a defesa de agendas comprometidas com a transformação das desigualdades de gênero.

Dados do estado do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, foram eleitos 46 deputados federais, dos quais dez são mulheres, o que corresponde a 21,74% da bancada fluminense, enquanto os homens ocupam 36 cadeiras (78,26%).

Em relação à raça, entre as dez deputadas eleitas, 70% são brancas, 20% pretas e 10% pardas. Entre os homens, 86,11% são brancos, 8,33% pretos e 5,56% pardos. Embora a proporção de pessoas negras seja maior entre as mulheres eleitas, com 30% de deputadas pretas ou pardas, esse grupo permanece minoritário na composição da bancada feminina.

Quanto ao estado civil, metade das deputadas é casada e metade é divorciada, sem registro de mulheres solteiras. Entre os homens, predominam os casados, que correspondem a 69,44% dos eleitos, seguidos pelos solteiros (19,44%) e divorciados (11,11%). Assim como a nível nacional, a distribuição indica uma diferença na composição do estado civil das bancadas feminina e masculina, especialmente pela ausência de deputadas solteiras entre as eleitas.

No que se refere à escolaridade, 90% das deputadas possuem ensino superior completo, enquanto 10% concluíram o ensino médio. Entre os homens, 72,22% possuem ensino superior completo, 8,33% têm ensino superior incompleto e 16,67% concluíram o ensino médio; outros 2,78% não concluíram o ensino fundamental. Novamente, em direção similar aos índices nacionais, a proporção de eleitos com ensino superior completo é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Em relação à identidade de gênero e à orientação sexual, 90% das deputadas foram registradas como cisgênero, enquanto 10% não divulgaram essa informação. Entre os homens, 69,44% foram registrados como cisgênero e 30,56% não informaram sua identidade de gênero. Quanto à orientação sexual, 70% das mulheres declararam-se heterossexuais, 10% bissexuais e 20% não divulgaram a informação. Entre os homens, 58,33% declararam-se heterossexuais, 2,78% gays e 38,89% não informaram sua orientação sexual.

No que diz respeito à faixa etária, 40% das deputadas têm entre 40 e 49 anos, enquanto 30% têm entre 65 e 69 anos. As demais estão distribuídas entre as faixas de 25 a 29 anos (10%) e de 35 a 39 anos (20%). Entre os homens, há maior concentração nas faixas de 40 a 54 anos, que reúnem 61,11% dos eleitos: 19,44% têm entre 40 e 44 anos, outros 19,44% entre 45 e 49 anos e 22,22% entre 50 e 54 anos. A distribuição etária revela, portanto, uma presença proporcionalmente maior de mulheres nas faixas de 65 a 69 anos, enquanto os homens se concentram sobretudo entre 40 e 54 anos.

Por fim, a distribuição partidária evidencia diferenças na composição política das bancadas feminina e masculina. Entre as mulheres, o PL concentra cinco deputadas (50%), seguido pelo PT, com duas (20%), e por PCdoB, PSDB e PSOL, com uma representante cada (10%). Entre os homens, o PL também possui a maior bancada, com dez deputados (27,78%), seguido pelo PP, com cinco (13,89%), e por PT e PSD, com quatro cada (11,11%). Considerando PT, PCdoB e PSOL, partidos de esquerda, essas legendas reúnem quatro deputadas, correspondentes a 40% da bancada feminina, e oito deputados, equivalentes a 22,22% da bancada masculina. Assim, embora o PL seja a maior legenda entre as mulheres eleitas, os partidos de esquerda apresentam maior peso proporcional na bancada feminina do que na masculina.

Dados do estado de São Paulo

Em São Paulo, foram eleitos 70 deputados federais, dos quais 16 são mulheres, correspondendo a 22,86% da bancada estadual, enquanto os homens ocupam 54 cadeiras (77,14%).

Quanto à composição racial, 75% das deputadas eleitas são brancas, 12,5% indígenas, 6,25% pardas e 6,25% pretas. Entre os homens, 88,89% são brancos, 9,26% pardos e 1,85% amarelos. A comparação indica maior diversidade racial na bancada feminina, que inclui mulheres indígenas, pretas e pardas, ao passo que a composição masculina apresenta concentração mais acentuada entre pessoas brancas. Ainda assim, as mulheres brancas constituem três quartos da representação feminina eleita no estado.

No que se refere ao estado civil, 56,25% das deputadas são casadas, 31,25% solteiras, 6,25% divorciadas e 6,25% viúvas. Entre os homens, 72,22% são casados, 16,67% solteiros, 9,26% divorciados e 1,85% separados judicialmente. Seguindo a tendência observada nos dados nacionais e do Rio de Janeiro, embora o casamento seja a condição predominante em ambos os grupos, sua incidência é superior entre os homens.

Em relação à escolaridade, todas as deputadas eleitas possuem ensino superior completo (100%). Entre os homens, essa proporção corresponde a 90,74%, enquanto 7,41% possuem ensino superior incompleto e 1,85%

concluíram o ensino fundamental. Os dados apontam, mais uma vez, maior escolarização formal entre as mulheres eleitas.

Quanto à identidade de gênero e à orientação sexual, 50% das deputadas foram registradas como cisgênero, 6,25% como transgênero e 43,75% optaram por não divulgar essa informação. Entre os homens, 62,96% foram registrados como cisgênero e 37,04% não divulgaram sua identidade de gênero. No que diz respeito à orientação sexual, 50% das mulheres declararam-se heterossexuais, enquanto as outras 50% não divulgaram a informação. Entre os homens, 53,70% declararam-se heterossexuais, 1,85% bissexuais e 44,44% não divulgaram sua orientação sexual.

A distribuição etária também apresenta diferenças entre os grupos. Entre as mulheres, 31,25% têm entre 45 e 49 anos, faixa que concentra a maior proporção da bancada feminina, seguida pelas faixas de 30 a 34 anos (18,75%), 35 a 39 anos e 55 a 59 anos (12,5% cada). As demais faixas registram proporções de 6,25% cada: 40 a 44, 50 a 54, 60 a 64 e 70 a 74 anos. Entre os homens, as maiores proporções encontram-se nas faixas de 60 a 64 anos (18,52%), 40 a 44 anos (16,67%) e 50 a 54 anos (14,81%). Considerando a população eleita com menos de 40 anos, essa faixa etária reúne 31,25% das mulheres, contra 11,10% dos homens. A bancada feminina apresenta, portanto, uma composição relativamente mais jovem, enquanto entre os homens há maior participação nas faixas etárias a partir dos 40 anos.

Por fim, em torno da distribuição partidária, entre as mulheres, o PSOL concentra cinco deputadas (31,25%), seguido por NOVO, PL, PODE e PT, com duas representantes cada (12,5%). PSB, Republicanos e União elegeram uma mulher cada (6,25%). Entre os homens, o PL reúne 17 deputados (31,48%), seguido pelo PT, com nove (16,67%), e pelo PSD, com seis (11,11%). Republicanos possui cinco representantes (9,26%), enquanto MDB e PODE contam com quatro cada (7,41%) e o PP, com três (5,56%). As demais cadeiras distribuem-se entre Missão, PRD, PSB, PSDB, PSOL e União, com um representante cada. A comparação evidencia que o PSOL ocupa posição de destaque na representação feminina, enquanto o PL constitui a principal legenda entre os homens. O PT, por sua vez, apresenta maior participação proporcional na bancada masculina (16,67%) do que na feminina (12,5%).

Considerações finais

Os resultados apresentados permitem situar a ampliação da bancada feminina para além de sua dimensão estritamente numérica, tomando-a como expressão de um processo de transformação da representação política cujos alcances permanecem em disputa. O incremento do número de deputadas constitui um avanço na ocupação de espaços historicamente masculinizados, mas não autoriza, isoladamente, inferências sobre a democratização das relações de poder no interior das instituições representativas. A questão central, portanto, não reside apenas em mensurar a presença de mulheres no Parlamento e seu respectivo crescimento neste e nos últimos pleitos, mas em compreender sob quais condições essa presença se constitui e quais grupos sociais conseguem converter sua participação eleitoral em efetivo acesso à representação.

Sob uma perspectiva interseccional, os dados também suscitam reflexões acerca dos limites de uma abordagem que toma as mulheres como categoria política indiferenciada. As assimetrias raciais identificadas nas bancadas evidenciam que a sub-representação não se distribui de maneira uniforme entre os grupos sociais, sendo atravessada por hierarquias que condicionam desigualmente as possibilidades de ingresso na política institucional.

A composição partidária e ideológica das eleitas, por sua vez, evidencia uma tensão constitutiva da representação política de mulheres: a presença de parlamentares do mesmo gênero não pressupõe a existência de interesses homogêneos, tampouco conduz necessariamente à convergência em torno de agendas voltadas à igualdade. Essa constatação recoloca a distinção entre política de presença e política de ideias, ao indicar que a relevância democrática da inclusão não pode ser aferida exclusivamente pela composição descritiva das instituições. Importa considerar, igualmente, as disputas em torno dos sentidos atribuídos à representação, os projetos políticos mobilizados e as diferentes concepções de direitos e relações de gênero que coexistem no interior da bancada feminina.

Desse modo, a comparação entre as bancadas nacional, paulista e fluminense evidencia que a ampliação da representação feminina se realiza sob configurações distintas. Enquanto São Paulo apresenta uma proporção de

mulheres eleitas ligeiramente superior à média nacional e à do Rio de Janeiro, os três contextos compartilham a predominância de mulheres brancas, embora com variações em sua composição racial. As diferenças também se expressam na distribuição partidária: no Rio de Janeiro, as eleitas pelo PL correspondem à metade da bancada feminina, ao passo que, em São Paulo, o PSOL reúne o maior número de deputadas. Essas particularidades indicam que a presença feminina é atravessada tanto pelas desigualdades sociais quanto pelas dinâmicas político-partidárias próprias de cada contexto.

Como desdobramento desse percurso, o próximo boletim confrontará os perfis das candidatas examinados anteriormente com aqueles das mulheres eleitas, deslocando o foco da composição das candidaturas para as características das mulheres que efetivamente conquistaram uma cadeira na Câmara dos Deputados. Assim, permitindo investigar possíveis continuidades e rupturas entre os dois conjuntos, bem como contribuindo para identificar quais perfis encontram maior expressão no resultado eleitoral e quais diferenças se manifestam entre a oferta de candidaturas e a composição da representação.

A Baixada Fluminense e o resultado da disputa pelo Governo do Rio de Janeiro: polarização nacional e estratégias eleitorais

Hermann Zimmerle[15]

Este terceiro boletim do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) acompanha os resultados da disputa pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a partir da Baixada Fluminense, com atenção especial a Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti. Depois de examinar, nos boletins anteriores, a formação das alianças políticas e as estratégias de comunicação dos candidatos, a análise se volta agora para a distribuição territorial dos votos e para a relação entre a eleição estadual e a disputa presidencial.

A hipótese que orienta o monitoramento é que a polarização entre lulismo e bolsonarismo, presente na política brasileira desde pelo menos 2018, também atravessou a disputa estadual de 2026, embora mediada por alianças municipais e dinâmicas políticas próprias da Baixada Fluminense. Os resultados dos quatro municípios permitem examinar essa hipótese, sem pressupor que os votos para presidente e governador tenham sido necessariamente dados pelos mesmos eleitores.

O resultado eleitoral e a polarização na baixada fluminense

Nos quatro municípios analisados, Douglas Ruas (PL) recebeu mais votos do que Eduardo Paes (PSD). Em conjunto, Ruas obteve 706.224 votos, contra 496.504 de Paes — uma diferença de 209.720 votos. A vantagem aparece nos quatro territórios, embora varie de intensidade entre eles.

Em Duque de Caxias, Ruas recebeu 218.265 votos, contra 188.136 de Paes, uma diferença de 30.129 votos. Em Nova Iguaçu, a distância foi maior: Ruas

[15] Hermann Zimmerle é jornalista e bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, mestrando em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/UFRJ.

obteve 230.011 votos e Paes, 142.266, diferença de 87.745. Em Belford Roxo, Ruas somou 130.293 votos, ante 76.676 de Paes, uma diferença de 53.617. Já em São João de Meriti, Ruas recebeu 127.655 votos e Paes, 89.426, diferença de 38.229 votos. Nova Iguaçu apresentou, portanto, a maior distância absoluta entre os dois candidatos.

A comparação com a votação presidencial acrescenta uma dimensão importante à análise. Nos mesmos quatro municípios, Flávio Bolsonaro superou Lula. Somados, os resultados presidenciais informados para a região foram de 833.982 votos para Flávio Bolsonaro e 522.453 para Lula, uma diferença de 311.529 votos.

Em Duque de Caxias, Flávio Bolsonaro recebeu 274.289 votos, enquanto Lula obteve 183.125. Em São João de Meriti, Flávio somou 147.563 votos e Lula, 96.017. Em Nova Iguaçu, foram 267.454 votos para Flávio e 151.528 para Lula. Em Belford Roxo, Flávio recebeu 144.676 votos, ante 91.783 de Lula. Assim, nos quatro municípios, a vantagem presidencial de Flávio Bolsonaro coincide com a vantagem de Douglas Ruas na disputa estadual.

Essa convergência fortalece a hipótese de que a polarização nacional tenha contribuído para estruturar a disputa estadual na Baixada Fluminense. Os dados agregados, porém, não permitem afirmar que os mesmos eleitores tenham votado em Flávio e Ruas, nem medir isoladamente o peso da identificação ideológica, das alianças locais ou de outros fatores. A correspondência entre os resultados constitui um indício relevante, mas não é, por si só, prova de transferência direta de votos.

A estratégia de Ruas pode ser interpretada a partir da associação com o campo bolsonarista e do slogan "O Rio Real". A campanha procurou apresentar o candidato como representante de territórios que, em sua narrativa, estariam afastados da imagem do Rio de Janeiro construída em torno dos cartões-postais e da Zona Sul. Ao incluir a Baixada Fluminense, as zonas Norte e Oeste da capital, São Gonçalo e o interior em seu discurso, o candidato buscou construir uma identidade territorial e se apresentar como alternativa à política tradicional.

Essa mensagem também oferecia um contraponto à associação de Paes com Lula, mobilizada por adversários como parte da disputa simbólica entre renovação e "velha política". A estratégia de Ruas combinou, assim, uma

identidade territorial, expressa pelo "Rio Real", com o alinhamento ao bolsonarismo. Os resultados nos quatro municípios são compatíveis com a hipótese de que essa combinação tenha encontrado ressonância eleitoral na região, embora não permitam determinar isoladamente o peso de cada elemento.

A interpretação ganha relevo quando contrastada com a estratégia de Paes. Na reta final da campanha, o candidato do PSD procurou demonstrar apoio regional ao participar de um palanque com prefeitos da Baixada Fluminense, incluindo representantes dos quatro municípios considerados neste boletim. Em Belford Roxo, esse movimento ocorreu após a aproximação do grupo político de Márcio Canella com Paes. A movimentação sintetiza o esforço de converter alianças institucionais e apoios municipais em sustentação eleitoral regional.

O contraste entre as campanhas não deve ser reduzido à oposição entre uma candidatura com alianças locais e outra sem elas. Paes construiu apoios importantes na região, enquanto Ruas combinou a identidade bolsonarista com uma mensagem territorial. O resultado mostra que a presença de prefeitos e lideranças locais em um palanque não se traduz automaticamente em vantagem nas urnas. Da mesma forma, não é possível concluir apenas pelos totais municipais que o discurso do "Rio Real" tenha sido, isoladamente, responsável pela votação de Ruas.

O caso de Belford Roxo é especialmente relevante para essa discussão. A aproximação do grupo de Canella com Paes na reta final evidencia o esforço da candidatura do PSD para ampliar sua presença territorial por meio de lideranças locais. Ainda assim, Ruas obteve 53.617 votos a mais que Paes no município. O dado permite observar uma diferença entre a articulação política e o resultado agregado, mas não explica sozinho como os eleitores processaram esse apoio ou quais fatores influenciaram suas escolhas.

O desfecho estadual também precisa ser compreendido à luz da situação jurídica de Anthony Garotinho. Após a votação inicial, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de manter o indeferimento de seu registro levou à anulação de seus votos e à retotalização pelo TRE-RJ. Com isso, os 4.271.199 votos de Douglas Ruas passaram a representar 50,88% dos votos válidos, enquanto Eduardo Paes

ficou com 44,16%. O TRE-RJ informou que a proclamação definitiva seria submetida ao plenário em sessão prevista para 15 de outubro de 2026.

Considerações finais

Os resultados dos quatro maiores municípios da Baixada Fluminense permitem retomar a hipótese que orientou os boletins anteriores: a polarização nacional atravessou a disputa estadual, mas foi articulada a estratégias de comunicação e relações políticas territorialmente específicas. A votação de Flávio Bolsonaro acima da de Lula e a vantagem de Douglas Ruas sobre Eduardo Paes nos mesmos municípios são compatíveis com a interpretação de que o alinhamento ao bolsonarismo tenha contribuído para organizar a disputa pelo governo estadual.

Ao mesmo tempo, a campanha de Paes evidencia que alianças com prefeitos e grupos políticos locais não eliminam os efeitos da polarização nem garantem, por si só, a transferência de votos. A presença de lideranças municipais em um palanque pode ampliar a sustentação política de uma candidatura, mas não permite presumir como cada eleitor votará. Os resultados agregados devem ser analisados em conjunto com as estratégias de comunicação, as alianças locais e as particularidades de cada município.

Em continuidade aos boletins anteriores, a análise sugere que a Baixada Fluminense não deve ser tratada como mero reflexo da política estadual ou nacional. A região constitui um espaço em que polarização ideológica, identidade territorial e redes locais se combinam de maneiras específicas. O resultado eleitoral torna plausível a hipótese de que a estratégia de Ruas tenha conectado o discurso bolsonarista à ideia de representação do "Rio Real", mas a demonstração de seu peso efetivo exige evidências complementares. Essa distinção entre resultado observado e explicação causal é fundamental para a continuidade do monitoramento.

Fontes

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2026: estatísticas de eleitorado e calendário eleitoral. Brasília: TSE, 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. TSE decide pela retotalização dos votos para governador no Rio de Janeiro. 8 out. 2026. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tse-decide-pela-retotalizacao-dos-votos-para-governador-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 11 out. 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Retotalização de votos aponta Douglas Ruas como vencedor no primeiro turno para o governo do RJ. 10 out. 2026. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/retotalizacao-de-votos-aponta-douglas-ruas-como-vencedor-no-primeiro-turno-para-o-governo-do-rj. Acesso em: 11 out. 2026.

GENIAL/QUAEST. Pesquisa Genial Quaest — intenção de voto e avaliação de governo no Rio de Janeiro. Setembro de 2026.

O GLOBO. "BolsoPaes": família Reis puxa dobradinha que une voto no ex-prefeito e em Flávio na Baixada. 25 ago. 2026.

TEMPO REAL RJ. Propaganda eleitoral de Douglas Ruas apresenta referência territorial a Miguel Pereira. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. TRE do Rio indefere candidatura de Garotinho ao Governo Estadual. 11 set. 2026.

As eleições de 2026 e o surgimento de uma nova esquerda?

Klaus Graban[16]

Nos dois últimos boletins apresentados no OPEL, debati a situação do campo progressista trazendo os números referentes as últimas quatro eleições (2010-2022), aonde foi possível demonstrar que o campo da esquerda no Congresso Nacional vinha em uma tendencia histórica de perda de cadeiras e espaço na Câmara dos Deputados. Os partidos que utilizo para fazer este recorte são PT, PCdoB, PV (compondo a federação Brasil da Esperança desde 2022), PSB, PDT, PSOL e REDE, também federados desde 2022. Minha análise propôs que há dois grandes impulsos para uma reconfiguração do campo, primeiro a ascensão da extrema direita e a virada que estas forçar impuserem ao debate publico e em toda sociedade, somados as mudanças eleitorais oriundas da Emenda Constitucional 97, a reforma eleitoral de 2017 que impôs a cláusula de desempenho, o fim das coligações para cargos proporcionais, além do impeditivo de acessar ao fundo partidário e ao tempo de TV e rádio para aquelas legendas que não superassem a cláusula. No presente boletim, apresentarei os dados referentes aos sete partidos analisados, o tamanho de cada bancada e a composição do campo progressista no Congresso Nacional. Além desta composição geral, analisarei os casos individuais dos partidos analisados referentes as novas regras eleitorais impostas pela reforma eleitoral de 2017. Por fim apresentarei as candidaturas mais votadas e as novas características dos perfis dos eleitos no campo progressista.

De fato, a tarefa de analisar o processo eleitoral tem se tornado cada vez mais complexo por fatores que trazem maior imprevisibilidade e dificuldade de previsões por meio de pesquisas. O resultado do primeiro turno ocorrido dia seis de outubro, trouxe novamente uma sensação de surpresa para muitos eleitores

[16] Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF, é graduado e mestre em Ciências Sociais pela UERJ.

e analistas, principalmente pela vitória da extrema direita em diversos estados, elegendo senadores, governadores e deputados em grande maioria das outras forças políticas que compõe nossa estrutura institucional. Neste sentido, a posição de Flávio Bolsonaro a frente do atual presidente Lula é um dos marcos desta sensação de que é muito mais difícil ter previsibilidade, pois há nos grupos da extrema direita orientações para não se responder pesquisas, a força destes movimentos junto a organizações religiosas, a utilização de ferramentas virtuais, com destaque para as redes sociais, como impulsionadora de votos, além da construção do sentimento antipetista que pautou o debate público deste o segundo mandato de Dilma Rousseff.

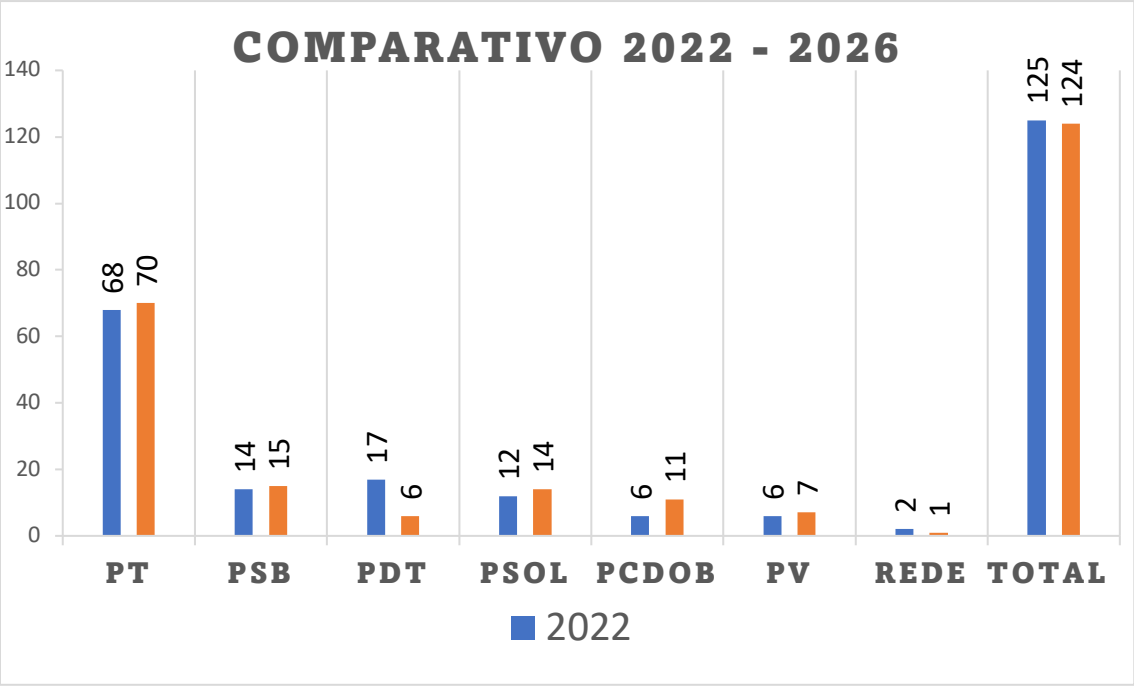
O segundo turno ainda está em aberto na eleição nacional, novas estratégias e alianças estão sendo buscadas pelas campanhas, outros atores, como as novas bancadas eleitas estão voltados para a disputa, além do impacto de diversos novos mecanismos de rede social para impulsionar as candidaturas neste momento. Porém o que já é passível de análise é futura composição das câmaras legislativas federais, estando ainda mais a direita e agora com capacidade de aprovação de projetos e pautas que foram mobilizadas durante toda a campanha como o impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal ou até mesmo em medidas que alterem o próprio texto constitucional.

O campo progressista nas eleições de 2026

No último boletim, sinalizei que o campo progressista vivia uma tendência histórica de queda nas cadeiras no Congressos Nacional, e nesta eleição tinha o desafio de conseguir superar esta série histórica. De imediato, analisamos que os sete partidos analisados, fizeram 124 cadeiras, uma a menos do que havia feito em 2022, mantendo assim a série histórica, mas sem perder tanto espaço. Porém para melhor entendimento precisamos bucar os números de cada legenda para interpretar se o movimento de realinhamento partidário permanece. Adianto que sim, o realinhamento proposto no boletim anterior se manteve e aparece de forma mais nítida com os resultados do primeiro turno.

Como sinalizado PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e REDE fizeram o total de 124 deputados federais, distribuído da seguinte forma: PT – 70, PCdoB – 11, PV –

7, PSB – 15, PDT – 6, PSOL – 14, REDE – 1. No Gráfico abaixo é possível fazer o comparativo das eleições de 2022 e 2026.



O comparativo entre as votações de 2022 e 2026 permite entendermos alguns movimentos internos ao campo que são importantes para a análise do realinhamento. Confirma-se a hipótese que o PT é o partido que organiza e centraliza o maior número de cadeiras da esquerda. Não apresentando nenhuma dificuldade em superar a cláusula de barreiras, além de ainda ser a segunda maior bancada do Congresso, atrás apenas do Partido Liberal (PL). Os números mostram que o PT de forma individualizada somou duas cadeiras a mais do que em 2022, totalizando 70 vagas garantidas. Vale lembrar que o Partido dos Trabalhadores está federado com mais duas legendas, PCdoB e PV. De forma individual o PCdoB apresentou um crescimento significativo, sendo o maior crescimento proporcional entre as legendas, quase dobrando o tamanho de sua bancada, saltando de 6 cadeiras em 2022 para 11 em 2026. Individualmente o partido não superaria a cláusula de barreira, assim como o Partido Verde, que também federado com as legendas anteriores conseguiu garantir uma cadeira a mais em relação ao pleito anterior, passando a ter 7 deputados na legislatura de 2027-2030. Assim, a Federação Brasil da Esperança não apresentou dificuldades para superar a cláusula de desempenho e ainda cresceu sua banca de 80 para 88

nomes, consolidando a posição de principal organização da esquerda no Congresso.

O PSB era tido como um dos principais partidos que poderia crescer sua bancada, no boletim anterior sinalizei que este era a legenda onde concentra-se candidaturas de centro esquerda e até mesmo centro direita que estavam na base de apoio ao governo Lula 3. Porém a votação obtida pela legenda garantiu apenas uma cadeira a mais no comparativo de 2022, elegendo 15 deputados(as) federais. Em relação as exigências da cláusula de barreira, o partido conseguiu superá-la e mantém se como uma legenda que consegue abarcar o apoio a candidatura petista com quadros internos que vão da esquerda até mesmo a direita.

Os desafios da não superação da cláusula

A outra federação que compõem o quadro da esquerda é a união de PSOL e REDE, este talvez seja um dos exemplos mais curiosos deste pleito em relação as exigências da reforma eleitoral. O Partido Socialismo e Liberdade manteve sua tendência histórica de crescimento somando mais duas cadeiras em relação a votação de 2022, agora o partido soma 14 cadeiras. Já a REDE não conseguiu manter suas cadeiras e perdeu uma vaga, ficando com apenas 1 nome nesta legislatura. Somados PSOL e REDE os partidos federados não conseguiram obter todas as exigências nos Estados, faltando apenas 183 votos no Estado do Espírito Santo para que a Federação conseguisse atingir a exigência de ter 3% dos votos nacionais com ao menos 2,5% dos votos em 9 estados da federação. Este caso ainda pode ter alguma mudança por denúncias em outras legenda e que poderiam ocasionar em novos cálculos, fazendo com que a porcentagem no estado mudasse e assim a Federação superaria a cláusula. Apesar desta dificuldade tais legendas se tornam um terceiro polo do campo progressista, caracterizado pelo apoio ao governo Lula e sua candidatura à reeleição, mas defendendo um programa mais a esquerda do projeto petista.

Por fim o caso do PDT também confirmou algumas movimentações da pré-campanha com a saída de diversos deputados(as) da bancada e a hipótese de que esta legenda teria a maior dificuldade do campo progressista para a superação da cláusula. O partido elegeu apenas 6 deputados(as) perdendo 11

cadeiras e ainda não conseguiu superar as exigências da cláusula de barreira imposta pela reforma eleitoral. Assim, o futuro desta legenda é incerto, mas para a sobrevivência institucional há a perspectiva deste se alinhar a alguma das legendas acima em uma federação para possa acessar ao fundo partidário e ao tempo de TV e rádio nas próximas eleições. O PDT de forma isolada se tornou a menor legenda do campo progressista e necessitará de outras legendas para conseguir se manter relevante na política institucional.

Estes dois exemplos sinalizam as dificuldades que o campo progressista apresenta em relação as novas reformas eleitorais, porém há ainda alguns caminhos cabíveis para que estes partidos permaneçam com algum grau de relevância institucional e até mesmo superarem a cláusula de desempenho. Em relação a Federação PSOL e REDE, além dos recursos acerca da possibilidade da recontagem dos votos por causa de denúncias de candidaturas femininas laranjas, os partidos ainda poderiam incorporar uma legenda menor o que permitiria a eles somarem suas votações de 2026 e assim aumentarem tantos os votos quanto a porcentagem dos votos nos estados. No caso do PDT começa-se a ventilar a possibilidade do mesmo se federar com outra legenda, esta negociação chegou a ser ventilada anteriormente e ganha força como alternativa ao baixo desempenho, partidos como o PSB, ou a federação Renovação Solidaria estão no radar desta possibilidade.

A esquerda de cara nova

Outro fator que deve ser analisado em relação ao campo progressista é uma nova caracterização do campo progressista no Congresso Nacional. A eleição de candidaturas de jovens representantes permite destacar que há um processo de renovação dos quadros da esquerda no parlamento. Destaca-se principalmente a eleição de jovens mulheres, com grande engajamento das redes sociais e uma retórica de renovação dos quadros, Érika Hilton, Samia Bonfim e Natália Boulos (PSOL - São Paulo), Talíria Petrone (PSOL – Rio de Janeiro), Luna Zarattini (PT- São Paulo), Ana Elisa e Dandara (PT - Minas Gerais), Ana Júlia (PT – Paraná), Camila Jara (PT – Mato Grosso do Sul), Jack Rocha (PT – Espírito Santo), Luisa Cela (PT – Ceará), Maria Marighela (PT – Bahia), Anielle Franco (PT - Rio de Janeiro) Duda Salabert (PSOL – Minas Gerais), Natália Bonavides (PT-Rio Grande

do Norte) e Rosa Amorin (PT – Pernambuco) são exemplos de nomes que se caracterizam pela defesa das pautas das mulheres, dos movimentos sociais e da juventude.

Somam-se também nomes que despontaram como representantes da juventude e da renovação, ligadas as pautas de defesa de projeto de soberania nacional, demandas populares como o fim da escala 6x1 e a defesa de direitos individuais como a pauta LGBTQIA+, além de caracterizarem por grande presença nas redes sociais. No Rio de Janeiro Rick Azevedo do PSOL foi o nome mais votado do partido, superando figuras já consolidadas do partido, sua candidatura surgiu após o mesmo se destacar como uma das figuras que mobilizou a pressão pelo fim da escala 6x1. Outras figuras como Jones Manoel (Pernambuco), Guilherme Corte (São Paulo), Fábio Felix (Distrito Federal) também fizeram votações significativas e chegam à bancada do partido como nomes que rejuvenescem a legenda no Congresso. Elias Jabbour eleito pelo PCdoB do Rio, Renato Freitas pelo PT pelo Paraná também chegam a bancada da Federação Brasil da Esperança como nomes que conseguiram votações expressivas e superaram nomes que já tinham mandato ou eram quadros históricos como José Dirceu do PT de São Paulo, ou Chico Alencar e Tarcísio Motta do PSOL no Rio de Janeiro.

Conclusões Finais

Em síntese, os resultados das eleições de 2026 demonstram que a sobrevivência institucional do campo progressista depende não apenas da capacidade de mobilização eleitoral de suas legendas, mas também das estratégias de reorganização partidária diante das novas regras do sistema eleitoral brasileiro. Nesse contexto, as federações partidárias assumem papel central na manutenção da competitividade eleitoral e na preservação do acesso aos recursos necessários à atuação política, tornando-se um elemento fundamental para compreender o processo de realinhamento da esquerda brasileira.

Por outro lado, a renovação dos quadros parlamentares indica que as transformações do campo progressista não se limitam à distribuição das cadeiras, mas envolvem também mudanças nos perfis de representação, nas formas de

mobilização e nas pautas que alcançam o Congresso Nacional. A presença de novas lideranças, especialmente jovens e mulheres, aponta para a emergência de outras formas de diálogo com a sociedade, impulsionadas também pelas redes sociais e pela articulação com movimentos sociais. O desafio que se coloca para os próximos anos será conciliar essa renovação política com a construção de estratégias coletivas capazes de enfrentar o avanço da direita, preservar a diversidade interna do campo progressista e garantir sua relevância institucional. Assim, mais do que uma disputa por cadeiras, o cenário de 2026 evidencia uma luta pela sobrevivência partidária e pela capacidade da esquerda de se reorganizar diante de um sistema político cada vez mais exigente.

Entre a fome, o preço e o voto: a soberania alimentar na reta final das eleições 2026

Luíza Betânia Gevergí Lacerda[17]

INTRODUÇÃO

Os boletins anteriores acompanharam a presença da soberania alimentar ao longo da disputa presidencial de 2026, inicialmente durante a pré-campanha e, posteriormente, com o início oficial da campanha eleitoral. Desde o princípio, partiu-se da hipótese de que a alimentação poderia ocupar lugar relevante na eleição, mesmo quando a expressão "soberania alimentar" não aparecesse diretamente nos discursos dos candidatos. Combate à fome, preço dos alimentos, renda, agricultura familiar, agronegócio, crédito rural, abastecimento, a saída do Brasil do mapa da fome e autonomia produtiva foram considerados dimensões que permitem observar como diferentes projetos políticos compreendem a produção e o acesso aos alimentos.

Diante do resultado do primeiro turno, realizado em 4 de outubro, inaugura -se uma nova etapa dessa análise. Flávio Bolsonaro (PL) obteve 47,03% dos votos válidos, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alcançou 45,16%. A diferença entre os dois candidatos ficou em aproximadamente 2,2 milhões de votos, levando a disputa para o segundo turno, marcado para 25 de outubro. Diante de uma diferença relativamente pequena entre os dois candidatos, questões diretamente relacionadas ao cotidiano da população tendem a assumir maior importância.

É nesse cenário que a alimentação merece atenção. Mais do que discutir apenas quem apresentou determinada proposta para a agricultura ou quem utilizou com maior frequência o tema da fome, interessa compreender se a experiência cotidiana com o preço dos alimentos, a renda e o poder de compra

[17] Luiza Betânia Gevergí Lacerda, Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, pela UFRRJ.

poderão participar da avaliação que o eleitor fará no momento de decidir seu voto. Este terceiro boletim apresenta, portanto, um balanço do caminho percorrido pela temática até o primeiro turno e propõe um prognóstico sobre sua possível relevância na etapa final da eleição presidencial de 2026.

ENTRE OS INDICADORES E A VIDA COTIDIANA: POR QUE A ALIMENTAÇÃO PODE GANHAR IMPORTÂNCIA?

O resultado do primeiro turno mostrou uma eleição bastante competitiva. Flávio Bolsonaro chegou ao segundo turno numericamente à frente de Lula, mas nenhum dos dois candidatos ultrapassou 50% dos votos válidos. Os resultados também demonstram que existe um conjunto de eleitores que, nas próximas semanas, precisará decidir entre duas candidaturas que apresentam diferenças importantes na maneira de interpretar os problemas econômicos e sociais do país. Um dos aspectos mais interessantes desta eleição está na existência de uma aparente contradição entre alguns indicadores sociais e a percepção econômica da população.

O relatório The State of Food Security and Nutrition in the World – SOFI 2026 confirmou a permanência do Brasil fora do Mapa da Fome. Os dados referentes ao triênio 2023-2025 indicaram que a insegurança alimentar severa atingiu 0,6% da população, o menor patamar da série apresentada. Também houve redução da insegurança alimentar moderada ou grave e melhora no acesso econômico a uma alimentação saudável. Esses números representam avanços importantes e oferecem ao campo governista elementos para sustentar uma narrativa baseada nos resultados das políticas sociais, na recuperação da renda e no combate à fome. Entretanto, a existência de indicadores positivos não significa necessariamente que a população perceba sua situação econômica da mesma maneira. Em setembro, pesquisa Genial/Quaest mostrou que 67% dos entrevistados acreditavam que os preços dos alimentos haviam aumentado no mês anterior, enquanto somente 9% percebiam redução. Na mesma pesquisa, 49% afirmavam que a situação econômica do país havia piorado nos últimos doze meses. Essa diferença entre indicadores e percepção ajuda a explicar por que o preço da alimentação ganhou tamanho espaço na campanha.

É importante fazer uma distinção: o eleitor não chega ao supermercado pensando necessariamente em conceitos como segurança ou soberania alimentar. Sua preocupação é mais imediata: quanto consegue comprar com a renda disponível, quais produtos precisa retirar do carrinho, se a carne cabe no orçamento ou se o dinheiro será suficiente até o final do mês. Entretanto, é justamente nessa experiência, aparentemente individual, que aparecem questões maiores relacionadas à renda, à produção, ao abastecimento e à capacidade do Estado de garantir condições para que os alimentos cheguem à população. Por essa razão, a soberania alimentar, nesta eleição, talvez seja mais perceptível em seus componentes do que no uso explícito da expressão.

Assim, o segundo turno tende a aprofundar uma disputa que já estava presente no primeiro: de um lado, o governo procura demonstrar que políticas sociais, geração de renda e apoio à produção produziram resultados; de outro, a oposição procura deslocar a avaliação do eleitor para aquilo que ele sente diretamente no orçamento familiar. Nenhuma dessas abordagens esgota o conceito de soberania alimentar. Entretanto, ambas colocam em discussão elementos que fazem parte dela: capacidade nacional de produção, condições dos produtores, papel da agricultura familiar e do agronegócio, renda da população, abastecimento, acesso aos alimentos e atuação do Estado.

UM PROGNÓSTICO PARA O SEGUNDO TURNO: A COMIDA PODE PESAR NA ESCOLHA?

Esse prognóstico eleitoral exige cuidado, sobretudo diante de uma disputa tão acirrada. Seria precipitado afirmar que o preço dos alimentos será responsável pelo resultado da eleição. O voto é formado por múltiplos fatores, entre eles identificação política, avaliação do governo, rejeição aos candidatos, segurança pública, valores, situação econômica e expectativas em relação ao futuro. Ainda assim, os elementos reunidos ao longo dos três boletins permitem sustentar que a alimentação deverá permanecer relevante durante o segundo turno.

A primeira razão está no próprio grau de disputa da eleição. Quando dois candidatos iniciam a etapa decisiva separados por menos de dois pontos percentuais dos votos válidos, questões que afetam diretamente a avaliação

cotidiana do eleitor podem adquirir maior peso. A segunda está na facilidade com que o tema da alimentação comunica a situação econômica. Para muitas famílias, a economia não é avaliada prioritariamente pelo crescimento do PIB ou por outros indicadores nacionais. Ela é percebida pelo salário recebido, pelas contas pagas e pelo que é possível colocar dentro do carrinho do supermercado. Nesse sentido, a alimentação funciona como uma espécie de ponte entre a economia nacional e a economia doméstica. Há ainda um terceiro elemento. O debate sobre alimentação permite que os dois candidatos apresentem visões diferentes sobre o papel do Estado. Para Lula, o segundo turno oferece a oportunidade de associar combate à fome, renda, agricultura familiar e políticas públicas a uma ideia de proteção social e desenvolvimento. Para Flávio Bolsonaro, abre-se espaço para reforçar a crítica ao custo de vida e defender medidas voltadas à produção, à redução de custos e ao fortalecimento do setor agropecuário, apresentando uma perspectiva mais alinhada aos interesses dos setores econômicos e à valorização da iniciativa privada. Essa divergência evidencia projetos distintos de desenvolvimento, nos quais a alimentação é compreendida ora como um direito social a ser assegurado pelo Estado, ora como uma questão vinculada prioritariamente à dinâmica do mercado.

O desafio de Lula será convencer o eleitor de que os resultados apresentados pelo governo estão chegando, ou poderão chegar, à sua vida cotidiana. O desafio de Flávio será demonstrar que suas propostas para produção, custos e economia são capazes de resultar efetivamente em maior poder de compra e alimentos mais acessíveis. Nesse sentido, talvez a pergunta mais importante do segundo turno não seja simplesmente se o alimento ficou mais caro ou mais barato, mas sim sobre quem consegue explicar melhor por que o alimento custa o que custa e quem apresenta ao eleitor uma perspectiva mais convincente de melhora para os próximos anos. É nesse ponto que a temática da soberania alimentar encontra sua maior relevância eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento da eleição presidencial de 2026 mostra que a soberania alimentar ganhou novos contornos ao longo da campanha. Se inicialmente o debate esteve mais associado ao combate à fome, à agricultura

familiar e à produção agropecuária, o avanço da disputa trouxe o preço dos alimentos e o poder de compra para o centro das narrativas eleitorais. Após um primeiro turno muito disputado essas questões tendem a permanecer relevantes, sobretudo porque aproximam o debate econômico da experiência cotidiana das famílias.

Os dados também revelam uma aparente contradição: enquanto o Brasil permanece fora do Mapa da Fome e apresenta melhora em indicadores de segurança alimentar, parte significativa da população ainda percebe os alimentos como caros. Essa distância entre indicadores e cotidiano abre espaço para diferentes interpretações políticas. Nesse cenário, propostas centradas principalmente no aumento da produção, na redução de custos e no fortalecimento do setor agropecuário podem encontrar receptividade, mas também deixam uma questão importante: produzir mais ou reduzir custos, por si só, garante que o alimento chegue à mesa de todos? A soberania alimentar exige considerar não apenas quem e quanto se produz, mas também renda, desigualdade, acesso e políticas públicas capazes de aproximar produção e consumo.

O prognóstico para o segundo turno é, portanto, de permanência da alimentação como uma dimensão relevante da disputa, ainda que ela não determine isoladamente o resultado eleitoral. Mais do que escolher entre diferentes explicações para o preço dos alimentos, o eleitor estará diante de projetos que atribuem pesos distintos ao Estado, ao mercado, às políticas sociais e aos diferentes segmentos da agricultura. Assim, não basta saber quanto o país é capaz de produzir; é preciso perguntar quem consegue acessar aquilo que é produzido. Nesse sentido, discutir soberania alimentar no segundo turno também significa discutir desigualdade, desenvolvimento e, sobretudo, qual projeto de país estará colocado nas urnas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Relatório da ONU confirma que Brasil permanece fora do Mapa da Fome e aponta melhora em indicadores. Brasília, DF, 21 jul. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias/relatorio-da-onu-confirma-que-brasil-permanece-fora-do-mapa-da-fome-e-aponta-melhora-em-indicadores. Acesso em: 5 out. 2026.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The state of food security and nutrition in the world 2026. Rome: FAO, 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Flávio Bolsonaro e Lula vão disputar o 2º turno para a Presidência da República. Brasília, DF: TSE, 5 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-vao-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica. Acesso em: 5 out. 2026.

VERENICZ, Marina. Comida pode decidir voto? 67% ainda sentem alta de preços, mostra Quaest. InfoMoney, 2 set. 2026. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/politica/comida-pode-decidir-voto-67-ainda-sentem-alta-de-precos-mostra-quaest/. Acesso em: 5 out. 2026.

Populismo penal no segundo turno: por que a pauta da extrema direita é um buraco sem fundo para Lula e o campo progressista

Michel da Rosa Gonçalves[18]

Este boletim busca pensar o segundo turno das eleições presidenciais de 2026 a partir da crescente centralidade da pauta da violência e da segurança pública. O foco da análise recai sobre os recentes acenos da campanha de Lula ao endurecimento penal e sobre os riscos de disputar um terreno historicamente dominado por Flávio Bolsonaro e pela extrema direita.

Argumenta-se que o populismo penal tende a favorecer o campo bolsonarista e que a força eleitoral da segurança pública como tema de campanha deve ser compreendida não apenas como resultado de uma disputa discursiva, mas também como expressão das transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram o Brasil ao longo da última década.

Cenário eleitoral: a extrema direita chega ao segundo turno em vantagem

No segundo turno das eleições presidenciais de 2026, uma série de fatores se acumula e compõe um quadro particularmente desafiador para as forças progressistas. Diante de uma campanha considerada fraca de Lula e da bem-sucedida construção de Flávio Bolsonaro como representante do "novo" e da "mudança" no primeiro turno, a extrema direita chegou à etapa decisiva da disputa em posição mais favorável para retornar ao poder.

O cenário tornou-se ainda mais complexo em meio a denúncias e registros de interferências envolvendo Big Techs, suspeitas de financiamento externo da campanha bolsonarista, apontamentos de ingerência norte-americana e a percepção, reforçada por parte da cobertura da grande imprensa, de que Flávio

[18] *Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS - UFRRJ)*

despontava como franco favorito à vitória eleitoral. Em contrapartida, manifestações espontâneas em apoio a Lula passaram a ocupar as ruas diante do temor da consolidação de um projeto autoritário. Além disso, a campanha do presidente recebeu o reforço de parlamentares e lideranças de esquerda com forte presença nas redes sociais.

Após o primeiro turno, em que o bolsonarismo demonstrou força eleitoral ao alcançar 47,03% dos votos válidos contra 45,16% de Lula, as disputas discursivas passaram a ocupar papel ainda mais estratégico. A busca por uma virada eleitoral passou, então, a exigir definições sobre quais temas orientarão esta reta final da campanha e em quais terrenos políticos a disputa seria travada.

É nesse contexto que Lula, embora já sinalize no primeiro turno de forma inicialmente tímida, passou a ensaiar acenos ao populismo penal, buscando dialogar com demandas do senso comum por mais punição e endurecimento das leis.

No entanto, esse movimento também reflete uma alteração mais profunda das condições sob as quais o lulismo voltou ao governo. Diferentemente dos seus primeiros mandatos, Lula III passou a governar em um cenário marcado por maior restrição fiscal, menor capacidade de expansão do gasto público e pelas consequências de uma década de transformações econômicas e institucionais iniciadas ainda na crise do segundo governo Dilma e aprofundadas nos governos Temer e Bolsonaro. A centralidade crescente da pauta da segurança pública deve ser compreendida também à luz dessas mudanças. Se nos anos 2000 o aumento do emprego, da renda e do consumo funcionava como importante eixo de integração social e produção de legitimidade política, o cenário atual impõe maiores limites à capacidade do Estado de produzir melhorias materiais rápidas e perceptíveis.

A redução da maioridade penal entra no centro da disputa

Em meados de outubro, Lula buscou deslocar o debate eleitoral para temas ligados às condições materiais de vida, defendendo medidas como o fim da jornada 6x1 e a redução da carga semanal para 40 horas e, mais recentemente, a tarifa zero aos fins de semana para o transporte público. Mas em paralelo continuou apostando na pauta da constitucionalização do papel da União na

Segurança Pública. Após a aprovação do fim da Escala 6x1, a PEC da Segurança (18/2025) teve sua votação agendada para o dia seguinte.

No entanto, durante as discussões da PEC da Segurança, uma manobra da oposição bolsonarista inseriu uma emenda propondo a redução da maioridade penal para 14 anos. Como resposta, o ministro Camilo Santana (PT-CE) apresentou uma alternativa que previa a redução para 16 anos em casos de crimes hediondos, o que incluiria crimes relacionados ao tráfico de drogas. Até o momento em que este texto foi escrito, a PEC acabou retirada de pauta por Davi Alcolumbre, movimento que pareceu ensaiado, sugerindo uma possível articulação entre a base governista e a presidência do Senado para uma votação após o segundo turno.

A redução da maioridade penal é uma bandeira historicamente defendida por Flávio Bolsonaro. Embora o tema não tenha dominado o debate eleitoral, amplamente concentrado nas condições concretas de vida da população, ganhou ainda mais relevância ao entrar na pauta governista por meio da proposta apresentada por Camilo Santana e, posteriormente, ao ser defendida por Lula, que declarou ao Jornal Nacional, em 15 de outubro, apoio à redução para 16 anos em casos de crimes hediondos.

No entanto, a diferença entre assumir uma posição pontual durante uma campanha e mergulhar definitivamente na lógica do populismo penal é importante. A questão não diz respeito apenas a uma proposta específica, mas ao próprio eixo em torno do qual a disputa eleitoral passa a ser organizada.

O risco de jogar no terreno do adversário

A retomada da discussão sobre a redução da maioridade penal desloca a disputa para um campo discursivo historicamente favorável à direita, terreno em que Flávio Bolsonaro opera com maior familiaridade política. Trata-se de um léxico construído ao longo de décadas, assentado em premissas neoliberais e em percepções de ordem, controle e punição.

Nesse terreno, a questão central deixa de ser o caráter autoritário ou democrático do projeto político em disputa. Em contextos de insatisfação social e desejo de mudança, muitos eleitores passam a interpretar a realidade por meio de mecanismos de confirmação de crenças previamente consolidadas.

A questão ganha relevância justamente porque a disputa parece caminhar para temas em que o bolsonarismo possui vantagens simbólicas acumuladas ao longo dos últimos anos.

Dessa forma, a pergunta central não é apenas por que o bolsonarismo continua mobilizando dezenas de milhões de brasileiros, mas também quais são os limites da estratégia petista de responder a essa força reproduzindo parte de sua gramática política.

Fatores como a deterioração das condições econômicas de vida, a expansão de políticas neoliberais, a interferência das Big Techs, a atuação da imprensa, as disputas no Judiciário e a própria reorganização das direitas contemporâneas ajudam a compreender o cenário atual. Entretanto, permanece uma questão estratégica fundamental: a esquerda pode vencer disputando o tema da segurança pública nos termos definidos pela extrema direita?

Essa questão ganha ainda mais relevância quando observamos as transformações estruturais ocorridas na sociedade brasileira na última década. A expansão de políticas de ajuste fiscal, privatizações, reformas voltadas à flexibilização do trabalho e a própria reconfiguração do papel do Estado produziram um contexto distinto daquele que permitiu a ascensão do lulismo nos anos 2000.

Nesse sentido, a crescente centralidade da segurança pública não decorre apenas da capacidade da extrema direita de impor sua agenda ao debate nacional. Ela também expressa as dificuldades de responder às expectativas sociais por meio de mecanismos tradicionais de integração econômica e proteção social. Em uma sociedade mais precarizada, mais fragmentada e submetida a maiores níveis de insegurança material, discursos sobre ordem, controle e punição tendem a ganhar mais espaço político.

Sob essa perspectiva, a própria força eleitoral do bolsonarismo não pode ser explicada apenas por fatores comunicacionais, culturais ou ideológicos. Ela também encontra terreno fértil nas transformações produzidas por um longo processo de neoliberalização da economia brasileira.

A hipótese apresentada aqui é relativamente simples. Caso Lula priorize e intensifique na última semana de campanha uma agenda robusta de bem-estar social, emprego, renda e proteção social, mantendo o tema da segurança em

posição secundária, existe espaço para crescimento eleitoral. Mas, se a campanha mergulhar no debate da violência sob a lógica do endurecimento penal, corre o risco de entrar em um buraco sem fundo e fortalecer precisamente o campo discursivo do adversário.

Essa hipótese se torna ainda mais relevante quando observamos que o aceno ao punitivismo não constitui exatamente uma novidade na trajetória dos governos petistas.

O histórico punitivo dos governos petistas

A aproximação de Lula com o discurso do endurecimento penal não surge em um vazio histórico. Embora o tema seja controverso dentro do próprio PT e frequentemente entre em tensão com tradições ligadas aos direitos humanos, o recrudescimento penal esteve presente em diferentes momentos dos governos petistas.

Em 2006, Lula sancionou a nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), que retirou a pena de prisão para usuários, mas endureceu o tratamento penal dispensado ao tráfico de drogas. Em 2010, autorizou o emprego das Forças Armadas em operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Posteriormente, Dilma Rousseff instituiu a Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013) e autorizou, em 2014, outra GLO para ocupação do Complexo da Maré, também na Zona Norte do Rio.

Já em seu terceiro mandato, embora tenha adotado um discurso crítico ao uso recorrente das GLOs, Lula sancionou a Lei nº 15.397, que aumenta penas para diversos crimes patrimoniais, como furto, roubo, estelionato e receptação. Além disso, a PEC da Segurança nº 18/2025 propôs a ampliação do papel das guardas municipais no sistema nacional de segurança pública, aproximando-as de funções tradicionalmente atribuídas às polícias.

Ano	Governo	Medida	Efeito
2006	Lula II	Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	Endurece o tratamento penal do tráfico de drogas.
2010	Lula II	GLO no Complexo do Alemão	Militarização da segurança pública.

Ano	Governo	Medida	Efeito
2013	Dilma I	Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013)	Militarização da segurança pública.
2014	Dilma I	GLO no Complexo da Maré	Ampliação do emprego das Forças Armadas na segurança pública.
2025	Lula III	PEC da Segurança nº 18/2025	Incorporação das guardas municipais ao aparato policial.
2026	Lula III	Lei nº 15.397	Aumento de penas para crimes patrimoniais.

Esse retrospecto sugere que o punitivismo não constitui uma novidade na experiência petista de governo. Pelo contrário, trata-se de uma agenda que, embora associada simbolicamente à direita, esteve presente também sob administrações do PT. Contudo, compreender essa trajetória exige ir além da cronologia legislativa e observar as transformações mais profundas na relação entre neoliberalismo, proteção social e punição.

A diferença fundamental talvez não esteja na existência ou não de iniciativas punitivas durante governos petistas, mas nas condições históricas em que elas se inserem. Nos anos 2000, tais medidas conviviam com um ciclo de expansão econômica, valorização do salário mínimo, ampliação do crédito, aumento do emprego formal e fortalecimento de políticas sociais. No contexto atual, marcado por restrições fiscais e pela continuidade de estruturas econômicas consolidadas após a crise do lulismo, o peso relativo da agenda da segurança tende a se tornar muito maior.

Os limites do Estado social e a expansão do Estado penal

Em linhas gerais, o conflito entre Lula e Flávio Bolsonaro não se resume a diferenças eleitorais. Ele expressa também os limites e as possibilidades de dois projetos políticos diante de uma sociedade profundamente transformada pelo avanço de políticas neoliberais ao longo da última década. De um lado, encontra-se a social-democracia liberal representada pelo lulismo. De outro, um projeto neoliberal e autoritário, cuja centralidade atribuída à punição aproxima-se do que Loïc Wacquant (2001) descreve como expansão do Estado penal.

Nesse aspecto, as formulações teóricas de Wacquant ajudam a compreender a disputa. O lema utilizado por Lula, "Para o trabalhador, proteção. Para os bandidos, prisão", procura combinar ampliação da proteção social com reforço da punição. Já a posição representada por Flávio Bolsonaro radicaliza essa lógica em direção ao binômio "prisão e neutralização", que na prática representa Estado Penal máximo e Estado Social mínimo .

Mais do que diferenças retóricas, essas formulações apontam para horizontes políticos distintos. Segundo Wacquant, o avanço neoliberal tende a produzir simultaneamente a retração do Estado social e a expansão do Estado penal. Nesse modelo, o endurecimento das instituições de controle funciona como mecanismo de gestão das consequências sociais produzidas pela precarização econômica.

O fortalecimento das estruturas penais aparece, na leitura de Wacquant, como um mecanismo complementar à retração do Estado social. A penalidade ampliada torna-se parte da forma de administração das desigualdades produzidas pelo próprio neoliberalismo. Mas essa transformação não se consolida apenas por meio de leis e instituições. Ela depende também de uma ampla produção de consensos sociais em torno da punição

Como se constrói o consenso punitivista

Segundo Wacquant, consolidou-se nas últimas décadas aquilo que denomina “novo senso comum penal”. Trata-se de uma visão de mundo difundida por governos, meios de comunicação, instituições, especialistas e agentes políticos, que naturaliza respostas repressivas para problemas sociais complexos. Esses discursos não dependem necessariamente de uma coordenação centralizada. Eles se reproduzem por meio de estruturas materiais e simbólicas que ultrapassam os indivíduos que os propagam.

Nesse processo, a insegurança social gerada pela própria desregulamentação neoliberal passa a ser respondida por soluções punitivas. O paradoxo neoliberal consiste justamente nisso: utilizar o Estado penal para administrar problemas produzidos pelo enfraquecimento do Estado social.

Os discursos intercambiados entre diferentes atores políticos acabam fortalecendo a percepção de que mais punição constitui a resposta natural para

tensões sociais, ao mesmo tempo em que se enfraquece a legitimidade de soluções associadas à ampliação da proteção social. Essa dinâmica não se restringe às fronteiras nacionais. Ela também se articula a processos mais amplos de reorganização política e geopolítica.

O Escudo das Américas e a reorganização da ordem regional

Para além da disputa eleitoral imediata, o avanço dos discursos punitivistas também se conecta a rearranjos geopolíticos mais amplos na América Latina. Sob a formulação política do chamado "Escudo das Américas", a discursividade penal neoliberal adquire também uma dimensão geopolítica. Violência, crime organizado e narcotráfico deixam de ser apenas problemas internos para se tornarem instrumentos de reorganização das relações políticas e econômicas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos.

Nesse contexto, duas grandes matrizes discursivas convergem: a guerra às drogas e a guerra ao terrorismo. A combinação desses eixos amplia mecanismos de vigilância, controle e intervenção, produzindo novas formas de ingerência política sobre os países da região.

A questão da segurança pública deixa, assim, de ser apenas um debate sobre criminalidade. Ela passa a integrar disputas mais amplas sobre democracia, soberania, direitos sociais e os próprios rumos da ordem política latino-americana.

Retornando ao cenário eleitoral brasileiro, essa dimensão mais ampla ajuda a compreender por que a disputa em torno da segurança pública transcende uma simples divergência programática de campanha.

Conclusão

Os movimentos recentes da campanha de Lula indicam uma tentativa de responder ao crescimento eleitoral do bolsonarismo por meio de acenos ao discurso punitivista. No entanto, a experiência histórica dos governos petistas e a literatura crítica sobre neoliberalismo penal sugerem que essa estratégia pode produzir efeitos limitados ou até contraproducentes.

Ao disputar o campo da segurança nos termos definidos pela direita, o lulismo corre o risco de reforçar um terreno ideológico estruturalmente favorável

ao bolsonarismo. Em contrapartida, uma estratégia focada em emprego, renda, proteção social e melhoria concreta das condições de vida poderia oferecer uma contraposição mais consistente ao projeto neoliberal-autoritário representado por Flávio Bolsonaro.

Nesse sentido, o populismo penal aparece menos como um caminho para a vitória eleitoral e mais como um buraco sem fundo para a esquerda. A questão central para o segundo turno não parece ser quem conseguirá propor a punição mais dura, mas qual projeto de sociedade conseguirá organizar de forma mais convincente as expectativas de mudança, segurança e bem-estar da população brasileira.

Em última instância, as dificuldades enfrentadas pelo lulismo não decorrem apenas da força política do bolsonarismo. Elas estão relacionadas também às condições sob as quais Lula III governa. A combinação entre ajuste fiscal, financeirização da economia, privatizações acumuladas, precarização das relações de trabalho e retração relativa das capacidades distributivas do Estado tornou mais difícil reproduzir as condições materiais que sustentaram a hegemonia petista nas décadas anteriores.

Nesse cenário, a segurança pública ganha centralidade justamente porque a questão social encontra mais obstáculos para se expressar politicamente por meio da expansão do bem-estar. Assim, a ascensão da extrema direita deve ser compreendida não apenas como um fenômeno ideológico, mas também como uma manifestação das transformações estruturais que remodelaram a sociedade brasileira desde a crise do segundo governo Dilma.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova e o procedimento criminal. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.397, de 30 de abril de 2026. Altera o Código Penal a fim de majorar penas para crimes patrimoniais e outros delitos correlatos. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 4 maio 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15397.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025. Altera dispositivos constitucionais relativos ao Sistema Nacional de Segurança Pública e às Polícias Municipais. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2025. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/172997. Acesso em: 16 out. 2026.

G1. *Dilma assina permissão para Exército atuar no Conjunto de Favelas da Maré*. Brasília, 29 mar. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/dilma-assina-permissao-para-exercito-atuar-no-conjunto-de-favelas-da-mare.html. Acesso em: 16 out. 2026.

G1. *Lula: ação no Alemão mostra que Estado pode vencer o tráfico*. Rio de Janeiro, 7 dez. 2010. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/lula-acao-no-alemao-mostra-que-estado-pode-vencer-o-trafico.html. Acesso em: 16 out. 2026.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Segurança pública, bolsonarismo e a eleição de Douglas Ruas no primeiro turno no Rio de Janeiro em 2026: uma análise da disputa com Eduardo Paes

Ricardo Ribeiro Baldanza[19]

A eleição para o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2026 teve um desfecho distinto daquele projetado durante a campanha. Em 4 de outubro, a totalização inicial registrou Douglas Ruas (PL) com 4.271.199 votos, equivalentes a 49,27% dos votos válidos, e Eduardo Paes (PSD) com 3.706.984 votos, ou 42,76%. Anthony Garotinho (Republicanos), cuja candidatura permanecia sub judice, recebeu 274.411 votos (3,17%). Como esses votos foram inicialmente incluídos na base de cálculo, o sistema indicou segundo turno entre Ruas e Paes (TSE, 2026a).

Em 8 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral rejeitou o pedido de desistência do recurso de Garotinho, manteve o indeferimento de seu registro e, por cinco votos a dois, declarou definitivamente nulos os votos a ele atribuídos. A Corte determinou a retotalização com a exclusão desses votos da base válida (TSE, 2026b; TRE-RJ, 2026). Com isso, a base passa a 8.394.627 votos válidos: Ruas alcança 50,88% e Paes, aproximadamente 44,16%. A decisão transforma em vitória de primeiro turno uma votação que, na noite da eleição, havia sido apresentada como insuficiente para evitar nova etapa.

A mudança jurídica não alterou a quantidade de votos efetivamente recebidos pelos dois principais candidatos; alterou o denominador usado para calcular a maioria absoluta. Por isso, o problema político central permanece: como Ruas saiu de patamares reduzidos nas pesquisas e chegou a mais de 4,27 milhões de votos. A segurança pública é uma variável importante nessa análise

[19] Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

porque combinou elevada preocupação social, identidade profissional do candidato e associação explícita ao bolsonarismo.

1. Eduardo Paes: segurança como gestão e ampliação da base eleitoral

Eduardo Paes iniciou a campanha em posição de liderança e com elevado grau de conhecimento público. Na segurança, apresentou uma agenda baseada em retomada territorial, integração institucional e inteligência. Em entrevista à CNN Brasil, afirmou que a área seria uma "absoluta prioridade" e defendeu a recriação de uma Secretaria de Segurança Pública capaz de coordenar politicamente Polícia Militar e Polícia Civil, preservando a autonomia orçamentária das corporações. Também propôs força-tarefa com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras-Coaf, Receita Federal, Ministério Público e Polícia Federal para atingir estruturas financeiras e políticas do crime organizado (CNN BRASIL, 2026).

Essa agenda também possuía dimensão eleitoral. Mesmo com o apoio de Lula, Paes buscou preservar diálogo com eleitores conservadores e apresentou a segurança predominantemente como problema de comando, integração e capacidade estatal. Ruas, ao contrário, vinculava o tema diretamente à sua identidade profissional e ideológica. A diferença ajudou a transformar a segurança em um campo de diferenciação entre as candidaturas.

Paes manteve forte desempenho na capital, onde obteve cerca de 52,5% dos votos válidos na totalização inicial. A vantagem, porém, não se reproduziu com a mesma intensidade no restante do estado, onde Ruas apresentou presença mais disseminada, sobretudo na Região Metropolitana e no interior. O resultado evidencia bases territoriais distintas e mostra que a elevada popularidade de Paes no município do Rio não foi suficiente para assegurar vantagem estadual.

2. Douglas Ruas: segurança como eixo, identidade policial e bolsonarismo

Douglas Ruas apresentou a segurança pública como elemento estruturante de sua candidatura. Seu programa "Plano do Rio Real 2027–2030" definiu o eixo "Rio Seguro" como prioridade e partiu do diagnóstico de uma crise de soberania territorial. Entre as propostas estavam a recuperação de áreas controladas por facções e milícias, reconhecimento facial, leitura de placas,

drones, scanners de carga, integração de bases de dados, investigação de lavagem de dinheiro, recuperação de ativos do crime e permanência do Estado nos territórios retomados (RUAS, 2026).

Ruas também explorou sua trajetória como policial civil, utilizando-a como argumento de familiaridade com a segurança pública. Durante a campanha, defendeu maior integração entre as forças, valorização dos agentes e mudanças em critérios de avaliação da atividade policial. Após a eleição, manteve propostas de ocupação permanente de áreas dominadas por facções e uso intensivo de tecnologia (FOLHA DE S.PAULO, 2026a).

A proximidade com Jair e Flávio Bolsonaro constituiu a terceira dimensão da candidatura. Ruas afirmou ter recebido de Jair Bolsonaro a missão de disputar o governo estadual e buscou se apresentar como representante desse campo político. A segurança ofereceu um elo especialmente compatível entre a candidatura e o bolsonarismo, reunindo valorização policial, ordem e enfrentamento ao crime organizado.

3. Das pesquisas à maioria absoluta: a trajetória eleitoral de Ruas

A evolução das pesquisas evidencia a dimensão do crescimento de Ruas. Em julho, levantamento do Paraná Pesquisas registrava Paes com 48,6% e Ruas com 11,1%. Em setembro, o Datafolha mostrou o candidato do PL avançando para 25% e, posteriormente, para 30%. Na véspera da eleição, o instituto ainda indicava Paes à frente nos votos válidos. Nas urnas, porém, Ruas terminou em primeiro lugar com 49,27% na totalização inicial, contra 42,76% de Paes. Após a exclusão dos votos de Garotinho, sua votação passou a representar 50,88% dos votos válidos.

Momento	Eduardo Paes	Douglas Ruas
Paraná Pesquisas - jul.	48,6%	11,1%
Datafolha - 11 set.	43%	25%
Datafolha - fim set.	43%	30%
Totalização inicial - 4 out.	42,76%	49,27%
Após exclusão dos votos de Garotinho	44,16%	50,88%

Tabela 1 - Evolução da disputa e efeito da retotalização. Fontes: Paraná Pesquisas, Datafolha, TSE e TRE-RJ.

A mudança entre julho e outubro não pode ser explicada por uma única variável, mas os recortes por segmento mostram a consolidação de Ruas entre eleitores bolsonaristas. No fim de setembro, ele alcançava 55% nesse grupo, contra 20% de Paes. Entre eleitores de Flávio Bolsonaro, a Folha registrou avanço de 37% para 63% em cerca de um mês, evidência de que a associação política contribuiu para ampliar sua base (FOLHA DE S.PAULO, 2026b).

4. Segurança pública como chave interpretativa do resultado

A segurança pública é uma chave relevante para interpretar esse crescimento porque reunia preocupação social e forte diferenciação política. Não é possível afirmar que os eleitores tenham votado em Ruas exclusivamente por suas propostas de segurança, mas o tema aparecia de forma recorrente no programa, na campanha e na própria identidade pública do candidato, reforçada pela associação ao bolsonarismo.

As manifestações posteriores à votação reforçam essa centralidade. Em vídeo publicado no Instagram, Eduardo Paes pediu aos eleitores que recordassem pessoas próximas vítimas de violência, assaltos e roubos de celular, trazendo a insegurança para o centro de sua primeira comunicação após o resultado (PAES, 2026). A escolha do tema sugere que sua campanha também interpretou a segurança como área importante para compreender a votação.

Ruas, por sua vez, manteve o enquadramento de confronto ao crime e a associação pública com Flávio Bolsonaro. A mensagem preservava os três elementos que haviam marcado sua campanha: identidade policial, bolsonarismo e segurança como prioridade. Mesmo após a decisão do TSE, continuou aparecendo em atos ao lado de Flávio Bolsonaro, reforçando a convergência entre agenda estadual e identidade política nacional (UOL, 2026; FOLHA DE S.PAULO, 2026c).

O comportamento dos dois candidatos indica que a segurança não estava apenas nos programas de governo; ela também orientava a interpretação política do resultado. Paes enfatizou a vitimização e a necessidade de mudança, enquanto Ruas reafirmou a mensagem de enfrentamento e a identidade que acompanharam seu crescimento. Nesse sentido, segurança pública funcionou

simultaneamente como problema social, proposta de governo e marcador de identidade eleitoral.

5. Considerações finais

A decisão do TSE de anular definitivamente os votos atribuídos a Anthony Garotinho e determinar a retotalização alterou o desfecho formal da eleição fluminense. Com a exclusão desses votos, Douglas Ruas alcança 50,88% dos votos válidos e obtém a maioria absoluta no primeiro turno; Eduardo Paes passa a representar aproximadamente 44,16% da nova base válida.

Do ponto de vista político, porém, a questão mais relevante é anterior à decisão judicial: como Ruas saiu de pouco mais de 11% em pesquisas de julho para 4,27 milhões de votos. Sua ascensão coincidiu com a consolidação de uma identidade formada pela combinação entre segurança pública, trajetória policial e proximidade com Jair e Flávio Bolsonaro. A transferência progressiva do eleitorado bolsonarista observada nas pesquisas oferece evidência de que essa associação contribuiu para ampliar sua base.

A segurança pública não deve ser tratada como causa única da vitória, mas como variável relevante na estruturação da disputa. Ruas vinculou o tema à experiência profissional e a uma identidade política já consolidada nacionalmente; Paes tentou disputar o mesmo terreno por meio de gestão, integração e inteligência, mas terminou a votação nominal atrás. A anulação dos votos de Garotinho alterou o cálculo dos votos válidos, não o processo político que levou Ruas aos 4.271.199 votos. Campanha, propostas de segurança e bolsonarismo ajudam a explicar essa votação; a decisão do TSE transformou-a, juridicamente, em maioria absoluta.

REFERÊNCIAS

CNN BRASIL. À CNN, Paes fala em unificar segurança e em recuperação da SuperVia. 10 set. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/cnn-entrevista-eduardo-paes-candidato-ao-governo-do-rj-assista/. Acesso em: 10 out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Ruas planeja afrouxar índice sobre mortos pela polícia e facilitar casa própria a agentes. 9 out. 2026. Acesso em: 10 out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Voto bolsonarista molda campanhas do RJ na reta final. 26 set. 2026. Acesso em: 10 out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Paes reconhece derrota para Ruas no RJ e diz que respeitará decisão da Justiça. 9 out. 2026. Acesso em: 10 out. 2026.

PAES, Eduardo. Publicação em vídeo no perfil @eduardopaes. Instagram, 5 out. 2026.

RUAS, Douglas. Plano do Rio Real 2027-2030. Programa de governo apresentado à Justiça Eleitoral. Rio de Janeiro, 2026.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. TSE decide pela retotalização dos votos para governador no Rio de Janeiro. 8 out. 2026. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tse-decide-pela-retotalizacao-dos-votos-para-governador-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 10 out. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Douglas Ruas (PL) e Eduardo Paes (PSD) vão para o 2º turno no Rio de Janeiro. 4 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/douglas-ruas-pl-e-eduardo-paes-psd-vao-para-o-2o-turno-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 10 out. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE decide pela retotalização dos votos para governador no Rio de Janeiro. 8 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tse-decide-pela-retotalizacao-dos-votos-para-governador-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 10 out. 2026.

UOL. Douglas Ruas foi eleito? Entenda o que acontece após decisão do TSE. 8 out. 2026. Acesso em: 10 out. 2026.

A mudança de Estado de Flávio Bolsonaro na contramão da constituição de 1988 e o que o brasileiro quer

Rodrigo Wrencher Cosenza[20]

Introdução

O presente boletim analisa a disputa entre concepções de Estado nas eleições presidenciais de 2026, tendo em vista os resultados do primeiro turno e as propostas das candidaturas classificadas para o segundo. Flávio Bolsonaro obteve 56.104.503 votos, correspondentes a 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula recebeu 53.879.538 votos, equivalentes a 45,16% (BRASIL, 2026).

O monitoramento revela uma tensão: embora o candidato Flávio Bolsonaro proponha reduzir a presença do Estado na economia e modificar a administração pública, parcelas expressivas dos entrevistados defendem o controle estatal de empresas estratégicas, a intervenção sobre os preços dos combustíveis e a participação governamental no desenvolvimento econômico.

A hipótese que orienta a análise é que essa tensão pode ser explicada, em parte, pela força das identidades políticas e pela fragmentação do debate sobre o Estado. O pertencimento político pode sustentar o apoio a uma candidatura mesmo quando algumas de suas propostas divergem das preferências dos eleitores. Ao mesmo tempo, vê-se a apresentação de mudanças estruturais como medidas isoladas, frequentemente justificadas pela necessidade de ajuste fiscal. Tais mudanças podem dificultar a discussão de seus respectivos impactos para o pacto constitucional de 1988.

[20] Doutorando em Ciências Sociais pela UFRRJ, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, licenciado em História pela UVA.

A questão do rumos do Estado Brasileiro

A questão sobre os rumos para o Estado brasileiro foi exposta ao grande público com a declaração de Flávio Bolsonaro em realizar uma constituinte para "redemocratizar" o Brasil. As mudanças profundas no Estado já estavam apresentadas pelo candidato, embora de maneira espalhada. Tal declaração sintetizou suas intenções de dar fim ao pacto constitucional de 1988:

> "O Brasil já me deu um Congresso muito mais à direita do que ele já é hoje. Com maioria no Senado para fazer o presidente do Senado, com maioria na Câmara para fazer o presidente da Câmara. Para a gente mudar a Constituição, para a gente redemocratizar este país, para as instituições voltarem a respeitar a Constituição" (BOLSONARO, 2026).

Na imprensa, até esse momento, poucos tratavam da questão em sua totalidade, aceitando que o conjunto de suas propostas apresentavam uma concepção de Estado oposta a da pensada pelos constituintes de 1988.

Uma das situações de exceção quanto a isso se deve à resposta dada pelo economista Pedro Rossi, em entrevista ao ICL, em que expõe de forma bastante direta que "O projeto que carrega Flávio Bolsonaro é o desmonte da constituição de 1988, no que ela tem de melhor." (ROSSI, 2026).

O segundo turno desnudou a disputa de concepções de Estado que já estava posta, mas agora de maneira evidente, direta e inescapável. A declaração de Flávio não permite mais enganos ou tergiversar sobre o tema.

O que o povo espera e o que Flávio deseja

Na reportagem do ICL, "Ipsos: maioria dos brasileiros defende Estado mais atuante e vê economia favorável aos ricos", de 27 de agosto de 2026, é apresentada a mostra que 59% dos entrevistados defendem que empresas consideradas estratégicas estejam sob controle estatal, também é tratada a intervenção do Estado na economia quando vemos que 66% apoiam a atuação do governo sobre os preços dos combustíveis. Além disso, 47% preferem um governo forte, capaz de investir no desenvolvimento de longo prazo e orientar o crescimento econômico.

Enquanto Flávio Bolsonaro propõe mudanças que reduzem o Estado, a pesquisa mostra que a maioria das pessoas querem o oposto, ou seja, mais intervenção estatal em áreas estratégicas para erradicar pobreza e reduzir desigualdades.

Outro ponto é claro na pesquisa. São 48,8% dos brasileiros defendem que o Estado tenha papel ativo na economia e regule mercados estratégicos e apenas 42,2% apoiam a ideia de Estado mínimo. A percepção é de que o brasileiro critica o Estado que existe, mas quer mais Estado atuando nos eixos compreendidos com estruturais, não menos.

No plano econômico, o projeto de Flávio direciona o Brasil para uma enorme diminuição do Estado nesses setores. O Programa de Governo tem sua inspiração no modelo de Javier Milei e propõe: a redução do número ministérios; a revisão da reforma tributária para cortar impostos; a retomada ampla de privatizações incluindo Banco do Brasil; a revogação de mais de mil normas e uma PEC de ajuste fiscal ainda na fase de transição, para cortar gastos públicos. Tais medidas buscam elevar o crescimento para 4% via investimento privado.

Na estrutura do Estado, a proposta inclui substituir servidores por inteligência artificial e acabar com a estabilidade com vínculo de experiência. Um conjunto de ações que dificultaria a efetiva a entrega de políticas públicas.

Por fim, tal quadro é uma contraposição com o próprio modelo de Estado desenhado em 1988. O Estado, pensado na constituição mais democrática que tivemos, com objetivos de erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e com ordem econômica fundada na valorização do trabalho e na função social da propriedade.

Conclusão

Neste boletim, o elemento central para pensarmos esse processo eleitoral, sob as condições apresentadas, se deve à contradição que parece saltar aos olhos da vitória, no primeiro turno, do candidato que apresenta a concepção de Estado mais distante dos interesses do povo brasileiro.

Segundo contribuição de Liliana Mason, *Uncivil agreement: how politcs became our identity, de 2018*, o bolsonarismo é formador de identidade social, e assim, das discussões acerca de políticas públicas, problemas sociais além de como os Estados devem agir. Nessa chave, o bolsonarismo age limitadamente como uma torcida de futebol defendendo seu time, ainda que outros projetos apresentem ideias mais próximas das que entendem como melhor para o país.

Ademais, neste aspecto, a questão da concepção de Estado pretendida fica fragmentada no debate público em diversos temas. Mas, alguns desses temas têm ganhado proeminência e indica uma posição na formação de agenda por parte dos meios de comunicação: a questão fiscal, ou crise fiscal, que comumente aparece sob o argumento técnico, a despeito de estar em disputa política.

O diagnóstico é de uma crise fiscal e que é preciso conter gastos. Dessa maneira, se impõe um modelo de austeridade do Estado mais afeito à proposta de Flávio Bolsonaro do que a de Lula. No entanto, no fim, se perde um debate livre e ampliado sobre possíveis meios de solucionar tais agendas, dentro de uma perspectiva sobre como deve agir o Estado Brasileiro.

Assim, o que temos de deflagrado para o segundo turno do pleito são dois projetos de Brasil, agora em disputa aberta: o projeto do presidente Lula, que nesse cenário aparece como um defensor da Constituição de 1988, contra o projeto de Flávio Bolsonaro, que ocupa uma posição ultraliberal e de desmonte das conquistas da redemocratização.

Referências

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultados oficiais - Eleição Geral 2026 - Presidente da República - 1º turno. TSE - Portal de Resultados, Brasília, 2026. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/6257/uf/br/cargo/1/vis/nominal/resultados. Acesso em: 8 out. 2026.

ICL NOTÍCIAS. Pedro Rossi: projeto que carrega Flávio Bolsonaro é a desconstrução da Constituição de 1988. YouTube, 8 out. 2026. 1 vídeo (54 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/shorts/ppaLb4ZsDGE. Acesso em: 7 out. 2026.

ICL NOTÍCIAS. Maioria dos brasileiros defende mais Estado e intervenção na economia, mostra pesquisa Ipsos. ICL Notícias - Economia, [S. l.], 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/economia/maioria-brasileiros-estado-ipsos/. Acesso em: 7 out. 2026.

MASON, Lilliana. *Uncivil agreement: how politics became our identity*. Chicago: University of Chicago Press, 2018. E-book (PDF)

PARTIDO LIBERAL. Diretrizes Plano de Governo Flávio Bolsonaro 2027-2030: versão final. Brasília: PL, 2026.

SCHMIDT, Vinícius. Flávio Bolsonaro promete mudar Constituição para "redemocratizar o país" e comemora força no Congresso. Metrópoles, Brasília, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com. Acesso em: 8 out. 2026.

Em Nome dos Direitos de Quem? Compreendendo a Ascensão da Presença Feminina e Conservadora nas Eleições

Samara Ruzza Som Luciano[21]

1. Introdução

Este boletim analisa o fenômeno a partir de dois eixos complementares. O primeiro aborda o antifeminismo como projeto de poder, considerando a forma pela qual valores associados à maternidade, ao cuidado e à família tradicional são incorporados às estratégias de mobilização eleitoral e de organização partidária das mulheres. O segundo examina a permanência da chamada "ideologia de gênero" e da "Agenda Woke" como ameaças discursivamente construídas pelo campo conservador, capazes de deslocar o debate sobre desigualdades estruturais para o terreno da moralidade privada e de deslegitimar a institucionalização de demandas formuladas pelos movimentos feministas.

Parte-se da hipótese de que o conservadorismo contemporâneo não opera necessariamente pela exclusão das mulheres da esfera pública, mas pela redefinição das condições consideradas legítimas para sua participação, mantendo o protagonismo da masculinidade. Desse modo, o aumento da representação feminina pode coexistir com a contenção de agendas coletivas de igualdade e proteção social, além de conferir legitimidade renovada a estruturas políticas e sociais que mantém historicamente relações assimétricas de gênero.

2. O Antifeminismo Como Projeto de Poder

A ampliação da presença feminina nas disputas eleitorais e nos espaços institucionais de representação constitui uma transformação relevante no cenário político contemporâneo, mas não pode ser interpretada, de maneira automática,

[21] Formada em Administração Pública, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

como expressão do avanço de uma agenda comprometida com a igualdade de gênero. A ascensão de candidaturas e lideranças femininas vinculadas ao conservadorismo no pleito atual evidenciou que a representação política das mulheres é atravessada por disputas em torno dos sentidos atribuídos aos direitos, à emancipação e aos papéis sociais femininos.

Para o Congresso Nacional, o Partido Liberal conseguiu formar a maior bancada para a Câmara dos Deputados e Senado Federal. Dentre o total de eleitos, foram 22 deputadas federais e três senadoras. A Bancada Feminina formada pelo PL passa a representar 18% dos 122 deputados federais eleitos pelo partido, porcentagem que proporcionalmente comparada às mulheres de partidos alinhados mais à esquerda é menor. O Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, alcançou um aumento de 38,9% de eleição de deputadas federai superando o próprio PL na representatividade feminina.[22]

Conforme demonstrado em boletins anteriores, pode-se afirmar que um dos desafios da campanha eleitoral da extrema-direita, encabeçada pelo PL, era a diminuição da rejeição feminina a votar em candidatos pertencentes ao partido, incluindo ao cargo de Presidência da República. Um marco relevante foi a criação do PL Mulher, uma ramificação representativa das lideranças políticas filiadas ao PL. Sob a presidência de Michelle Bolsonaro, eleita Senadora pelo Distrito Federal. Evidentemente a criação do PL Mulher auxiliou em uma organização a nível nacional da expansão de candidaturas, e o resultado disto é, principalmente, a eleição expressiva de Michelle Bolsonaro.

Em 2025, o PL Mulher publicou dois e-books: "Edificando a Nação: Sobre Bases e Valores" e "Projeto Alicerça Brasil", ambos possuíam o objetivo de instrução do público feminino acerca dos ideais defendidos pelo PL e, obviamente, na difusão de uma ideologia política conservadora. No primeiro e-book, diversas deputadas e senadoras que foram eleitas ou reeleitas para o mandato 2027-2030 contribuíram para a publicação. Michelle Bolsonaro (LOPES

[22] Mais mulheres no poder: petistas ampliam representação no Legislativo brasileiro - Galera Vermelha. Disponível em: <https://galeravermelha.com.br/mais-mulheres-no-poder-petistas-ampliam-representacao-no-legislativo-brasileiro/>. Acesso em: 9 out. 2026. BRAUN, Julia. **Como PL e Michelle Bolsonaro contribuíram com bancada feminina recorde na Câmara**. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6d938105009o>. Acesso em: 9 out. 2026.

et al, 2025, p. 16) afirma que "As mulheres de Direita são diferentes: não têm preconceito com a maternidade e com o cuidado da família, valorizam a colaboração com os homens e gostam de ser protegidas em seus relacionamentos." e ainda salienta que as mulheres de Direita priorizam "(...) o lar, mas isso não significa que não podemos ter nossa vida profissional ou social muito ativa." (p.17).

O livro "Projeto Alicerça Brasil" traz uma sugestão de situação-problema como forma de trazer o debate em grupos de reflexão intitulado "Coloque A Agenda Woke Para Dormir: Surge Uma Nova Esperança Para Alice e Sua Família". Trazendo uma história hipotética onde a filha da personagem intitulada afirma para a sua mãe que seus professores lhe sugeriram que ela não precisaria "ser menina". A apresentação dessa situação-problema tem como objetivo demonstrar uma suposta doutrinação feminista e de esquerda por parte dos professores e currículos mínimos escolares, por meio da "Agenda Woke", descrita como "(...) um conjunto de ideias que promove mudanças radicais em temas como gênero, família e sociedade, muitas vezes em conflito com os valores tradicionais de uma família brasileira comum." (PL MULHER, 2025, p. 47)

Os grupos femininos organizados politicamente alinhados a extrema-direita, neste sentido, seguem uma linha mais neoliberal no âmbito de direitos e deveres, naturalizando o trabalho do cuidado como uma vocação atrelada à "natureza" do gênero feminino. Em suma, o surgimento da retórica antifeminista busca atender a estas lacunas de escassez de proteção social ocasionada pela falta de uma redistribuição equitativa nas tarefas de cuidado doméstico e manutenção familiar. A controvérsia deste cenário é que o espectro político no qual estas mulheres estão inseridas defendem políticas de austeridade e de corte de gastos em diversas áreas que afetam diretamente o investimento em proteção social. O conservadorismo entra como medida ideológica para resolver este problema. A partir de uma defesa do papel da mulher nas tarefas de cuidado como parte da sua "essência", a sobrecarga imposta pelo trabalho remunerado não seria mais um problema.

3. O Fantasma Permanece: A "Ideologia De Gênero" e a Tutela Política Masculina Das Mulheres

Como já observado em análises anteriores, a campanha de candidaturas conservadoras no pleito atual possui uma tendência de priorização de propostas para o eleitorado feminino, contudo indicando uma manutenção de uma perspectiva masculina acerca de problemas públicos afetados por este grupo. A principal forma de demonstrar divergência com candidaturas aliadas ao feminismo, é a defesa de que mulheres podem participar do espaço público e, ao mesmo tempo, manter suas funções sociais em um contexto de subordinação ao gênero masculino. A representatividade feminina nestes termos, se torna uma linha auxiliar da perspectiva masculina acerca da participação feminina na política institucional. Esta situação já foi apontada em boletins anteriores: Um cenário de tutela institucional dos direitos civis e políticos femininos que obrigatoriamente que tem seus limites de atuação a partir do crivo da masculinidade enraizada nas diversas formas de representação política.

É possível afirmar que termos como "Agenda Woke" e "Ideologia de Gênero" aparecem constantemente nas campanhas eleitorais conservadoras e/ou de extrema direita desde as eleições de 2018, e ainda são mobilizadas de forma contundente como meio de descredibilizar a institucionalização de movimentos sociais ligados ao feminismo. Judith Butler (2024), nomeia este cenário com um "fantasma que alimenta as tendências fascistas é aquele que busca totalizar o campo social, infundindo na população o medo quanto a seu próprio futuro existencial – ou melhor, explorando medos existentes e dando uma forma totalizante à "causa" deles." (p.10). Neste contexto, discursos conservadores voltados à restrição do debate acerca da garantia dos direitos civis femininos representam uma forma de reorientar o debate a uma perspectiva individualista ligada à uma suposta moralidade universal.

A emancipação feminina defendida pelas mulheres da extrema-direita portanto, está diretamente ligada ao aumento da capacidade de trabalho e consumo das mulheres, embasadas em um ideal individualista de empoderamento feminino. Conforme Wendy Brown (2019) conclui "Se não existe sociedade, mas apenas indivíduos e famílias orientados pelo mercado e a moral, então não existe poder social gerando hierarquias, exclusão e violência, muito

menos em termos de classe, gênero e raça. " (p.39). Em outras palavras, se o sucesso de um indivíduo é definido majoritariamente pela qualidade da sua família e, consequentemente, por um esforço maior do papel da maternidade neste contexto, então o papel social primordial feminino é a manutenção da família e não o trabalho formal.

O perigo da disseminação "Ideologia de Gênero" e da "Agenda Woke" às crianças que impulsionou o avanço do conservadorismo e seu auge nas eleições atuais, portanto, tem como um dos objetivos manter as pautas relacionadas à desigualdade de gênero sob chancela da masculinidade política. . A partir de uma defesa do papel da mulher nas tarefas de cuidado como parte da sua solução, a sobrecarga imposta pelo trabalho remunerado não é mais um problema e nem o fato de que mulheres estatisticamente tem um poder aquisitivo menor. Melinda Cooper (2019) denomina esse fenômeno como privatização da responsabilidade social, onde a estrutura familiar heteropatriarcal seria a responsável pela reprodução social, pela manutenção de uma ordem moral e da disciplina social. Em suma, o neoliberalismo alia-se aos valores familiares tradicionais porque a família privada funciona como um amortecedor invisível das falhas e dos cortes do mercado: sem o trabalho do cuidado não remunerado e a responsabilidade financeira cobrada da estrutura familiar, o modelo de redução do Estado e livre mercado se tornaria insustentável.

4. Conclusão

A análise desenvolvida neste boletim demonstra que a ampliação da presença feminina nas instituições políticas não conduz, necessariamente, à incorporação de pautas comprometidas com o avanço da emancipação feminina. Nesse sentido, mais do que indicar uma simples contradição entre identidade e posicionamento político, esse fenômeno revela uma disputa pela definição legítima dos direitos das mulheres e pelos sentidos atribuídos à sua presença no espaço público.

Os dois eixos examinados permitem compreender o antifeminismo contemporâneo não apenas como reação às conquistas dos movimentos feministas, mas como componente de um projeto de poder que reorganiza as condições de participação política das mulheres. A mobilização de expressões

como "ideologia de gênero" e "Agenda Woke" contribui para converter desigualdades estruturais em controvérsias morais e para apresentar a família heteropatriarcal como principal instância de proteção e reprodução social. Ao naturalizar o trabalho de cuidado e deslocar responsabilidades coletivas quase que exclusivamente à mulher, essa perspectiva aproxima valores conservadores de uma racionalidade neoliberal orientada pela retração da proteção estatal e pela individualização dos problemas sociais.

Conclui-se, portanto, que o sucesso eleitoral de mulheres conservadoras na eleição atual deve ser analisado para além de seu significado quantitativo, considerando os projetos de sociedade que ela sustenta e os limites impostos à emancipação feminina. Se, por um lado, essa presença amplia a relevância de construção de comunicação constante com o eleitorado feminino, por outro, pode conferir legitimidade renovada a estruturas historicamente marcadas pela tutela masculina e por políticas de austeridade econômica e desmantelamento de uma administração pública voltada ao bem-estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism**. Columbia University Press, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2024.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. First paperback edition. New York: Zone Books, 2019. (Near futures).

LOPES, Lana; BOLSONARO, Michelle; GARCIA, Alexandre; *et al*. **Edificando a Nação: Sobre Bases e Valores**. Brasília, DF: Editora Shilo, 2025.

PL MULHER. **Projeto Alicerça Brasil (PAB)**. Brasília, DF: Editora Shilo, 2025

Relembre o tema: facções e terrorismo

Igor de Carvalho Soares Magalhães[23]

A classificação das facções criminosas já foi tema de Projeto de Lei que tramitou no Congresso, bem como havia discussões esporádicas sobre a alteração da Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016) para a inclusão das atividades do narcotráfico. Em novembro de 2025, o deputado Guilherme Derrite propôs no texto original do denominado "Projeto de Lei Antifacção" a retirada dos crimes mais graves cometidos pelas facções da "Lei das Organizações Criminosas" e incluí-los com penas mais graves sob tutela da Lei Antiterrorismo.

Essa alteração nunca ocorreu, uma vez que as discussões nunca prosperaram positivamente no âmbito legislativo brasileiro e foram rejeitadas pelo Congresso, embora o PL Antifacção tenha sido aprovado com modificações em seu texto original.

ATOR PRINCIPAL, IRMÃO DO ROTEIRISTA E FILHO DO DONO

Apesar do fracasso do tema em searas legislativas brasileiras, o novo súbito interesse norte-americano demonstrado pelo presidente Donald Trump e seu secretário de estado Marco Rubio pode ter encontrado um denominador comum: o clã Bolsonaro. Embora, previamente, seja de amplo interesse estadunidense ter desculpas legais para agir onde existe grande fluxo de capital e oportunidade de exploração de recursos e de emprego e escopo de sua indústria bélica, a hipotética chapa Bolsonaro (ainda sem um representante definido) tomou a frente na mesa das negociações. Após pouquíssima discussão, os estadunidenses aprovaram a nova classificação em 28 de maio de 2026, com efeitos válidos a partir de 05 de junho de 2026, que a priori só ensejariam efeitos secundários, enquanto monitoramento do fluxo de capital criminoso que circula pelo país estrangeiro, mas é imprevisível quanto aos reais efeitos que possam ser

[23] Mestrando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

provocados, enquanto a ampla eficácia do movimento depende da cooperação de quem chefiará o Brasil a partir de 2027.

Jair Bolsonaro já se encontrava condenado e preso em domicílio por crimes eleitorais e também pela sua participação em todo o engodo golpista por detrás dos atos de 08 de Janeiro, estando inelegível. Entretanto, isso não impediu que uma pré-chapa fosse organizada em torno de si, angariando recursos políticos em torno de seu clã enquanto ainda não havia deliberação clara quanto a quem encabeçaria a chapa presidencial. Em meio a um processo turbulento que, ao fim, ensejou na cassação de mandato de Eduardo Bolsonaro por ausência, o mesmo já se encontrava em terras estadunidenses (onde permanece desde então). O mesmo se declarou como motivador do interesse estadunidense em classificar as facções criminosas brasileiras (CV e PCC) como grupos terroristas e ensejar a ação estrangeiras contra as suas atividades econômicas. Quase como uma promessa de pré-campanha, o segundo filho de Bolsonaro se associou ao Governo Trump, prometendo completa cooperação e satisfação dos interesses norte-americanos no assunto.

Como extensamente noticiado, a ação estadunidense unilateral em promover a classificação foi o que requentou o tema e trouxe, novamente, um debate acerca. Diante da impossibilidade de Jair Bolsonaro concorrer a presidência, visto que nenhum dos pedidos da defesa foram aceitos, a disputa dos partidários de Jair foi vencida por Flávio, após outros atores terem perdido na medida de forças (como Michelle Bolsonaro, eleita senadora pelo Distrito Federal após o pleito), bem como desinteresse e apoio a vindouras campanhas (Tarcísio de Freitas, reeleito governador de São Paulo no primeiro turno e declaradamente apoiador dos Bolsonaro). Flávio Bolsonaro então sai da disputa como nova estrela eleitoral da chapa de extrema-direita nacional, herdeiro de todo o capital político do pai e tendo seu irmão Eduardo como um apoiador incondicional, cujas ações ensejaram na roteirização de boa parte de sua pré-campanha.

Assim sendo, embora seu irmão Eduardo seja o ator diretamente responsável pelo tema tomar de assalto preocupações da oposição quanto a segurança pública nacional e internacional e fortalecer o discurso oposicionista sobre soberania nacional, o principal responsável político pelo tema discutido é

Flávio Bolsonaro, enquanto herdeiro e ator principal da chapa política que se construiu em torno da figura da Família Bolsonaro.

Então candidato, Flávio Bolsonaro ensejaria que seu principal adversário no pleito (Lula) seria "mãe" das facções criminosas e utilizaria de um discurso acalorado quanto a segurança pública, apenas reverberando todo o fundamento bolsonarista de repressão violenta, política de Guerra às Drogas, etc.

O PRIMEIRO ROUND

A campanha do primeiro turno foi marcada por uma ausência em debates, tal qual o principal adversário da oposição, e pouca exploração do tema quanto às facções criminosas. As pesquisas sempre indicaram o crescimento de Flávio, mas nunca o colocando à frente. Tudo fora contrariado ao fim do dia, em 04 de outubro, quando o candidato venceu o primeiro turno com uma margem de cerca de 1,5% de votos contra seu principal adversário.

A estratégia de campanha se comprovou muito eficaz, mas lançou dúvidas quanto à presença direta e indireta de fatores e atores estrangeiros capazes de modificar o desempenho eleitoral do candidato. Entretanto, sem provas concretas e investigações apenas em andamento, ou já arquivadas, não podem ser classificadas além da esfera da suspeita.

Bolsonaro não precisou retocar o discurso quanto ao posicionamento ostensivo e de reação violenta contra as facções criminosas e a taxatividade delas quanto ao terrorismo. Entretanto, sobretudo no Rio de Janeiro onde é mais facilmente observável as legendas geográficas quanto a questão, foi o que angariou mais votos em áreas de influência de milícias.

Apesar de isso suscitar questionamentos de seus apoiadores quanto a áreas de influência do Comando Vermelho (principal ator criminoso no estado do Rio de Janeiro), a sua presença em tais áreas também foi notável, sobretudo em áreas afastadas do centro da capital e por todo o interior do estado. Tão notável quanto foi a eleição, no primeiro turno (após disputa judicial no TSE) de seu correligionário Douglas Ruas. Ruas é sucessor político do outrora governador Cláudio Castro, e aliado ao grupo do ex-presidente da ALERJ Rodrigo Bacellar. Rodrigo se encontra preso por ligações com o Comando Vermelho e milícias,

enquanto todos do grupo são investigados por fraudes e as mesmas ligações criminosas, inclusive o vencedor Ruas.

Entretanto, a perspectiva é que essa base eleitoral consolidada tenda a permanecer no segundo turno e que seja um denominado "curral eleitoral" de muito sucesso, de forma que estabelece uma ancoragem extremamente positiva para Bolsonaro projetar vencer mais uma vez no estado do Rio de Janeiro.

O SEGUNDO ROUND

Após um muito promissor primeiro turno, Flávio Bolsonaro não alterou, de forma drástica, seu mote de campanha até a data presente para o segundo turno. Valendo-se da liderança conquistada, o candidato se deu ao luxo de comprometer-se ainda mais com as suas diversas bases eleitorais, sobretudo a chamada "ala ideológica" da direita. Um aceno não somente aos eleitores, mas como também aos correligionários do PL que se elegeram aos cargos de deputados (estaduais e federais), bem como senadores e governadores.

Embora seu discurso, até a presente publicação, não tenha tocado novamente na questão da classificação das organizações criminosas brasileiras como terroristas, ele nem ao menos foi endurecido e nem esmaecido, no tocante ao discurso alicerce da segurança pública (pauta caríssima e central do bolsonarismo). Embora, tenha defendido que as sugeridas reformas constitucionais que suscitou afetem a questão da redução da maioridade penal brasileira.

A observação acerca do tema é aguardar, tanto quanto no possível comparecimento aos debates públicos nacionais em televisão, quanto em qualquer outra manifestação de plataforma de campanha sugerida.

FONTES

CONGRESSO EM FOCO. **Flávio é multado por associar Lula ao PCC e tem três posts barrados**. *Congresso em Foco*, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/123128/flavio-e-multado-por-associar-lula-ao-pcc-e-tem-tres-posts-barrados

G1. **"Grande dia", diz Flávio Bolsonaro sobre decisão dos EUA de classificar PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas**. *G1*, 28 maio 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/05/28/grande-dia-diz-flavio-bolsonaro-sobre-decisao-dos-eua-de-classificar-pcc-e-comando-vermelho-como-organizacoes-terroristas.ghtml.

Os limites da agenda ambiental diante da nova composição do Congresso Nacional

Letícia Nunes Berto[24]

Introdução

O primeiro turno das eleições de 2026 permite deslocar a análise da pauta ambiental das promessas de campanha para as condições políticas de sua implementação. A hipótese que orienta o monitoramento sustenta que a agenda ambiental mudou de lugar no debate político e passou a ser disputada por atores que a associam a concepções distintas de desenvolvimento econômico, produção, energia e proteção territorial. A questão central deste boletim é o que a nova composição do Congresso indica sobre a capacidade de diferentes projetos ambientais influenciarem decisões públicas a partir de 2027.

Os resultados legislativos oferecem uma medida concreta dessa disputa. A análise do Observatório do Clima, divulgada pela Agência Brasil em 7 de outubro, classificou 68,9% dos parlamentares eleitos para a próxima legislatura nas faixas de convergência ambiental baixa ou muito baixa. O indicador considera a atuação e os votos dos congressistas em temas climáticos e socioambientais, conforme metodologia do Instituto Democracia e Sustentabilidade e da plataforma Farol Verde. O dado não equivale a uma classificação de todos os eleitores nem permite concluir que cada parlamentar votará da mesma maneira em qualquer projeto; indica, porém, uma correlação de forças parlamentar pouco favorável à agenda ambiental segundo os critérios adotados pelo levantamento.

O recorte temporal é importante. No período de escrita dessa seção, a eleição presidencial ainda não está concluída: Lula e Flávio Bolsonaro disputarão o segundo turno em 25 de outubro. Por isso, este boletim não trata o resultado

[24] Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

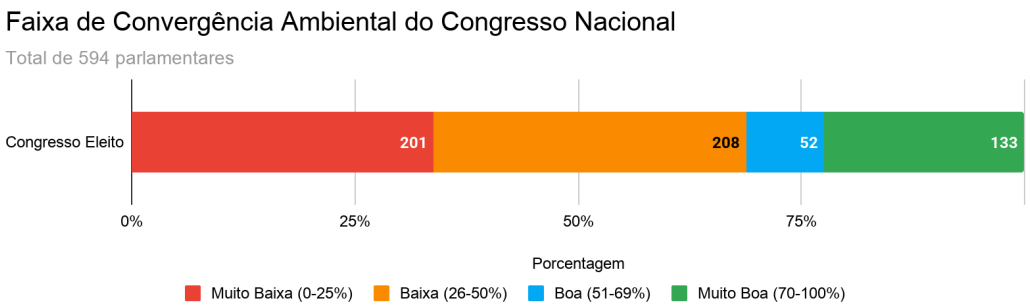
presidencial (e de outros cargos) como definido. A análise se concentra nos resultados já consolidados para Câmara e Senado e nos efeitos que a composição eleita pode produzir sobre o próximo ciclo legislativo. As fontes principais são o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Agência Câmara, a Agência Senado e a Agência Brasil, além da análise de convergência ambiental do Observatório do Clima.

O resultado legislativo e a correlação de forças

A Câmara dos Deputados terá o PL como maior bancada (um partido com histórico de convergência ambiental baixa), com 121 eleitos, 24 a mais do que em 2022. A segunda maior será a federação PT-PCdoB-PV, com 88 deputados, segundo a Agência Câmara. O dado partidário, isoladamente, não define a posição ambiental de cada parlamentar: partidos reúnem diferentes interesses regionais e econômicos, e votações específicas podem formar alianças que não coincidem integralmente com os blocos eleitorais. Ainda assim, o tamanho das bancadas interfere na distribuição de espaços de liderança, na composição das comissões e na capacidade de organizar maiorias.

No Senado, o PL também terá a maior bancada, com 28 integrantes a partir de 2027. A Casa terá 81 senadores, dos quais 54 foram escolhidos neste pleito. A Agência Senado registra que 19 dos eleitos pelo PL se somarão aos nove que já tinham mandato vigente. Essa presença é politicamente relevante porque o Senado participa da tramitação de leis ambientais, da apreciação de autoridades e da fiscalização de políticas públicas. A nova composição não determina automaticamente o destino de cada proposta, mas estabelece o ponto de partida para negociações sobre licenciamento, fiscalização, terras, energia e financiamento climático.

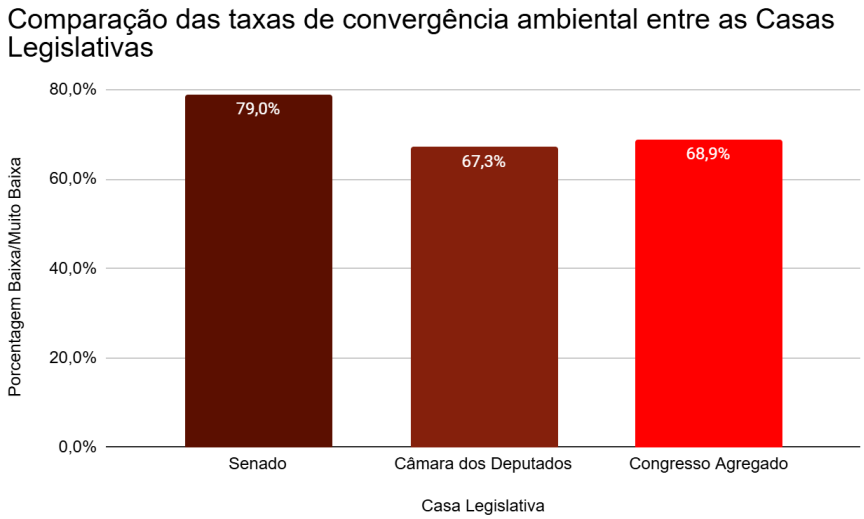
O indicador ambiental permite ir além da leitura por partido. Na análise do Observatório do Clima, 201 dos 594 parlamentares que comporão as duas Casas foram classificados na faixa de convergência muito baixa, equivalente a 33,8%; outros 208, ou 35%, ficaram na faixa baixa. Somadas, as duas categorias correspondem a 68,9%. Nas faixas boa e muito boa ficaram, respectivamente, 52 parlamentares (8,75%) e 133 (22,4%). A classificação usa quatro intervalos: muito baixa, de 0% a 25% de alinhamento; baixa, de 26% a 50%; boa, de 51% a 69%; e muito boa, de 70% a 100%.



O resultado indica que o problema não é apenas a quantidade de vezes que o meio ambiente aparece em discursos públicos. A questão é a possibilidade de converter compromissos em apoio parlamentar para medidas concretas. Uma candidatura pode mencionar sustentabilidade, transição energética ou adaptação climática sem que sua bancada sustente, em votações, regras mais exigentes de proteção ambiental. A avaliação do Observatório do Clima procura medir justamente a distância entre o posicionamento político e a atuação parlamentar observada.

Senado e Câmara: duas arenas com riscos distintos

A diferença entre as Casas merece atenção. Segundo o levantamento publicado pela Agência Brasil, 64 dos 81 senadores (79%) ficaram nas faixas baixa ou muito baixa de convergência ambiental, superando os 58 parlamentares (71,6%) registrados na legislatura que termina em 2026. Na Câmara, a presença de 345 dos 513 deputados (67,3%) nessas mesmas faixas coloca o tema diante de um desafio semelhante em escala. Esse cenário indica uma alteração desfavorável no perfil de convergência do Senado e sugere que a agenda ambiental enfrentará obstáculos acentuados no Congresso, embora o comportamento de cada Casa dependa também da pauta apresentada, da atuação do Executivo, da mobilização da sociedade e das negociações entre lideranças.



Esses números não devem ser lidos como previsão automática de derrota de toda proposta ambiental. Projetos sobre energia, infraestrutura, agricultura, defesa civil ou desenvolvimento regional podem reunir coalizões diferentes conforme o conteúdo e os interesses envolvidos. O que o resultado sugere é que propostas que ampliem obrigações de controle, fiscalização ou restrições ao uso de recursos naturais terão de enfrentar uma composição parlamentar em que, segundo o indicador citado, a maioria dos integrantes apresenta baixo alinhamento à pauta socioambiental.

Considerações finais

O primeiro retrato pós-eleitoral confirma a hipótese de que a agenda ambiental é objeto de disputa entre projetos políticos e econômicos distintos, mas acrescenta um ponto decisivo: sua presença no debate não garante força institucional para executar medidas de proteção climática e ambiental. A análise do Observatório do Clima classifica cerca de sete em cada dez integrantes do futuro Congresso nas faixas baixa ou muito baixa de convergência ambiental. No Senado, o percentual chega a 79%, acima dos 67,3% registrados na Câmara.

O próximo passo do monitoramento deve acompanhar a passagem da composição eleitoral para a atividade legislativa. Entre os indicadores prioritários estão: a distribuição das presidências e relatorias das comissões ligadas a meio ambiente, agricultura, minas e energia e infraestrutura; a tramitação de projetos sobre licenciamento e fiscalização; as votações de propostas com impacto sobre emissões, florestas e territórios; e a alocação de recursos para prevenção e

adaptação a eventos extremos. Para cada caso, será importante comparar justificativas públicas, texto aprovado e votos nominais.

A disputa ambiental entra, assim, em uma etapa menos dependente das declarações de campanha e mais ligada ao funcionamento cotidiano das instituições. A composição eleita aponta dificuldades para a agenda socioambiental, mas o alcance dessas dificuldades será medido pelas decisões tomadas a partir de 2027. A análise do segundo turno presidencial deverá completar o quadro, sem apagar o fato de que o Congresso já eleito constituirá uma arena central para definir o que será entendido como desenvolvimento sustentável e quais interesses serão priorizados nas políticas públicas.

Referências e fontes

AGÊNCIA BRASIL. **Congresso terá sete em cada dez parlamentares contra agenda ambiental.** 7 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-10/congresso-tera-sete-em-cada-dez-parlamentares-contra-agenda-ambiental

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **PL sai na frente na eleição da Câmara dos Deputados, com 121 eleitos**. 5 out. 2026. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1309192-pl-sai-na-frente-na-eleicao-da-camara-dos-deputados-com-121-eleitos

AGÊNCIA SENADO. **Conheça os 54 senadores eleitos neste domingo**. 4 out. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/04/conheca-os-54-senadores-eleitos-neste-domingo

AGÊNCIA SENADO. **PL elege 19 senadores e terá a maior bancada do Senado**. 4 out. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/10/04/pl-elege-19-senadores-e-tera-a-maior-bancada-do-senado

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação dos resultados das Eleições 2026**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2026

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Mapa do Novo Congresso: Perfil Ambiental da 58ª Legislatura**. Brasília: Observatório do Clima, 2026. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/10/OC_Novo_Congresso_Outubro-2026_final.pdf

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026

Tatiana de Lana Menezes[25]

O monitoramento das eleições de 2026 partiu da hipótese de que a influência política de Michelle Bolsonaro se consolida na mobilização de redes femininas, sobretudo por meio do PL Mulher, de lideranças evangélicas e de aliados do bolsonarismo. O objetivo foi compreender como essa liderança se estrutura, por quais mecanismos ela apoia outras campanhas e qual o impacto de sua presença no desempenho das candidaturas aliadas.

A eleição de 2026 foi um marco para Michelle Bolsonaro, que deixou o papel de ex-primeira-dama para se lançar oficialmente candidata ao Senado pelo Distrito Federal. Com Jair Bolsonaro fora da disputa, Michelle passou a ocupar posição de destaque e a ter peso eleitoral significativo dentro de seu grupo político. Sua influência foi reforçada pela mobilização de lideranças evangélicas, pela atuação de mulheres ligadas ao PL Mulher e pelo apoio de candidatos bolsonaristas de diversas regiões, interessados no voto evangélico.

A articulação de Michelle para construir uma rede de candidaturas femininas começou antes do período eleitoral, nas negociações internas do partido para definir as candidaturas ao Senado e aos governos estaduais. Nesse processo, ela buscou influenciar diretamente a escolha de nomes, como Bia Kicis (PL), candidata ao Senado pelo DF, e Celina Leão (PP), candidata ao governo do Distrito Federal, cargo que já ocupa desde a saída de Ibaneis Rocha (MDB) para disputar o Senado. Assim, Michelle não atuou apenas como candidata: teve papel central na construção de candidaturas para o pleito de 2026.

[25] Pós-graduada lato sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

O chamamento para a construção de uma rede feminina de apoio

Ao assumir a presidência do PL Mulher, em 2023, Michelle percorreu diversas regiões do país participando de eventos e incentivando candidaturas de mulheres conservadoras, numa tentativa de estruturar uma rede de apoio eleitoral.

Em 2026, essa estrutura se tornou mais evidente. Com núcleos de apoio já instalados nos estados, Michelle conseguiu estar presente em todo o país sem precisar se deslocar fisicamente. Os candidatos passaram, então, a procurá-la para gravar vídeos de campanha, usados como ferramenta de divulgação no horário eleitoral, já que sua imagem é bem recebida pelo eleitorado feminino evangélico, um contingente expressivo e capaz de fazer diferença nas urnas.

Assim, Michelle passou a reservar um dia da semana para gravar vídeos com candidatos de outras regiões, e diversos nomes de peso político tiveram sua imagem associada diretamente à dela.

A influência de Michelle no resultado das eleições

Embora Michelle tenha se elegido para o Senado pelo DF, ao lado de sua correligionária Bia Kicis (PL), e outros candidatos de seu grupo político também tenham sido eleitos, não é possível atribuir esses resultados à estrutura organizada em torno dela.

É o caso de Flávio Bolsonaro (PL), que obteve 47,03% dos votos e disputará o segundo turno com Lula (PT), que teve 45,16%: não há como afirmar que houve transferência de votos. O mesmo vale para Celina Leão (PP), que alcançou 43,93% no DF e vai ao segundo turno contra Leandro Grass (PT), que obteve 34,47%.

No Rio de Janeiro, Douglas Ruas (PL) teve inicialmente 49,27% dos votos válidos, resultado que o levaria ao segundo turno contra Eduardo Paes (PSD), com 42,76%. Com a decisão do TSE que retirou Garotinho (Republicanos) do pleito, os votos dados a ele foram anulados e o total de votos válidos foi recalculado. Com isso, Douglas Ruas ultrapassou 50% e se elegeu governador já no primeiro turno. Ainda assim, apesar da votação expressiva, não se pode afirmar que o voto feminino e evangélico do estado tenha sido transferido diretamente para ele.

A influência e a mobilização das regionais do PL Mulher

Durante a campanha de 2026, as regionais do PL Mulher também se mobilizaram em torno da candidatura de Flávio Bolsonaro. Em vídeos publicados em suas redes sociais, Michelle convocou as presidentes das regionais a apoiá-lo, atuando como elo entre a liderança feminina do partido e as bases estaduais.

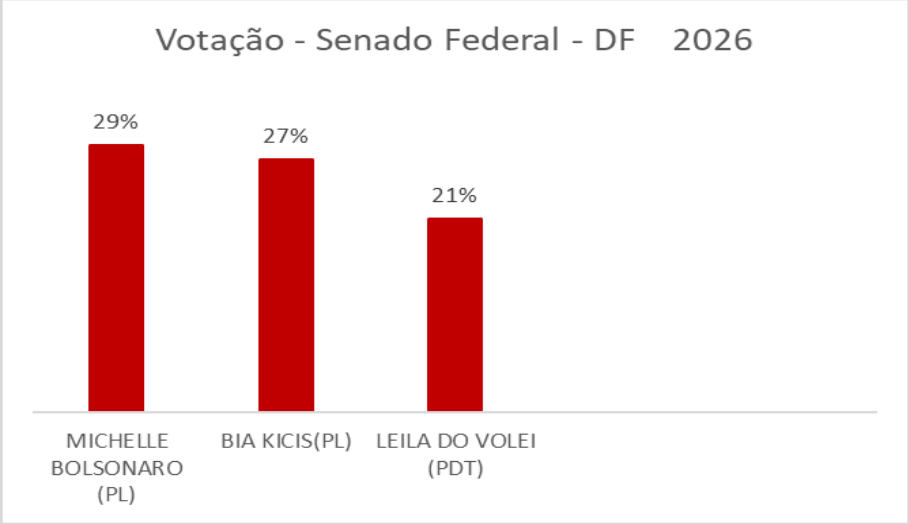
Esse chamado levou dirigentes de diversos estados a reproduzir as mensagens em seus territórios, o que ampliou o alcance da comunicação de Michelle com eleitores de outras regiões. Michelle demonstrou forte capacidade de influenciar as decisões e o debate interno do partido, e também fora dele. Nas urnas, porém, o desempenho dos candidatos que apoiou foi desigual: muitos ficaram de fora do Senado, da Câmara dos Deputados e dos governos estaduais, enquanto o candidato à Presidência segue na disputa no segundo turno.

A corrida ao Senado

A candidatura de Michelle ao Senado, em 2026, reforçou sua liderança feminina dentro do PL e serviu também como termômetro de sua força eleitoral.

Durante a campanha, Michelle associou sua imagem à de uma mulher evangélica, esposa dedicada ao marido, representante de costumes conservadores e defensora dos valores familiares. Com esse discurso, elegeu-se senadora pelo Distrito Federal, ao lado de sua correligionária Bia Kicis (PL).

Michelle foi eleita com 29,5% dos votos, mas não venceu de forma isolada. Nas semanas que antecederam a votação, Bia Kicis subiu nas pesquisas e se aproximou dela, terminando o pleito com 27,44% dos votos, cerca de dois pontos percentuais atrás. A terceira colocada, Leila do Vôlei, recebeu 21,55%. Michelle obteve, portanto, cerca de 30% dos votos válidos, sem se distanciar muito da segunda colocada, como mostra o gráfico.



Fonte: A autora a partir dos dados do TSE (08/10/2026). https://www12.senado.leg.br/apuracao/

A eleição de duas mulheres do mesmo partido pelo mesmo estado, ainda que não comprove a influência direta de Michelle, mostra que a estratégia de organizar uma aliança feminina alcançou o objetivo do campo político: eleger as candidatas. Michelle também intercedeu junto ao partido em favor da candidatura de Caroline de Toni (PL) ao Senado por Santa Catarina e a apoiou durante a campanha. A candidata foi eleita com 33,46% dos votos. Embora o resultado catarinense aponte uma associação entre a atuação de Michelle e a vitória de algumas candidatas, isso não basta para considerá-la fator determinante, nem decisivo, na eleição dessas mulheres. No Amazonas, a candidata ao governo Professora Maria do Carmo (PL), que também contou com o apoio de Michelle na articulação das candidaturas e durante a campanha, recebeu 24,52% dos votos e disputará o segundo turno com Omar Aziz (PSD), que obteve 40,58%.

Em relação a Flávio Bolsonaro, embora Michelle seja uma das principais lideranças femininas do bolsonarismo, ela só passou a apoiá-lo publicamente nas semanas que antecederam a votação, depois de se reconciliarem de desavenças anteriores. O apoio veio por meio de um vídeo em que ela convocou as dirigentes regionais do PL Mulher a formar um "Exército Rosa" em favor da candidatura dele. Ainda assim, seu empenho direto na busca de votos para Flávio ficou muito aquém do que ela ofereceu a outros candidatos em 2022 e 2024: em 2026, Michelle se dedicou sobretudo à própria campanha.

Conclusão:

Os resultados do primeiro turno evidenciam tanto a influência de Michelle quanto seus limites. O monitoramento das eleições de 2026 permite sustentar que essa influência se exerce por diversas formas de atuação. No âmbito interno do PL, Michelle articulou a construção de uma rede de mulheres com as dirigentes estaduais do PL Mulher. Nas campanhas, gravou vídeos com candidatos e mobilizou mulheres e eleitores evangélicos. E, ao mesmo tempo, atuou como candidata, articuladora e apoiadora.

Sua eleição ao Senado, na primeira vez em que disputou um cargo, indica que ela construiu um eleitorado próprio no Distrito Federal. Contudo, assim como há candidatos e candidatas apoiados por Michelle que se elegeram, há os que não obtiveram votos suficientes e os que avançaram para o segundo turno. Isso demonstra que sua capacidade de mobilização e articulação, por si só, não é suficiente para garantir a eleição de seus aliados.

Esses resultados mostram que Michelle tem sido mais eficaz em converter sua atuação política em votos para si mesma do que para os candidatos que apoia. Sugerem também que ela ganhou autonomia em relação a Jair Bolsonaro: ao se eleger, deixou de atuar à sombra do marido e passou a ocupar a política por dentro.

Referências

Maria do Carmo no 2º turno
https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/omar-aziz-e-professora-maria-do-carmo-vao-para-2o-turno-no-am/
Michelle e Bia kicis
https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/04/michelle-bolsonaro-e-bia-kicis-sao-eleitas-senadoras-pelo-df.ghtm?utm_source=
https://www12.senado.leg.br/apuracao/
https://ranking.org.br/artigos/apuracao-senado-distrito-federal-2026
Flávio no 2º turno
https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-vao-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica?utm_source=
https://www12.senado.leg.br/apuracao/
https://ranking.org.br/artigos/apuracao-senado-distrito-federal-2026
Celina Leão

https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/celina-leao-pp-e-leandro-grass-pt-disputam-o-2o-turno-no-distrito-federal

Mobilização de Michelle para apoiar Flávio

https://www.instagram.com/reel/DdIEWm-hv8D/?stkn=azMybmRqbzF4Ym94

Caroline de Toni

https://revistaoeste.com/politica/de-toni-e-a-senadora-mais-votada-da-historia-de-sc-com-252-milhoes-de-votos/

Retotalização de votos no Rio de Janeiro-RJ

https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tse-decide-pela-retotalizacao-dos-votos-para-governador-no-rio-de-janeiro

MIchelle em campanha própria

https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/analise-michelle-bolsonaro-chega-ao-senado-sem-ter-feito-agenda-com-flavio/

Candidaturas negras

Cesar Amorim[26]

Introdução

O presente boletim tem como objetivo monitorar e refletir sobre a presença da questão racial nas eleições de 2026, observando as diferentes formas pelas quais raça e política se articulam durante o período pré-campanha e o início da campanha eleitoral. Busca-se analisar tanto a participação de pessoas negras na disputa eleitoral quanto a mobilização de pautas raciais, os discursos produzidos pelos candidatos e partidos e os conflitos relacionados à representação política.

Nas últimas eleições, a questão racial adquiriu crescente centralidade no debate sobre representação e participação política no Brasil. Embora as pessoas negras componham a maioria da população brasileira, sua presença ainda é escassa em posições de poder, evidenciando uma desigualdade que acompanha a sociedade ao passar dos anos.

Sabe-se que a presença de candidaturas negras não significa necessariamente uma redução das desigualdades raciais na competição eleitoral. Nossa hipótese é que o aumento gradual do número de pessoas negras que se candidatam às eleições amplia a representação descritiva da população negra na política institucional, mas não garante, por si só, a formulação de pautas e políticas públicas capazes de atender de maneira efetiva às demandas e desigualdades enfrentadas pela população negra.

Participação negra nas candidaturas para as eleições 2026

No último boletim, comparamos dados e informações relacionados às candidaturas e votos negros. Realizamos a comparação de participação negra entre diferentes eleições gerais. Nas eleições gerais de 2026, os números oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apesar de demonstrarem uma

[26] Graduando em Ciencia Sociais na UFRJ

quantidade considerável de candidatos negros (ou seja, pretos ou pardos), também nos mostram que os negros seguem sendo minoria nos números de candidatura aos cargos parlamentares ou de qualquer visibilidade política, o que reforça o primeiro ponto da nossa hipótese.

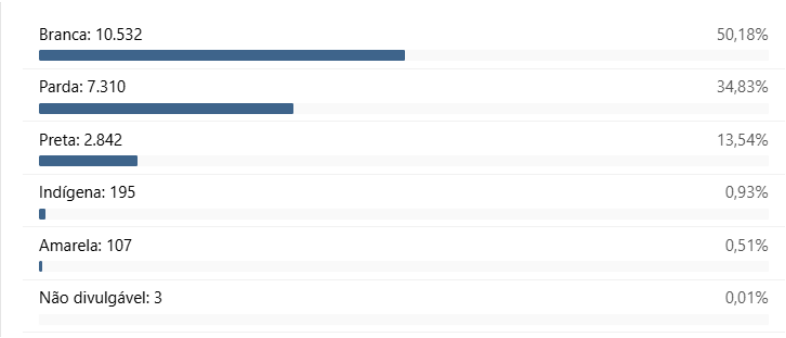


Gráfico 1: Número de candidaturas por raça para as Eleições Gerais de 2026

A partir do gráfico, observa-se que a sub-representação negra na política é afetada, desde a base, pela menor proporção de candidaturas lançadas. A quantidade de pessoas brancas candidatas é maior do que a quantidade de candidaturas de pessoas pretas e pardas somadas. Ou seja, o número total de candidatos negros equivale a 48,37% dos candidatos gerais, enquanto o número de brancos, a 50,18%. Apesar de a diferença percentual equivaler a 380 candidatos de uma raça para outra, há de destacar que este número provoca um nítido contraste nas ocupações de cargos executivos e parlamentares por pessoas negras.

Por dedução lógica, seria razoável supor que uma parte expressiva dos eleitos fosse negra, visto que representam quase metade das candidaturas e a maioria da população do país. Entretanto, essa expectativa é desmentida pelos resultados nas urnas: no 1º turno, o número de candidatos brancos eleitos (1.230) é mais do que o dobro do número de candidatos negros eleitos (531).



Gráfico 2: Número de candidatos ELEITOS nas eleições gerais de 2026 (por raça)

No gráfico, estão descritos os números dos candidatos aos cargos em disputa nestas eleições (Presidente, Governador, Senador e Deputados Federais, Estaduais e Distritais). Os percentuais revelam muito mais do que apenas contagem de votos: revelam que o povo negro, apesar de ser a maioria da população brasileira e representar quase metade das candidaturas, sofre um afunilamento drástico e se torna uma expressiva minoria na escolha das urnas.

Nos cargos do executivo (Presidente e Governadores), os candidatos brancos são sempre maioria nestas eleições.



Gráfico 3: Número de candidatos à Presidência da República nas Eleições de 2026 (Por raça)

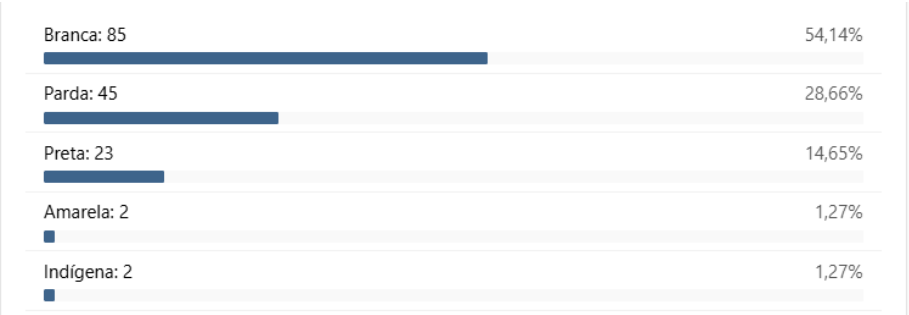


Gráfico 3: Número de candidatos ao Governo dos Entes Federativos nas Eleições de 2026 (Por raça)

Conclui-se que, de acordo com dados consolidados no 1º turno, os cargos de alta representatividade no Brasil permanecem hegemonicamente brancos. Como se vê nos gráficos representados, no tocante às disputas presidenciais, a hegemonia branca permanece com 72,73% do número de candidatos, enquanto que, para governadores, com 54,14%. Não se vê diferente nas disputas para Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

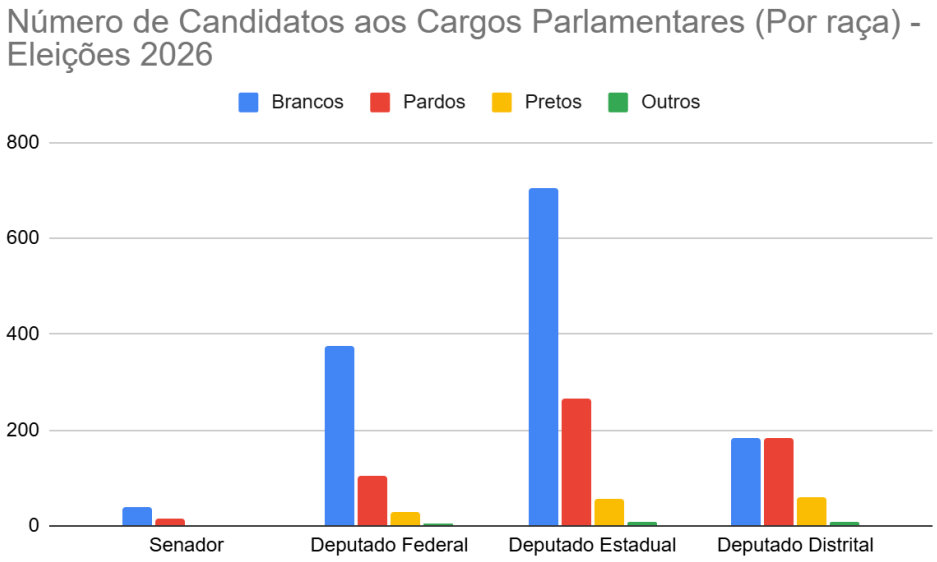


Gráfico 4

Nos cargos parlamentares, é possível detectar uma disparidade marcante no número de candidaturas negras em relação às candidaturas brancas. Apenas para o cargo de deputado distrital observa-se um empate entre o número de candidaturas brancas e pardas, fazendo com que a quantidade absoluta de candidaturas negras ultrapasse a de brancos. Contudo, este caso mostra-se excepcional e precisa de ser analisado com cautela: das 242 candidaturas negras no Distrito Federal, apenas 9 resultaram em eleição, o que representa uma taxa de conversão de apenas 3,7% do total de candidatos lançados.

Participação negra no voto das eleições 2026

Havendo candidaturas negras para representar o próprio povo no parlamento e no Poder Executivo, há de se questionar por que candidaturas brancas acabam se tornando a maioria expressiva dos eleitos - especialmente considerando que a população negra é maioria no país e constitui quase metade do total de candidatos lançados às urnas.

A partir da coleta e sistematização de dados de votação nominal do TSE, buscou-se analisar o perfil racial do eleitorado participante nas eleições gerais de 2026, com vistas a entender se uma menor participação ativa do povo negro nas urnas seria a causa da discrepância de sua representatividade nos cargos políticos.

De acordo com os dados fornecidos pela Justiça Eleitoral, o 1º turno das eleições de 2026 contou com 122.115.555 votos válidos. Mas, ao analisar a

Cor/raça dos votos válidos, foi detectada a ausência de autodeclaração racial em mais de 100.000.000 de eleitores. Com a ausência dessa informação no site do tribunal é impossível medir a quantidade correta ou, ao menos, mais aproximada de eleitores negros que exerceram seu direito. Essa ausência é causada pelo fato de que o TSE determinou a autodeclaração racial como campo de preenchimento opcional para a emissão do título de eleitor, fazendo com que esta informação seja priorizada em segundo plano. Contudo, a realidade demonstra que a autodeclaração racial deveria ter centralidade equivalente a informações como nome social, identidade de gênero, sexo e escolaridade.

Em suma, a subsistência dessa lacuna informativa no cadastro da Justiça Eleitoral atua como uma barreira institucional silenciosa, que compromete a produção de diagnósticos precisos sobre o comportamento do eleitorado e a efetividade das políticas afirmativas na política. Diante desse apagamento de dados e do afunilamento observado entre a base de candidatos e o topo dos eleitos, reafirma-se a hipótese central deste boletim: o avanço numérico de candidaturas negras na linha de partida é um passo fundamental para ampliar a representação descritiva da população no debate público, mas mostra-se estruturalmente limitado quando desacompanhado de mecanismos que garantam equidade de recursos e transparência informacional. Sem enfrentar o filtro racial que opera da candidatura até a diplomação, a maioria demográfica do país continuará a encontrar barreiras para se converter em maioria deliberativa nas instâncias centrais de decisão do Estado brasileiro.

Referências

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. Estatísticas eleitorais: candidaturas por cor/raça – Eleições 2026. Brasília, DF: TSE, 2026. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73105.